

Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e práticas na gestão e resolução de conflitos

Vera Lúcia Fernandes

Relatório de Estágio realizado no âmbito da Prática de Ensino
Supervisionada II e apresentado à Escola Superior de Educação de Lisboa
para obtenção do grau de mestre em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico
e de Matemática e Ciências Naturais do 2.º Ciclo do Ensino Básico

2021

| | ' ' | | ' ' |

Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e práticas na gestão e resolução de conflitos

Vera Lúcia Fernandes

Relatório de Estágio realizado no âmbito da Prática de Ensino
Supervisionada II e apresentado à Escola Superior de Educação de
Lisboa para obtenção do grau de mestre em Ensino do 1.º Ciclo do
Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais do 2.º Ciclo do
Ensino Básico

Orientadora: Professora Doutora Maria da Conceição Figueira

2021

| ' ' | | ' ' |

AGRADECIMENTOS

| ' ' | | ' ' |

Estando na conclusão de cinco anos de formação na Escola Superior de Educação de Lisboa, tenho o dever de agradecer à minha família, aos meus amigos e professores que me acompanharam durante este longo percurso nunca deixando dúvidas de que eu era capaz.

Um agradecimento especial à minha mãe, a pessoa mais importante da minha vida que está sempre presente para me motivar. Sem ela, sei que não seria possível.

Às minhas amigas pelas quais tenho uma gratidão imensa para a vida, mais concretamente a Ilda, a Jadine, a Leonor e a Mariana. Sempre me ajudaram, no que fosse possível, e deram a motivação e garra para realizar todos os meus sonhos.

No decorrer da licenciatura também construí amizades, que espero levar para a vida, tendo sido elas o meu porto seguro que em muito contribuíram para o sucesso da sua conclusão, não esquecendo o companheirismo e a diversão.

Agradeço a todos os professores que me conduziram até aqui e pelo seu papel fulcral no meu percurso académico, pela formação devida, não menosprezando a contribuição que tiveram no meu crescimento pessoal e profissional. Um agradecimento em especial à minha Orientadora Professora Doutora Maria Conceição Figueira.

Por último, mas não menos importante, agradeço às minhas companheiras de mestrado, à Alexandra, à Mafalda e à Sofia porque sem elas este percurso teria sido mais solitário e menos construtivo.

A todos enorme obrigada do fundo do coração.

RESUMO

| " " | | " "

O relatório é realizado no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, do Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2.º Ciclo do Ensino Básico.

O presente trabalho organiza-se em duas partes. A primeira parte contempla a descrição e análise reflexiva do período de observação, intervenção e avaliação pedagógica, desenvolvido na Prática de Ensino Supervisionada II, no 1.º e no 2.º Ciclo do Ensino Básico.

A segunda parte deste relatório apresenta-se um estudo empírico, subordinado ao tema *Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e práticas na gestão e resolução de conflitos*. Este estudo tem como finalidade estudar os processos de gestão e de resolução de conflitos no Conselho de Cooperação Educativa. Para a realização do mesmo foram identificados os seguintes objetivos específicos: (i) Caracterizar a conceção da Orientadora Cooperante sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no Conselho de Cooperação Educativa; (ii) Caracterizar a conceção dos alunos sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no Conselho de Cooperação Educativa; e (iii) Descrever o processo de gestão e resolução de conflitos no Conselho de Cooperação Educativa. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa interpretativa e as técnicas de recolha de dados mobilizadas consistiram na observação não participante; entrevista semiestruturada; *focus group*; análise documental e notas de campo. Em conformidade, os dados recolhidos foram tratados com recurso à análise de conteúdo.

Os resultados do estudo possibilitaram identificar as semelhanças e as diferenças relativas às conceções dos alunos e da Orientadora Cooperante sobre o papel do Conselho de Cooperação Educativa na gestão de conflitos do grupo e descrever os processos de gestão e resolução dos mesmos, neste Conselho de Cooperação, identificando o local de ocorrência dos conflitos, a sua natureza e formas de resolução.

Palavras-chave: Conselho de Cooperação Educativa; Gestão de Conflitos; Autonomia, Responsabilidade e Desenvolvimento Sociomoral,

ABSTRACT

| " ' | | ' |

The report is written within the context of the unit Supervised Teaching Practice II of the master's degree in Teaching of the 1st Cycle of Basic Education (CEB) and Mathematics and Natural Sciences in the 2nd CEB.

The present paper is organized in two parts. The first part contemplates the description and reflective analysis of the observation, intervention, and pedagogical evaluation practices, elaborated in Supervised Teaching Practice II, in the 1st and 2nd CEB.

The second part of the report consists in an empirical study entitled "*Educational Cooperation Council (ECC) in the 1st CEB: Procedure and practices in conflict management and resolution*". The purpose of this study is to investigate the procedures of conflict management and resolution in the Educational Cooperation Council. In order to carry out this study, there have been listed specific goals such as: (i) characterize the concept of conflict management and resolution in the Educational Cooperation Council made by the Cooperative Counselor; (ii) characterize the concept conflict management and resolution in the Educational Cooperation Council made by the students; and (iii) describe the process of the conflict management in the Educational Cooperation Council. The methodology applied is of an interpretive qualitative nature and the data collection techniques used consist of a non-participant observation; semi-structured interview; focus group; document analysis, and field notes. Therefore, the collected data were treated through content analysis.

The results of this study have made it possible to identify the similarities and discrepancies regarding the concept of Educational Cooperation Council made by the students and the Cooperative Counselor and describe its procedures in conflict management and resolution, identifying the places of conflict, its nature and manner of resolution.

Key Words: Educational Cooperation Council; Conflict Management; Autonomy; Responsibility and Sociomoral Development

ÍNDICE GERAL

1. Introdução	1
Parte I – Prática de Ensino Supervisionada no 1.º e no 2.º CEB.....	4
1. Descrição Sintética da Prática Pedagógica Desenvolvida no 1.º CEB	5
1.1. Caracterização do contexto socioeducativo	6
1.1.1. A instituição.....	6
1.1.2. Finalidades educativas e princípios orientadores da ação pedagógica da Orientadora Cooperante	6
1.1.3. A turma.....	7
1.1.4. Processos de Avaliação e Regulação das Aprendizagens.....	7
1.2. Problematização dos dados do contexto e identificação dos objetivos gerais de intervenção	7
1.2.1. Diagnose e problemática.....	8
1.2.2. Estratégias globais de intervenção e de integração curricular	9
1.2.3. Atividades implementadas.....	10
1.2.4. Avaliação e regulação das aprendizagens.....	10
2. Descrição Sintética da Prática Pedagógica Desenvolvida no 2.º CEB	12
2.1. Caracterização do contexto socioeducativo	13
2.1.1. A instituição.....	13
2.1.2. Finalidades educativas e princípios orientadores da ação pedagógica da Orientadora Cooperante	13
2.1.3. A turma.....	14
2.1.4. Processos de avaliação e regulação das aprendizagens	14
2.2. Problematização dos dados do contexto e identificação dos objetivos gerais de intervenção	14
2.2.1. Diagnose e problemática.....	15
2.2.2. Estratégias globais de intervenção e de integração curricular	15
2.2.3. Atividades implementadas.....	16
2.2.4. Avaliação e regulação das aprendizagens.....	17
3. Análise Crítica e Reflexiva da Prática Desenvolvida no 1.º e no 2.º CEB.....	18
3.1. Princípios da ação educativa	19

3.2. Gestão dos tempos e conteúdos.....	20
3.3. Relação Pedagógica.....	21
3.4. Processos de avaliação e regulação das aprendizagens	21
Parte II – Estudo Empírico	23
4. Apresentação do Estudo	24
5. Enquadramento Teórico.....	27
5.1. Conselho de Cooperação Educativa	28
5.1.1. Movimento Escola Moderna.....	30
5.2. Desenvolvimento Sociomoral	32
5.3. Gestão de conflitos.....	34
5.4. Estado da arte	35
6. Metodologia	37
6.1. Problemática e questões de estudo.....	38
6.2. Opções metodológicas	39
6.2.1. Natureza do estudo.....	39
6.2.2. Métodos e técnicas de recolha de dados.....	40
6.2.3. Técnicas e instrumentos de análise de dados.....	41
6.3. Caracterização do contexto e dos participantes.....	42
6.4. Princípios éticos do processo de investigação	42
7. Apresentação e Discussão de Resultados	43
7.1. Concepções sobre o Conselho de Cooperação Educativa.....	44
7.1.1. Concepções da Orientadora Cooperante	44
7.1.2. Concepções dos alunos	46
7.1.3. Análise Comparativa.....	49
7.2. Processo de gestão e resolução de conflitos	50
8. Conclusões.....	54
9. Reflexão Final.....	57
Referências.....	661
Anexos.....	66

Anexo A. Planta da sala de aula	67
Anexo B. Exemplo de um Plano Semanal.....	69
Anexo C. Caracterização dos alunos da turma do 1.º CEB.....	71
Anexo D. Potencialidades e fragilidades na turma do 1.º CEB.....	74
Anexo E. Avaliação dos objetivos na turma do 1.º CEB	76
Anexo F. Descritores relacionados com o 1.º objetivo geral do PI que foram trabalhados e/ou adquiridos pelos alunos	79
Anexo G. Descritores relacionados com o 2.º objetivo geral do PI que foram trabalhados e/ou adquiridos pelos alunos	83
Anexo H. Caracterização dos alunos da turma do 6.º 3.º	86
Anexo I. Caracterização dos alunos da turma 6.º 6.º.....	88
Anexo J. Tabela relativa ao número de vezes que os alunos da turma do 6.º3.º participaram nas aulas, durante o período de observação	90
Anexo K. Tabela relativa ao número de vezes que os alunos da turma do 6.º6.º participaram nas aulas, durante o período de observação	92
Anexo L. Tabela relativa ao respeito pelo outro dos alunos da turma do 6.º3.º participaram nas aulas, durante o período de observação	94
Anexo M. Tabela relativa ao respeito pelo outro dos alunos da turma do 6.º6.º participaram nas aulas, durante o período de observação	96
Anexo N. Tabela relativa à submissão da fotografia do caderno diário da turma do 6.º3.º, durante o período de observação	98
Anexo O. Tabela relativa à submissão da fotografia do caderno diário da turma do 6.º6.º, durante o período de observação.....	100
Anexo P. Tabela relativa à submissão da fotografia do TPC do 6.º3.º, durante o período de observação	102
Anexo Q. Tabela relativa à submissão da fotografia do TPC do 6.º6.º, durante o período de observação	104
Anexo R. Potencialidades e fragilidades identificadas em ambas as turmas do 6.º ano.....	106

Anexo S. Exemplo de um questionário semanal	108
Anexo T. Tabela relativa ao número de vezes que os alunos da turma do 6.º3.º participaram nas aulas, durante todo o período da prática	110
Anexo U. Tabela relativa ao respeito pelo outro dos alunos da turma do 6.º3.º, durante todo o período da prática	112
Anexo V. Tabela relativa à submissão da fotografia do caderno diário da turma do 6.º3.º, durante todo o período da prática.....	114
Anexo W. Tabela relativa à submissão da fotografia do TPC da turma do 6.º3.º, durante todo o período da prática	116
Anexo X. Guião da entrevista semiestruturada realizada à OC	118
Anexo Y. Guião da entrevista Focus group realizada aos alunos.....	120
Anexo Z. Transcrição da entrevista semiestruturada realizada à OC.....	122
Anexo AA. Transcrição da entrevista focus group realizada aos alunos.....	128
Anexo AB. Exemplo de uma ata	134
Anexo AC. Análise de conteúdo da entrevista semiestruturada realizada à OC	136
Anexo AD. Análise de conteúdo da entrevista focus group realizada aos alunos	144
Anexo AE. Análise do CCE que corresponde à semana de 3 a 7 de maio	149
Anexo AF. Análise do CCE que corresponde à semana de 10 a 14 de maio	153
Anexo AG. Análise do CCE que corresponde à semana de 17 a 21 de maio.....	158
Anexo AH. Análise do CCE que corresponde à semana de 21 a 27 de maio.....	161
Anexo AI. Consentimentos informados assinados pelos EE	164
Anexo AJ. Exemplo do Diário de Turma	188
Anexo AK. Tabela síntese dos CCE	190

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Conceções da OC sobre o CCE.....	44
Figura 2 – Conceções da OC sobre a Gestão de Conflitos no CCE.....	46
Figura 3 – Conceções dos alunos sobre o CCE.....	47
Figura 4 – Conceções dos alunos sobre a Gestão de Conflitos no CCE.....	48
Figura 5 – Local onde ocorrem os conflitos.....	51
Figura 6 – Queixas realizadas na 1. ^a pessoa ou por terceiros	52
Figura 7 – Tipos de conflitos ocorridos.....	53
Figura 8 – Resolução dos conflitos.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS

CCE	Conselho de Cooperação Educativa
CEB	Ciclo do Ensino Básico
DT	Diário de Turma
E@D	Ensino a Distância
EE	Encarregado de Educação
MEM	Movimento Escola Moderna
OC	Orientadora Cooperante
PES II	Prática de Ensino Supervisionada II
PIT	Plano Individual de Trabalho
TEA	Tempo de Estudo Autónomo
TPC	Trabalho para Casa
UC	Unidade Curricular

INTRODUÇÃO

| ' ' | | ' ' |

O presente relatório desenvolve-se no âmbito da Unidade Curricular (UC) Prática de Ensino Supervisionada II (PES II), do Mestrado em Ensino 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e de Matemática e Ciências Naturais no 2.º CEB, ministrado pela Escola Superior de Educação de Lisboa.

A PES II corresponde à imersão do estudante estagiário na prática docente, possibilitando-lhe refletir sobre as futuras ações pedagógicas e identificar modos de agir com os quais mais se identifica. (Januário, 2008).

Este relatório encontra-se organizado em duas partes e nove capítulos, sendo que estes se encontram subdivididos em subcapítulos.

A primeira parte refere-se à PES II desenvolvida no 1.º e no 2.º CEB. Esta prática organizou-se em dois momentos, sendo que o primeiro se realizou numa turma de 4.º ano do 1.º CEB, num bairro tradicional da cidade de Lisboa e o segundo em duas turmas do 6.º ano do 2.º CEB, também na cidade metropolitana de Lisboa. Ambas as práticas tiveram a duração de nove semanas, organizadas pelas seguintes fases: observação, intervenção e avaliação pedagógica.

Em conformidade, o primeiro capítulo diz respeito à *Descrição Sintética da PES II no 1.º CEB*, onde é caracterizado o contexto socioeducativo, as finalidades educativas, os princípios orientadores da ação pedagógica da OC, da turma e os processos de avaliação e regulação das aprendizagens dos alunos.

No segundo capítulo apresenta-se a *Descrição Sintética da PES II no 2.º CEB*. Neste capítulo, segue-se a mesma estrutura apresentada na descrição da prática anterior.

Ainda na primeira parte do relatório, o terceiro capítulo versa sobre uma *Análise Crítica e Reflexiva da Prática Desenvolvida no 1.º e no 2.º CEB*, no qual abordados os seguintes temas: (i) princípios da ação educativa; (ii) gestão dos tempos e conteúdos; (iii) gestão das relações na sala de aula; e (iv) processos de avaliação e regulação das aprendizagens.

Na segunda parte deste relatório, será apresentado um estudo empírico, desenvolvido na prática do 1.º CEB, na turma de 4.º ano de escolaridade subordinado ao tema, *Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e práticas na gestão e resolução de conflitos*. Configurou-se como principal objetivo desta pesquisa “Estudar os processos de gestão e resolução de conflitos no Conselho de Cooperação Educativa

(CCE)”. Para o efeito foram identificados os seguintes objetivos específicos: (i) Caracterizar a concepção da Orientadora Cooperante (OC) sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE; (ii) Caracterizar a concepção dos alunos sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE; e (iii) Descrever o processo de gestão e resolução de conflitos no CCE.

Assim, no quarto capítulo é realizada a *Apresentação do Estudo*, onde se expressa a motivação do investigador para a execução do mesmo, as questões-problema, o objetivo geral, e os objetivos específicos do estudo.

No quinto capítulo apresenta-se a *Metodologia*, que se inicia com a apresentação da problemática e das questões de estudo, bem como o objetivo geral e respetivos objetivos específicos.

Posteriormente, no sexto capítulo, será descrito o *Enquadramento Teórico*, ou seja, o quadro concetual que sustentou a condução deste estudo.

Em seguida, no sétimo capítulo, serão apresentados os *Resultados* da investigação. A apresentação de resultados será realizada assumindo como referência os objetivos específicos

No oitavo capítulo serão apresentadas as *Conclusões* da investigação.

Seguidamente apresenta-se uma *Reflexão Final*, na qual serão enunciados os contributos da PES II e do processo de investigação para a formação pessoal e profissional da investigadora.

Por fim, apresentam-se as *Referências* mobilizadas ao longo de todo o relatório, assim como os *Anexos* referidos ao longo do mesmo.

PARTE I - PRÁTICA DE ENSINO
SUPERVISIONADA NO 1.º E NO 2.º CEB

| ' ' | | ' ' |

1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA PRÁTICA
PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA NO 1.º CEB

| ' ' | | ' ' |

1.1. Caracterização do contexto socioeducativo

No presente subcapítulo é apresentado o contexto socioeducativo, que é composto pela caracterização da instituição, pela ação pedagógica da OC, da turma e pelos processos de avaliação e de regulação da aprendizagem.

1.1.1. A instituição

A instituição localiza-se no centro da cidade metropolitana de Lisboa, num bairro rico em comércio, serviços e estruturas com interesse histórico e arquitetónico. Esta é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que apresenta como oferta educativa à comunidade as valências de berçário, creche, pré-escolar, 1.º CEB e 2.º CEB. A escola cooperante tem como objetivo a construção de uma escola democrática com recurso a estratégias de ação pedagógica numa linha de pensamento sócio construtivo da aprendizagem defendendo a inclusão de todos os alunos. Alguns dos princípios da instituição são, designadamente: a diferenciação do processo de ensino e aprendizagem; a concretização do CCE; e a gestão dos conteúdos, tempo, espaço e materiais partilhada entre os docentes e os discentes (PE, s.d.).

1.1.2. Finalidades educativas e princípios orientadores da ação pedagógica da Orientadora Cooperante

A prática pedagógica da OC sustenta-se de acordo com os princípios do modelo pedagógico do Movimento da Escola Moderna (MEM), assumindo como premissas o desenvolvimento da formação democrática e das competências sociomorais dos seus alunos, com base no envolvimento dos mesmos na gestão e organização do currículo escolar e na sua avaliação (Movimento Escola Moderna, s.d.).

No que respeita à organização e gestão do espaço e dos materiais, a sala de aula encontrava-se organizada de forma a facilitar o ambiente de aprendizagem dos alunos, de modo que os materiais e os instrumentos pedagógicos auxiliares à organização do trabalho estavam dispostos de forma acessível a todos os alunos, com o objetivo de permitir a sua utilização livre e autónoma. A sala de aula encontra-se organizada em quatro “ilhas” cada uma composta por três ou quatro mesas de trabalho (Anexo A).

No que diz respeito à organização e gestão do tempo e dos conteúdos de aprendizagem, estes eram geridos de acordo com uma agenda semanal, concebida pela docente e partilhada com os alunos no início de cada semana. O Plano Semanal (e.g. Anexo B) era construído em função das necessidades dos alunos e das suas propostas, sendo adaptado às rotinas institucionalizadas pela OC e instituição.

1.1.3. A turma

O grupo de alunos é constituído por vinte e seis alunos dos quais oito são do sexo masculino e dezoito são do sexo feminino. A turma é composta por alunos com idades compreendidas entre os nove e os onze anos, sendo que um dos alunos se encontra referenciado com Perturbação do Espectro do Autismo (Anexo C).

No que diz respeito às aprendizagens dos alunos, de uma forma geral, estes revelam ser alunos interessados e participativos no que se refere ao trabalho escolar. Revelam autonomia, responsabilidade e entreaajuda entre os pares. São crianças muito curiosas, aspeto que por sua vez contribui para a aquisição de competências ao nível do conhecimento da cultura geral. A turma, na sua maioria, apresenta níveis de desenvolvimento cognitivos elevados e um bom ritmo de trabalho.

1.1.4. Processos de avaliação e regulação das aprendizagens

A avaliação é de carácter contínuo, formativo e sumativo. A modalidade de avaliação formativa é uma constante ao longo do processo, focando-se no percurso que cada aluno realiza, com recurso à reflexão sobre as suas produções escritas e orais como fontes de avaliação. Os processos de auto e heteroavaliação individual, a pares ou em grande grupo, são uma constante em todo o processo. Esta prática encontra-se em linha de continuidade como é proposto por Pinto (2002), quando refere que o processo de avaliação deve ser um processo, contínuo, flexível e de constante reflexão.

1.2. Problematização dos dados do contexto e identificação dos objetivos gerais de intervenção

Após a apresentação do Contexto Educativo, será explicitado no presente subcapítulo a problematização dos dados do mesmo. Esta problematização conduzir-nos

-á à identificação de questões problema que, conseqüentemente, nos conduzirão à seleção dos objetivos gerais de intervenção pedagógica. Ainda nesta parte serão apresentadas as estratégias globais de intervenção e de integração curricular, as atividades implementadas e a avaliação e regulação das aprendizagens.

1.2.1. Diagnose e problemática

De forma a serem selecionadas e implementadas medidas de acordo com as potencialidades e necessidades do grupo, com o intuito de melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos mesmos, foi realizado o processo de diagnose da turma. Nesse processo foram identificadas, durante a fase de observação, as potencialidades e fragilidades do grupo, nas várias componentes do currículo do 1.º CEB, para este ano de escolaridade. Para o efeito, selecionaram-se indicadores de avaliação para as várias áreas do currículo e construíram-se instrumentos de registos para os dados de avaliação correspondentes (Anexo D).

No domínio da área Curricular de Português, os alunos apresentavam um bom nível nas competências e gosto pela leitura e também no que diz respeito à compreensão e interpretação de textos. As fragilidades, identificadas situavam-se no planeamento e organização da escrita na capacidade argumentativa, tanto oral como escrita.

Relativamente à área curricular de Matemática, a turma demonstrava facilidade na resolução de algoritmos de adição e subtração, no entanto apresentava algumas dificuldades no que diz respeito aos números racionais não negativos em forma de fração e na resolução de problemas.

No que se refere ao domínio da área curricular de Estudo do Meio, o grupo revelava uma ampla aquisição de conhecimentos de cultura geral e uma grande facilidade em realizar ligações entre os conteúdos.

Em relação às áreas curriculares da Expressões Artísticas no domínio da Expressão Plástica, os alunos demonstravam gosto pela ilustração e como fragilidade a exploração de diversos materiais. No que diz respeito à Expressão e Educação Dramática, os discentes apresentavam capacidade de adequar-se a inúmeras possibilidades expressivas da voz, mesmo em situações de improviso. As fragilidades, situavam-se na dificuldade de utilizar e adequar objetos como adereços ou formas animadas. No domínio

da Expressão e Educação Musical, estes alunos revelavam, por um lado, facilidade na realização de sequências com movimentos corporais e na improvisação de sequências melódicas e, em contrapartida, fragilidade na experimentação de sons vocais. Quanto à Expressão e Educação Físico-Motora, os alunos apresentavam potencialidades na passagem e remate da bola, bem como a encostar a bola de basquetebol, porém apresentavam dificuldades na realização de batimentos de bola com a raquete e a impulsionar a bola na vertical.

No que diz respeito às competências sociais, os alunos revelavam elevadas competências de autonomia, responsabilidade, eram empáticos, cooperantes e participativos. Como fragilidade, evidenciavam a dificuldade em respeitar a sua vez para falar, por vezes intervindo de forma desadequada, e conseqüentemente interrompendo a aula.

Da problematização dos dados e diagnose identificaram-se potencialidade e fragilidades das quais emergiram as seguintes questões problemas: (i) Como promover a competência argumentativa? e (ii) Como promover as capacidades intrínsecas aos processos científicos?

Com base nas questões-problema identificadas, foram selecionados os seguintes objetivos gerais de intervenção: (i) Desenvolver a competência argumentativa (em situações orais e escritas) e (ii) Desenvolver competências intrínsecas aos processos científicos.

1.2.2. Estratégias globais de intervenção e de integração curricular

No sentido da consecução dos objetivos gerais identificados, foram delineadas e implementadas estratégias de intervenção e de integração curricular.

No que respeita ao primeiro objetivo geral “*Desenvolver a competência argumentativa (em situações orais e escritas)*”, privilegiaram-se as seguintes estratégias: continuação da realização dos CCE; propostas de escrita de textos de opinião; discussão coletiva sobre as características do discurso e texto argumentativo e utilização do discurso argumentativo nos momentos de trabalho coletivo, como a apresentação e discussão de raciocínios matemáticos e nos momentos de apresentação de projetos e de produções.

No que concerne ao segundo objetivo geral “*Desenvolver as capacidades inerentes aos processos científicos*”, foram implementadas as seguintes estratégias: implementação de atividades experimentais; manipulação de recursos para o processo de construção de conhecimento matemático e realização de visitas de estudo.

1.2.3. Atividades implementadas

Durante a intervenção foram concretizadas inúmeras atividades. As mesmas contribuíram a consecução dos objetivos propostos. Estas consistiram em tertúlias dialógicas, em textos de opinião e na sistematização das características do texto e discurso argumentativo, na realização de atividades experimentais, tarefas exploratórias com recurso a materiais manipuláveis e no preenchimento de guiões durante as visitas de estudo.

1.2.4. Avaliação e regulação das aprendizagens

Para a realização da diagnose foram construídas grelhas de registo nas várias áreas curriculares, nas quais se encontram os descritores de desempenho e as respetivas avaliações de cada discente que foram passíveis de ser observadas. Durante a intervenção, os indicadores expressos nas grelhas de registo foram sempre considerados e, à medida que se avaliava, os dados eram registados nos respetivos instrumentos de registo. Foi deste modo que se recolheram os dados para a análise da progressão dos alunos nos conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos. Desta forma foi possível, no final do processo, proceder a uma avaliação sistematizada e fundamentada sobre as aprendizagens realizadas pelo grupo (Anexo E).

No que respeita ao primeiro objetivo geral – *Desenvolver a competência argumentativa* (em situações orais e escritas) –, esta competência foi trabalhada com os alunos ao longo de toda a prática e apesar de ser uma competência considerada como difícil de alcançar, na sua plenitude, os dados de avaliação final permitem considerar a evidência de uma progressão satisfatória dos alunos neste domínio (Anexo F).

Relativamente ao segundo objetivo geral – *Desenvolver as capacidades inerentes aos processos científicos*, através de atividades práticas –, foram propostas atividades, que permitiram desenvolver as competências dos alunos no que diz respeito aos processos científicos (Anexo G), com base em atividades experimentais e visitas de estudo.

Também esta competência não é passível de ser desenvolvida na íntegra, num ano de escolaridades, e muito menos em 9 semanas, uma vez que se adquire ao longo de todo o percurso escolar dos alunos.

Em suma, após a análise dos resultados é possível afirmar que os objetivos gerais foram alcançados ainda que não na totalidade, uma vez que correspondem a competências que têm que ser trabalhadas ao longo de toda a trajetória escolar.

2. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA PRÁTICA
PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA NO 2.º CEB

| ' ' | | ' ' |

2.1. Caracterização do contexto socioeducativo

Neste subcapítulo será apresentado o contexto socioeducativo, ou seja, a caracterização da instituição, da ação pedagógica da OC, das turmas e dos processos de avaliação e de regulação da aprendizagem.

2.1.1. A instituição

A escola cooperante é uma instituição de caráter público, frequentada por vinte e quatro turmas pertencentes ao 2.º CEB e ao 3.º CEB. Esta instituição faz parte de um Agrupamento de Escolas localizado na zona metropolitana de Lisboa, com inúmeras ofertas educativas e com diversidade de comércio e serviços.

O Projeto Educativo do Agrupamento da instituição enfatiza a importância do papel da escola no desenvolvimento das diversas dimensões dos seus alunos, tendo em conta a sociedade em que se insere. Um dos principais pilares do Projeto Educativo corresponde à formação de cidadãos críticos e conscientes que valorizem o conhecimento como condição para a integração e exercício de uma cidadania ativa (PE, s.d.).

2.1.2. Finalidades educativas e princípios orientadores da ação pedagógica da Orientadora Cooperante

O início do período de observação coincidiu com o recomeço das aulas na modalidade de Ensino a Distância (E@D). Durante o período de observação foi possível verificar que a OC se rege, maioritariamente, pelo método de ensino tradicional. Este tipo de ensino caracteriza-se pela transmissão de conhecimentos e conteúdos, do professor para os alunos, de forma estruturada através do método expositivo (Leão, 1999). A OC conduz assim, as suas aulas sustentadas essencialmente por processos de ensino e aprendizagem expositivos, recorrendo aos manuais escolares e aos materiais disponibilizados na plataforma online da editora dos manuais.

Durante o período de observação não foram desenvolvidos, na sala de aula, trabalho a pares ou em grupo. As sessões mantinham sempre o registo de trabalho em grande grupo e a interação reduzida ao clássico formato de docente-discente. Os alunos assumiam um papel de meros agentes passivos no seu processo de aprendizagem.

No que se refere à organização do tempo, a OC optou por realizar todas as sessões de forma síncrona, sendo que ambas as turmas tinham um bloco de 90 minutos e um bloco de 45 minutos para a disciplina de Ciências Naturais e, dois blocos de 90 minutos e um bloco de 45 minutos para a disciplina de Matemática.

2.1.3. A turma

No que diz respeito ao grupo de alunos que compõem as turmas do 6.º3.º e do 6.º6.º do 2.º CEB, estas eram constituídas, respetivamente, por vinte e vinte e sete alunos. A turma do 6.º3.º contava com onze alunos do sexo masculino e nove do sexo feminino, com idades compreendidas entre os onze e os quinze anos de idade, sendo que quatro destes alunos se encontravam abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 54/2018 (Anexo H). Relativamente à turma do 6.º6.º, esta era formada por onze alunos do sexo masculino e dezasseis do sexo feminino, com idades compreendidas entre os onze e os doze anos e um dos alunos era abrangido pelo Decreto-Lei n.º 54/2018 (Anexo I). É ainda importante salientar que a turma do 6.º6.º praticava o ensino articulado, isto é, doze dos seus alunos substituíam três disciplinas da escola básica, nomeadamente Educação Tecnológica, Educação Musical e Tecnologias de Informação e Comunicação, pelas disciplinas da área de música administradas numa escola vocacional especializada em música.

2.1.4. Processos de avaliação e regulação das aprendizagens

O processo de avaliação das aprendizagens dos alunos era de carácter formativo e sumativo. Os processos de avaliação e de regulação das aprendizagens eram realizados através da observação direta dos comportamentos, da assiduidade e da participação dos alunos. Ademais, a OC também se socorria das fichas sumativas, questões de aulas e da realização dos Trabalhos para Casa (TPC) como instrumentos de avaliação. A Prática correspondeu unicamente ao E@D, e por esse motivo durante o momento de observação não foi realizada a avaliação sumativa, pelo que a OC se baseou apenas, durante o período em que decorreu o estágio, no recurso à avaliação formativa.

2.2. Problematização dos dados do contexto e identificação dos objetivos gerais de intervenção

No presente subcapítulo será identificada a problematização dos dados do contexto, no qual serão apresentados os objetivos gerais, as estratégias globais de intervenção e de integração curricular, as atividades implementadas e a avaliação das aprendizagens.

2.2.1. Diagnose e problemática

No decorrer do período de observação foi possível identificar algumas das potencialidades e fragilidades em ambas as turmas. Tais constatações foram possíveis através da recolha de dados com recurso à observação direta e conversas informais com a OC. Os dados recolhidos foram registados em instrumentos concebidos para o efeito. Em conformidade, conceberam-se instrumentos para recolha de dados relativos à participação (Anexo J e K); ao respeito pelo outro (Anexos L e M); à submissão das fotografias do caderno diário (Anexos N e O); e à submissão das fotografias do TPC (Anexos P e Q).

Com base na análise destes dados, foram identificadas potencialidades e fragilidades relativas às competências transversais dos alunos em ambas as turmas (Anexo R). Assim, verificou-se a existência de uma relação de contradição entre as fragilidades e as potencialidades de ambas as turmas. Enquanto o 6.º3.º demonstra respeito e cordialidade no que diz respeito aos outros, esta corresponde a uma das fragilidades do 6.º6.º. E em contrapartida, enquanto o 6.º6.º se revela uma turma participativa, interessada e curiosa, o 6.º3.º não apresenta tais características.

Tendo como referência as potencialidades e fragilidades das turmas, e tendo em conta o facto de a avaliação durante o período de estágio ter decorrido na modalidade de E@D identificaram-se as seguintes questões problema: (i) Como promover a autorregulação da avaliação, por parte dos alunos, no regime de E@D? e (ii) Que estratégias se deverão implementar para a promoção da avaliação contínua no regime de E@D? Em correspondência com as questões-problema foram identificados os seguintes objetivos gerais: (i) *Desenvolver competências de participação nos processos de autorregulação da aprendizagem na modalidade de E@D* e (ii) *Desenvolver competências de utilização de ferramentas digitais.*

2.2.2. Estratégias globais de intervenção e de integração curricular

Ao longo da prática foram utilizadas estratégias no sentido de uma maior participação dos alunos em detrimento de sessões de trabalho de natureza expositiva. São exemplos, a realização de trabalhos em grupo e a pares. Porém, no sentido de dar continuidade aos princípios pedagógicos da OC, o recurso aos manuais não foi desprezado.

No que diz respeito às estratégias e instrumentos selecionados, para a concretização do primeiro objetivo geral “*Desenvolver competências de participação nos processos de autorregulação da aprendizagem na modalidade de E@D*” foi utilizada a observação direta para a recolha de dados para a avaliação, com o intuito de concretizar a análise relativa às estratégias de promoção da participação dos estudantes no processo de avaliação na modalidade de E@D, através da partilha do feedback para com os alunos, no sentido de orientar o seu percurso de inclusão na avaliação. Semanalmente era pedido aos alunos que respondessem a um questionário de autoavaliação que permitia que os mesmos refletissem relativamente à sua prestação ao longo da semana, na plataforma *Google Forms* (e.g. Anexo S). Os alunos tinham total acesso à sua conta na plataforma *ClassDojo*, na qual poderiam ver a pontuação da sua avaliação no que diz respeito à submissão dos TPC e do caderno diário, ao respeito pelos outros e à participação. Também foram realizadas semanalmente questões de aula no formato *Quizziz*, que versavam sobre os conteúdos lecionados, com o intuito de que os alunos refletissem sobre as suas aprendizagens.

Quanto ao segundo objetivo geral, “*Desenvolver competências de utilização de ferramentas digitais*”, as estratégias utilizadas para a concretização do mesmo corresponderam à observação direta e ao preenchimento de grelhas de avaliação ao longo da prática relativamente à participação (e.g. Anexos T), ao respeito pelos outros (e.g. Anexos U), à submissão do caderno diário (e.g. Anexos V) e à submissão dos TPC (e.g. Anexos W).

2.2.3. Atividades implementadas

No que respeita às áreas curriculares de Ciências Naturais e de Matemática, foram implementadas atividades, realizadas na modalidade de trabalho em pequenos grupos, que permitiam o trabalho colaborativo. Estas tarefas de grupo possibilitaram aos alunos

partilhar os seus conhecimentos, e foi notável a evolução dos mesmos, uma vez que no início da prática apresentavam uma postura mais individualista e no final já todos os alunos realizavam a atividade proposta em conjunto, numa perspetiva de colaboração e cooperação.

Uma das atividades realizadas semanalmente, em ambas as áreas curriculares, prendeu-se com a realização de questões de escolha múltipla na aplicação *Quizizz*, de maneira a permitir o reforço da consolidação dos conteúdos.

No que diz respeito à manipulação de recursos digitais na área disciplinar de Matemática, foram solicitadas tarefas exploratórias na aplicação *The Math Learning Center*. Durante a realização destas tarefas, os alunos demonstraram total envolvimento e participação.

2.2.4. Avaliação e regulação das aprendizagens

Relativamente ao primeiro objetivo geral “*Desenvolver competências de participação nos processos de autorregulação da aprendizagem na modalidade de E@D*”, este foi desenvolvido tanto nas áreas disciplinares que foram trabalhadas, Matemática e Ciências Naturais, como nas competências transversais, nomeadamente o comportamento e as atitudes. As estratégias implementadas foram recebidas com grande interesse e vontade de consciencialização, com o intuito de melhorar a prestação e, conseqüente, avaliação. Foi fornecido feedback tanto escrito como oral, de modo que os alunos refletissem sobre a sua prestação ao longo das sessões. Através dos dados de avaliação recolhidos foi possível verificar que houve uma evolução nos alunos que não submetiam os trabalhos e começaram a fazê-lo.

No que se refere ao segundo objetivo geral, “*Desenvolver competências de utilização de ferramentas digitais*

”, as estratégias implementadas pelas estagiárias permitiram a avaliação e a regulação das aprendizagens dos alunos, tanto relativamente aos conteúdos curriculares, como no que diz respeito aos comportamentos sociais e atitudes.

3. ANÁLISE COMPARATIVA E REFLEXIVA
DA PRÁTICA DESENVOLVIDA NO 1.º E NO
2.º CEB

| ' ' | | ' ' |

Após a descrição das práticas pedagógicas nos contextos do 1.º e do 2.º CEB, no presente capítulo será realizada uma análise comparativa e reflexiva sobre as mesmas. A análise irá incidir sobre os fatores: (i) Princípios da ação educativa; (ii) Gestão dos tempos e conteúdos; (iii) Relação pedagógica; e (iv) Processos de avaliação e regulação das aprendizagens.

3.1. Princípios da ação educativa

As práticas inseriram-se em contextos distintos. No que se refere à prática educativa do 1.º CEB, esta era sustentada num modelo pedagógico que preza a formação democrática e o desenvolvimento sociomoral dos alunos em que estes participam na autorregulação do seu processo de aprendizagem. Contrariamente à prática do 2.º CEB, que se baseava em métodos de ensino mais tradicionais, com aulas essencialmente expositivas, centradas no docente em que a aula era exposta para todos em simultâneo e os recursos materiais utilizados (manual escolar) eram igualmente os mesmos para todos os alunos, sem consideração pelas necessidades, interesses, ritmos e estilos de aprendizagem dos mesmos.

O conhecimento era trabalhado nas duas práticas de formas dispare. Na prática de 1.º CEB, os alunos participavam na gestão do currículo escolar, o que permitia e potenciava a colaboração dos alunos com os docentes, tanto na planificação de atividades como na entajuda, nas aprendizagens e na sua avaliação (Movimento Escola Moderna, s.d.). Nesta prática, os alunos realizavam trabalhos de grupo e a pares de forma a partilharem os conhecimentos de cada um e, ao longo da realização dos mesmos, demonstravam uma grande noção de valores humanos, isto é, os alunos demonstravam empatia, preocupação, respeito e solidariedade para com os colegas.

Na prática do 2.º CEB, os alunos não apresentavam quaisquer hábitos de trabalhos cooperativos, pois as atividades solicitadas aos alunos eram unicamente de carácter individual, não existindo incentivo à fomentação de relações interpessoais entre os alunos, sendo apenas perceptível a relação professor-aluno.

Os alunos do 4.º ano, apesar de serem mais novos do que os do 6.º ano, aparentavam estar mais desenvolvidos no que diz respeito às competências de responsabilidade, autonomia e relativamente aos valores humanos, nomeadamente os

ideais de justiça, reciprocidade e solidariedade. Considero que este aspeto se deva ao modelo socio construtivista implementado na prática do 4.º ano, pois este potencia o desenvolvimento sociomoral dos alunos, uma vez que preza: os circuitos de comunicação, as estruturas de cooperação educativa e a participação democrática direta (Niza, 1998). Por sua vez, o ensino tradicional resulta em implicações pedagógicas que não respeitam a individualidade de cada aluno, os conhecimentos são unicamente transmitidos pelos docentes e apenas é esperado dos alunos que memorizem e integrem e reproduzam esses conteúdos nas avaliações (Santos, 2015).

3.2. Gestão dos tempos e conteúdos

No que diz respeito à gestão de conteúdos os tempos no 1.º CEB, eram geridos com a participação dos alunos, enquanto no 2.º CEB os conteúdos eram decididos exclusivamente pela professora. A docente do 2.º CEB, seguia a ordem dos conteúdos apresentados no manual em cada uma das áreas curriculares, e em cada sessão de trabalho estes eram transmitidos aos alunos sem conhecimento prévio dos mesmos. Em seguida os alunos realizavam exercícios de aplicação do manual e do caderno de atividades. Posteriormente estes trabalhos eram corrigidos em coletivo. Nos trabalhos para casa, os alunos realizavam exercícios para consolidação dessas aprendizagens.

Pelo contrário, a gestão da sala de aula na prática de 1.º CEB, era efetuada com a participação dos alunos, de forma cooperada. Existia uma colaboração ativa entre os professores e os alunos. Aos alunos, era atribuída quinzenalmente uma tarefa, de maneira a existir uma melhor organização e gestão da sala de aula, e os alunos tinham total liberdade e responsabilidade para gerirem a mesma. Estas tarefas eram rotativas. Todos os alunos passavam pela experiência de desempenhar as tarefas do grupo. Os tempos eram apresentados e geridos com base na agenda semanal partir da qual se concebia em conjunto o plano semanal. Os alunos tinham ainda a seu cargo a tarefa de planificar no início da semana o seu trabalho, no Plano Individual de Trabalho (PIT) a desenvolver individualmente ou com apoio em Tempo de Estudo Autónomo (TEA). Estes momentos de trabalho em TEA permitiam a concretização dos processos de diferenciação pedagógica em que cada um trabalhava sobre as suas dificuldades ou temas do seu interesse.

3.3. Relação pedagógica

Em ambas as práticas foi possível observar uma boa relação entre as docentes e os alunos, o que se traduziu numa relação de bem-estar afetivo e emocional. Enquanto a docente do 2.º CEB apenas se cingiu a essa relação, a docente do 1.º CEB incidiu também a sua conduta no que diz respeito à “promoção de situações de interação e cooperação orientada para a integração e troca de saberes, permitindo e desenvolvendo, em cada uma, intervenções personalizadas, autónomas e críticas” (Laranjeiro, 2011, p.27).

No que diz respeito à relação aluno-aluno, as diferenças entre estas duas formas de conceber os processos de ensino e aprendizagem eram muito evidentes. A turma de 4.º ano apresentava relações baseadas na empatia, cooperação, até mesmo amizade, os alunos eram estimulados a pôr em prática os valores humanos que sustentam a justiça, reciprocidade e solidariedade (Movimento Escola Moderna, s.d.). Contrariamente, os alunos do 6.º ano não estabeleciam qualquer tipo de relação entre si, durante as aulas, dado que a única relação que existia eram dirigidas pelo professor e essencialmente baseadas na relação professor-aluno.

Em ambos os Ciclos a relação entre os Encarregados de Educação (EE) e docentes, era agradável, visto que a maioria dos EE participavam ativamente na vida escolar dos seus educandos, preocupando-se com a vida escolar dos mesmos. No entanto, para que os EE tivessem essa atitude, foi necessário que os docentes os orientassem sobre as formas apoio à aprendizagem. Com efeito, tanto as famílias como a escola são responsáveis pelo sucesso dos seus educandos tanto na vida escolar, como na vida pessoal, pelo que se torna fundamental que exista parceria entre os mesmos (Kusese, 2014).

3.4. Processos de avaliação e regulação das aprendizagens

Relativamente aos processos de avaliação e regulação das aprendizagens, existia uma maior incidência na avaliação formativa no 1.º CEB, enquanto no 2.º CEB, apesar de não termos assistido a nenhum teste sumativo, foi possível constatar que para estes discentes a avaliação sumativa tinha grande peso na avaliação final. Na turma de 4.º ano, a OC tinha como objetivo valorizar o percurso individual de cada aluno, e, para esse efeito, a sua avaliação era baseada na observação direta e nas produções realizadas

diariamente pelos alunos, e estes, por sua vez, estavam em permanente reflexão de forma a conseguirem melhorar as suas aprendizagens.

Pelo seu lado, nas turmas de 6.º ano tornou-se evidente que os alunos se encontravam numa constante preocupação no que respeita à avaliação final, e conseqüentemente, não se preocupavam com o processo, mas apenas com os resultados que iriam ter no final do período escolar.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

| ' ' | | ' ' |

4. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

| ' ' | | ' ' |

O estudo subordinado ao tema *Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e práticas na gestão e resolução de conflitos*, foi desenvolvido no âmbito da PESII, numa turma de 4.º ano do 1.º CEB.

O tema do estudo é, a meu ver, atual, pertinente e passível de suscitar interesse para a comunidade científica, uma vez que pode permitir produzir conhecimento relevante para a prática docente.

As motivações para a escolha do tema são de natureza intrínseca e extrínseca. As motivações de natureza intrínseca, estão relacionadas com a familiaridade da investigadora com o objeto de estudo. Com efeito, a escolha do tema emerge da afetividade e curiosidade que se obteve ao longo das Prática de Ensino Supervisionada I e II, mais especificamente, como consequência das diversidades de modelos pedagógicos observados nos contextos de estágio. Com efeito, foi na prática do 1.º CEB, particularmente a observação da rotina de Conselho de Cooperação Educativa que suscitou o interesse pelo estudo do tema. No que respeita às razões de natureza extrínseca, estas relacionam-se com a possibilidade de implicação dos alunos nos processos de aprendizagem, através do exercício da democracia, em rotinas de trabalho na sala de aula, que promovem nos alunos a aquisição de competências que se encontram plasmadas nas orientações curriculares para o Ensino Básico e nos Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. São exemplos destas competências, entre outras, as competências de autonomia, responsabilização na condução dos seus processos de aprendizagem, aprender a aprender, atitude científica, regulação das relações interpessoais; colaboração e cooperação.

A partir das motivações apresentadas foram identificadas as seguintes questões para a realização da investigação: (i) Quais as conceções da OC sobre o processo de gestão e resolução de conflitos no CCE? (ii) Quais as conceções dos alunos sobre o CCE, mais precisamente qual a importância que atribuem ao momento de gestão e resolução de conflitos durante o mesmo? (iii) Como decorre o processo de gestão e resolução de conflitos no CCE na turma do 4.º ano?

Em concordância com as questões enunciadas, definiu-se como objetivo geral para a pesquisa: *Estudar os processos de gestão e resolução de conflitos no Conselho de Cooperação Educativa*. Em articulação com o objetivo geral do estudo e as questões

enunciadas, identificaram-se os seguintes objetivos específicos: (i) Caracterizar a concepção da Orientadora Cooperante sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE; (ii) Caracterizar a concepção dos alunos sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE; e (iii) Descrever o processo de gestão e resolução de conflitos no CCE.

Os objetivos do estudo são suscetíveis de ser estudados no tempo disponível para o efeito uma vez que a PES II no 1.^a CEB se desenvolveu numa turma, cujo modelo pedagógico da OC contemplava esta rotina. Neste estudo, os meios necessários são apenas materiais de escrita, no sentido de observar e transpor as observações para suporte escrito (Sousa & Batista, 2014).

5. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

| ' ' | | ' ' |

Este capítulo tem como objetivo enquadrar conceptualmente o tema objeto de estudo, bem como de apresentar os estudos realizados sobre o mesmo tema. Para o efeito, procedeu-se a uma revisão da literatura com o propósito de consultar e recolher informações que permitissem sustentar o desenvolvimento desta investigação (Sousa & Batista, 2014).

Em conformidade, o quadro conceptual é composto pelos seguintes temas: (i) Conselho de Cooperação Educativa; (ii) Desenvolvimento Sociomoral; (iii) Gestão de Conflitos e por fim, (iv) Estado de Arte.

5.1. Conselho de Cooperação Educativa

O Conselho de Cooperação Educativa corresponde a uma rotina, desenvolvida no Movimento Escola Moderna, no qual não imperam hierarquias, pois os cargos são definidos rotativamente e todos os alunos são responsáveis por participar em todas as funções que lhes são atribuídas (Louseiro, 2011). É um dos instrumentos presentes no movimento e corresponde a um espaço de diálogo sobre as normas sociais relativamente às interações entre a turma ou com a escola (González, 2002). Traduz-se numa estrutura organizativa da vida escolar, que decorre num espaço público democrático, num dia da semana previamente estipulado entre os alunos e o professor, no qual coletivamente gerem as aprendizagens e relações sociais. Os intervenientes em conjunto avaliam, programam, acompanham, apoiam e regulam o processo de construção social (Serralha, 2007).

O Conselho de Cooperação Educativa incorpora o processo de vida da turma, revelando-se como um instrumento fundamental para os processos de aprendizagem e regulação das interações que os alunos estabelecem, o que tem como resultado a construção partilhada de saberes, que proporcionam um maior desenvolvimento no âmbito da educação e da formação. A rotina é realizada todas as semanas, mais concretamente, às segundas e sextas-feiras, tem como parâmetro organizacional a forma como os alunos se sentam, sendo que todos têm uma visão geral dos intervenientes. Relativamente à realização do debate, isto é, uma reflexão cooperativa que segue três pontos fundamentais na seguinte ordem: leitura e discussão da ata, avaliação dos Planos Individuais de Trabalho e leitura e discussão do Diário de Turma (Serralha, 2007).

Este espaço público é iniciado com a leitura e discussão da ata realizada na reunião anterior, dando oportunidade aos alunos de se relembrem dos compromissos que devem ser cumpridos. De seguida, os alunos devem refletir sobre o seu Plano Individual de Trabalho tendo como objetivo perceber se cumpriram aquilo a que se propuseram no início da semana e compreender os obstáculos com que se depararam (Serralha, 2007).

Os alunos e os adultos ao longo da semana registam os acontecimentos mais significativos no Diário de Turma, passando a ter o acontecimento um caráter coletivo, ao invés de um caráter individual que anteriormente revestia, tornando-se relevante para todos enquanto turma. Posteriormente e já no Conselho de Cooperação Educativa é pedido aos restantes colegas que ajudem a resolver o sucedido, de modo a discutirem e resolverem o problema em conjunto (Louseiro, 2011).

O Diário de Turma corresponde a uma proposta de análise de conteúdo fundamentalmente descritiva, que almeja codificar o tipo de atos morais e sócio convencionais. Este instrumento encontra-se dividido por colunas, nas quais se registam assuntos de natureza distinta, como por exemplo: desejos, acontecimentos importantes e juízos relativos a incidentes críticos (Vieira, 2007).

Ao longo de todo o momento do Conselho de Cooperação é realizado pelo secretário um documento que transcreve algumas ideias mencionadas e as decisões tomadas, acrescentando o compromisso a estas, documento este que assume como forma final uma ata (Cunha, 2009).

No Conselho de Cooperação Educativa, o presidente tem a responsabilidade de ler o Diário de Turma e de direcionar a discussão, dando permissão aos colegas para falarem e interromperem se assim for oportuno. O Secretário apoia o Presidente sempre que é necessário, regista as decisões tomadas e quando o Presidente não está presente, o Secretário substitui-o. O professor é considerado apenas um membro do Conselho de Cooperação Educativa, tal como todos os outros elementos que o constituem. Existem algumas regras que devem ser respeitadas, nomeadamente: para intervir é necessário colocar o dedo no ar, de maneira a pedir autorização para falar; há que respeitar as decisões tomadas e os intervenientes devem apresentar a sua opinião pessoal apenas no fim da discussão, para que a sua intervenção não influencie as decisões dos alunos, assegurando, assim, a viabilidade das decisões (Serralha, 2007).

Nestes momentos promovem-se processos de conversas e interações, durante as quais se decidem regras que permitem um estatuto de verdadeira comunidade de aprendizagem. Os alunos ao terem de intervir no debate recorrem e aprimoram as suas capacidades argumentativas e reflexivas. Também é nestes momentos que os alunos refletem, dentro de padrões morais e sociais, sobre o próprio pensamento, sobre as suas ações e formas de aprendizagem, isto é, há espaço para a construção de uma “linguagem interior”, uma vez que os alunos vão construindo e adaptando a sua maneira de pensar e agir, partindo dos compromissos coletivos (Louseiro, 2011).

O Conselho Cooperação corresponde a uma das rotinas do Movimento Escola Moderna e por essa razão considera-se pertinente fazer uma breve referência sobre o mesmo.

5.1.1. Movimento Escola Moderna

Atualmente as escolas têm um novo propósito e os professores do século XXI estão expostos a inúmeros desafios no que diz respeito às competências indispensáveis a desenvolver nos seus alunos. As escolas devem estar aptas a responder às necessidades de uma sociedade em constante mudança e para tal, os docentes devem estar permanentemente em busca de autoformação, de forma a preparar os alunos a serem construtores do seu próprio caminho, no qual se terão de integrar, diferenciar e afirmar (Mendes, 2011).

O Movimento Escola Moderna, é representado por uma Associação Pedagógica de Professores e de outros Profissionais da Educação, que se assumem como um movimento social de desenvolvimento humano e de transformação pedagógica, através da integração dos valores democráticos na vida das escolas (Movimento Escola Moderna, s.d.).

Na perspetiva de Pedro González (2002), o Movimento Escola Moderna define-se em três aspetos fundamentais. O primeiro, corresponde à valorização do papel do profissional da educação atento ao contexto educativo e social. Em seguida o autor convoca o conceito de educação que privilegia o conhecimento e a intervenção no

contexto da ação educativa. E por fim, acrescenta o “saber-fazer” pedagógico e coerente, isto é, uma prática democrática que defende um modelo sociocêntrico da educação.

Este modelo pedagógico é concebido por vários módulos de atividades curriculares de Diferenciação Pedagógica, sendo estes: o “trabalho de aprendizagem curricular” mediante realização de projetos cooperativos, que correspondem à realização de projetos temáticos de estudo interdisciplinar, enquanto promovem o desenvolvimento de aprendizagens; o “trabalho curricular compartilhado pela turma”, isto é, a realização de trabalhos coletivos com a colaboração do docente; o “trabalho autónomo e acompanhamento individual” que equivale a um momento de estudo e aprofundamento de conteúdos disciplinares autónomo ou com o acompanhamento individualizado do docente; os “circuitos de comunicação para difusão e partilha de produtos culturais”, que resultam do recurso à comunicação e difusão de trabalhos, produções, publicações, exposições de trabalhos e correspondências; e por fim, como já foi referido anteriormente, a “organização e gestão cooperada em conselho de cooperação educativa”, no qual se procede ao planeamento, avaliação, análise de ocorrências significativas, reflexão ética para o desenvolvimento sociomoral (Movimento Escola Moderna, s.d.).

No Movimento Escola Moderna “os alunos participam ativamente no processo de planificação, realização, avaliação e regulação de todo o trabalho escolar” (González, 2002, p. 42). Desta forma, é contemplado um dos pilares que sustenta o modelo: a cooperação educativa, que tem como intuito tornar as aprendizagens significativas e úteis para a vida dos alunos. O trabalho pedagógico parte dos interesses e necessidades dos alunos, tendo como finalidade o desenvolvimento e co-responsabilização dos mesmos no que diz respeito à sua própria aprendizagem, do espaço e dos materiais, sendo fundamental o aumento dos saberes, do prazer de aprender e do desenvolvimento pessoal e social. Para que tal suceda é fundamental a comunicação, que corresponde ao segundo pilar do movimento (Serralha, 2007).

Os docentes organizam os trabalhos de sala de aula numa perspetiva de estratégias de diferenciação, no qual devem existir tempos de trabalho coletivo, individual ou em pequeno grupo (Pires, 1995, citado por González, 2002). Os momentos de tempo de estudo autónomo devem servir para auxiliar os alunos nas suas dificuldades mais diretamente e individualmente.

A afetividade tem um papel fundamental no Movimento Escola Moderna, sendo que os docentes, partindo de ideias de confiança e respeito, devem fomentar a entreaajuda entre os alunos e incentivar a autonomia dos seus alunos, tendo como objetivo final o desenvolvimento emocional equilibrado dos discentes (González, 2002).

5.2. Desenvolvimento Sociomoral

O desenvolvimento sociomoral está relacionado com os raciocínios morais que o ser humano expõe ou apresenta, sendo eles as justificações que apresentam para defender as suas atitudes ou as dos outros como corretas ou erradas, existindo, desta forma, uma correlação entre a teoria do desenvolvimento sociomoral e o processo de gestão de conflitos.

As interações com adultos e entre pares influenciam as condutas sociomorais das crianças e desempenham um papel fundamental na aprendizagem das condutas sociais. Os juízos morais são uma representação de uma parte do conhecimento social de cada sujeito, e por esse motivo foi dissociado o domínio da moralidade do domínio das convenções sociais (Martins, 2010).

O Desenvolvimento Social corresponde ao desenvolvimento das relações com o outro, e é um processo que almeja alcançar os comportamentos socialmente aceitáveis, através da observação das diferenças dos comportamentos dos outros e da comunicação das próprias necessidades e desejos de cada indivíduo, pois ao longo do percurso de vida de cada um ocorre uma expansão social. Desde bebés e crianças que o mundo social numa primeira fase é reduzido à família, até que frequentam o jardim de infância e a escola e começam-se a expandir as situações sociais, tornando-se cidadãos do mundo, pois com o amadurecimento existe o contacto com regras sociais que criam uma união com a sociedade (Gleitman et al, 2003).

De acordo com Susana Gonçalves (2004, p.3), a moral corresponde a um “sistema de crenças e orientações sobre o dever e o bem, onde se integram os costumes, normas, opiniões e valores, de um indivíduo ou de um grupo social” e as ações morais incluem um sistema de regras estabelecidas pela sociedade.

Relativamente à designação de Desenvolvimento Moral é possível destacar duas perspetivas, sendo que numa primeira vertente do Desenvolvimento Moral, este é

designado pelo raciocínio moral, já numa segunda vertente este desenvolvimento é interpretado como estando associado à aprendizagem social e ao desenvolvimento de um bom carácter (Guerreiro, 2010).

A este respeito, Piaget e Kohlberg consideram que é impossível dissociar este desenvolvimento moral do desenvolvimento cognitivo e social. As conceções de Piaget incidem no julgamento e nas ações morais, e entendem que estas derivam do amadurecimento biológico, isto é, os comportamentos morais decorrem dos níveis cognitivos e biopsicossociais. Este autor afirma que conforme ocorre a evolução do desenvolvimento cognitivo, também ocorre a evolução da moralidade, que consiste num sistema de regras. Para Piaget, a condição primária da vida moral é o afeto recíproco, passando para uma moral autónoma a partir dos onze anos, e por sua vez esta caracteriza-se tanto pela cooperação como pelo respeito mútuo e posteriormente, na adolescência, atinge-se a total autonomia moral, designada pela reciprocidade, cooperação e respeito mútuo (Piaget, 1994, citado por Brites, 2006).

O psicólogo Kohlberg explica o desenvolvimento moral através de investigações, em que confronta participantes com dilemas morais. Kohlberg definiu o raciocínio moral em diferentes estádios, pelo que à medida que os indivíduos vão envelhecendo avançam nos diferentes estádios. O raciocínio moral corresponde então à forma como as pessoas pensam e falam sobre um dilema, não existindo sempre uma correlação entre o raciocínio e a conduta moral, pois através dos testes realizados por Kohlberg apenas é possível concluir os princípios morais do indivíduo e não o comportamento que estes irão ter (Gleitman et al, 2003).

Através do estudo que põe em causa o sentido de justiça e dimensões básicas da moralidade, Kohlberg concluiu que existe um processo organizado para o desenvolvimento de valores e que este não depende da cultura, meio social, do continente ou país (Guerreiro, 2011).

Kohlberg definiu para o desenvolvimento moral uma tipologia constituída por três níveis, sendo que cada nível corresponde a dois estádios de moralidade. O primeiro nível foi denominado como “Pré-Convencional”, e neste os sujeitos julgam através das noções do que está certo e errado, pelo que no primeiro estádio a ação é julgada à base da punição, enquanto no segundo estádio é julgada à base da recompensa. O segundo nível é o

“Convencional” e representa os julgamentos relativos às expectativas familiares ou de sujeitos próximos, assim, no estágio três as ações são julgadas a partir do desejo de aprovação dos outros e no estágio quatro são julgadas através da preservação da sua própria honra. O último nível diz respeito ao nível “Pós-Convencional”, no qual os sujeitos julgam-se a partir dos seus princípios, sendo que no estágio cinco as ações morais são julgadas através do acordo social democrático e, por fim, no estágio seis o sujeito é julgado por princípios universais obtidos pela consciência de cada indivíduo (Lins & Camino, 1993).

É fundamental que as escolas sejam comunidades justas de forma a permitir a participação democrática de toda a comunidade escolar, ou seja, que sejam um local justo no qual exista igualdade e respeito, e nesse sentido é fundamental fomentar a dimensão da Educação na cidadania, promovendo o desenvolvimento sociomoral de todos os participantes, pois desta forma é possível prevenir violência e propiciar uma convivência social positiva (Martins, 2010). De acordo com Ryan (2001, citado por Brites, 2006, p.64) “o raciocínio moral está positiva e significativamente relacionado com dimensões de comportamento da cidadania, como sejam a ajuda interpessoal e o desportivismo”.

5.3. Gestão de conflitos

O termo gestão apresenta inúmeras definições, mas no que diz respeito ao tema em estudo, o significado que mais se adequa é o encontrado no Dicionário Online de Português (s.d.), segundo o qual a gestão de conflitos corresponde à ação de gerir, de administrar ou governar as relações sociais. A definição de conflito é ambígua. Segundo o Dicionário de Priberam Língua Portuguesa (s.d.), o conceito pode ser definido como: alteração, desordem; pendência; choque; embate; luta, oposição, disputa.

O conflito resulta de um confronto entre duas oposições, essa divergência pode surgir em consequência de um interesse ou de uma necessidade. Segundo Fernández (2005, citado por Ferreira, 2008), os conflitos podem ser manifestados através da agressividade, mas nem sempre resultam em violência, visto que existe a possibilidade de serem resolvidos pacificamente através da gestão de conflitos. Esta gestão apresenta bons resultados quando realizada eficazmente, e deste modo é possível satisfazer as necessidades morais e sociais da comunidade.

Nas escolas que têm como prioridade a negociação como método de gestão de conflitos, este ocorre através da mediação. Os docentes não podem apenas exigir comportamentos pré-estabelecidos por si, devem antes permitir que os alunos dialoguem de forma a possibilitar que estes reflitam sobre os valores e regras no meio escolar, permitindo desenvolver a empatia e demonstrar assertividade (Ballenato, 2008, citado por Jesus, 2012). Neste sentido, é fundamental que na mediação dos conflitos exista uma gestão de tensões e entreajuda, através do mediador, que corresponde a um terceiro membro do conflito, proporcionando desta forma uma gestão de conflitos através da cooperação (Caetano, 2007).

5.4. Estado da arte

O estado da arte designa-se pela apresentação de estudos cuja área investigada está diretamente relacionada com o presente estudo (Coutinho, 2020).

Em correspondência neste subcapítulo serão apresentados dois estudos de um mestrado profissionalizante, desenvolvidos em anos diferentes, sobre o tema.

O primeiro estudo a ser mencionado tem como autora Fernandes (2016), e como título do estudo “Conselho de Cooperação Educativa - O processo de clarificação ética”. Foram delineados os seguintes objetivos específicos: (i) Caracterizar as perceções dos alunos face ao Conselho de Cooperação Educativa; (ii) Caracterizar as dificuldades dos alunos, na participação do Conselho de Cooperação Educativa, particularmente no processo de clarificação ética; (iii) Caracterizar a importância atribuída pelos alunos ao Conselho de Cooperação Educativa e processo de clarificação ética e (iv) Identificar as recomendações sugeridas pelos alunos para a melhoria do Conselho de Cooperação Educativa. Os principais resultados do estudo evidenciam que os alunos consideram o Conselho de Cooperação Educativa como uma reunião muito significativa que permite uma maior regulação e consciencialização dos comportamentos e atitudes.

A segunda investigação denominada com o título “A Participação dos alunos no Conselho de Cooperação Educativa” foi desenvolvido por Veiga, (2017). Para o estudo foram delimitados os seguintes objetivos específicos pela investigadora: (i) Caracterizar a perceção dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa; (ii) Caracterizar a importância atribuída pelos alunos ao Conselho de Cooperação Educativa; (iii) Descrever

a participação dos alunos no Conselho de Cooperação Educativa; (iv) Identificar as propostas de melhoria para o funcionamento do Conselho de Cooperação Educativa. Os principais resultados apresentados corresponderam ao facto de os alunos considerarem o Conselho de Cooperação Educativa um momento importante, uma vez que permite a resolução, discussão e reflexão de todos os assuntos importantes à vida do grupo turma. Após a implementação de um dispositivo de regulação de participação, os alunos revelaram uma maior participação e esta reflexão revelou consequências positivas no desenvolvimento de competências, como a cooperação, a autonomia e a responsabilidade.

6. METODOLOGIA

| ' ' | | ' ' |

No presente capítulo encontra-se a metodologia e a explicitação dos processos metodológicos aplicados ao longo do estudo. Primeiramente serão apresentadas a problemática e as questões principais de estudo, e seguidamente decorrerá a explicitação do objetivo geral e dos objetivos específicos da investigação. De seguida, evidenciar-se-ão os métodos e as técnicas de recolha de dados e análise de dados. Posteriormente proceder-se-á à caracterização do contexto e dos participantes. Para terminar, serão mencionados os princípios éticos do processo de investigação.

6.1. Problemática e questões de estudo

As crianças na idade escolar são transportadas para um contexto social distinto, onde se veem obrigadas a interagir com os colegas, professores e outros adultos. Estas novas interações permitem a maior perceção da existência de conflitos e de momentos de maior ansiedade, sendo que é a partir desses momentos que as crianças percebem a importância do mundo social na sua vida (Tavares et al., 2007).

É fulcral que os alunos desenvolvam competências que facultem a aquisição de espírito crítico e reflexivo sobre a vida em sociedade, através de intervenções em atividades sociais, desta forma existe um crescimento humano e desenvolvimento sociomoral (Serralha, 2007).

O Conselho de Cooperação Educativa prática do Movimento Escola Moderna, é um dos instrumentos que possibilita aos discentes o exercício da democracia e, conseqüentemente, a gestão cooperada dos conflitos, ao permitir que estes aprendam a relacionar-se e a descentralizar-se dos seus próprios problemas, construindo desta forma uma verdadeira comunidade de aprendizagens (Louseiro, 2011).

Em concordância com o supramencionado anteriormente, foram formuladas as seguintes questões de investigação:

- (i) Qual a conceção da Orientadora Cooperante sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE?;
- (ii) Qual a conceção dos alunos sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE?;
- (iii) Como decorre o processo de gestão e resolução de conflitos no CCE?

As questões problema no processo de investigação têm como objetivo obter resposta no decorrer da recolha e análise de dados, apresentam relevância para a população e correspondem a questões curtas e objetivas, logo apresentam os critérios de avaliação de problemas de investigação: exequibilidade, relevância e clareza (Sousa & Baptista, 2014).

Por sua vez, o objetivo geral corresponde à finalidade do estudo, ou seja, é um meio para a conquista do produto final (Sousa & Baptista, 2014). De acordo com a problemática e com as questões mencionadas anteriormente, foi identificado objetivo de investigação: *Estudar os processos de gestão e resolução de conflitos no Conselho de Cooperação Educativa*.

Em conformidade com as questões problema e com o objetivo geral do estudo, configuram-se como objetivos específicos do estudo, os seguintes:

- (i) Caracterizar a conceção da Orientadora Cooperante sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE;
- (ii) Caracterizar a conceção dos alunos sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE;
- (iii) Descrever o processo de gestão e resolução de conflitos no CCE.

De acordo com Batista e Sousa (2014), os objetivos específicos resultam na aquisição crescente de informação até aos resultados finais, que se alcançarão a curto prazo.

6.2. Opções metodológicas

Após a explicitação do objetivo geral e dos objetivos específicos, serão apresentadas as opções metodológicas utilizadas ao longo do estudo. Para tal, será apresentada primeiramente a natureza do estudo. De seguida, os métodos e as técnicas de recolha de dados e por fim, as técnicas de análise de dados.

6.2.1 Natureza do estudo

Tendo em conta o objeto de estudo, o método que mais se adequa ao desenvolvimento deste estudo é o método qualitativo interpretativo. A investigação qualitativa tem como fundamento observar os sujeitos, interpretando e dando significados, particularizando os comportamentos no seu meio natural. Este método pretende aprofundar o mundo pessoal dos sujeitos, do ponto de vista de quem o vivencia (Coutinho, 2020).

O método qualitativo interpretativo apresenta um maior interesse no processo de investigação e não apenas no resultado final, para isso são utilizados os procedimentos interpretativos. O investigador tem um papel fundamental neste processo, visto que este potencia conceitos, ideias e entendimentos baseando-se nos dados recolhidos, e para esse efeito o investigador tem de revelar sensibilidade (Sousa & Baptista, 2014).

O método qualitativo é o que se revela mais adequado, igualmente porque o estudo pretende analisar as atitudes e comportamentos dos alunos do 4.º ano de escolaridade aquando da sua participação no CCE. Este método centra-se nas intenções e situações, permitindo obter significados nas ações individuais e interações sociais. Este processo é realizado de uma forma indutiva num contexto natural, isto é, o investigador tenciona estudar os dados a partir de uma situação concreta (Coutinho, 2020)

6.2.2 Métodos e técnicas de recolha de dados

Para o presente estudo foram selecionadas como técnicas de recolha de dados a observação participante; a observação não participante; a entrevista semiestruturada; o *focus group*; a análise documental e notas de campo.

A observação resulta na recolha de informação do investigador no local, onde é possível, através do registo escrito, ou seja, da transcrição do que observa. Na técnica de observação participante, o investigador apresenta-se como o instrumento fulcral, intervindo nas situações com o intuito de recolher os dados num meio social, dados esses que não seriam passíveis de ser recolhidos por um observador externo. Através desta técnica foram recolhidos dados, em momentos do CCE, relativos às intervenções dos alunos no decorrer do mesmo.

Para a recolha de dados relativos às conceções da OC sobre o CCE foi realizada uma entrevista à mesma. A entrevista consiste na recolha de informações através de

conversas orais. O tipo de entrevista selecionado correspondeu à entrevista semiestruturada, pelo que inicialmente foi realizado um guião (Anexo X) que consistia num conjunto de questões a colocar à OC, muito embora a investigadora tenha cedido alguma liberdade à entrevistada para a explicitação de aspetos que se revelassem importantes para a entrevista (Sousa & Baptista, 2014).

A técnica *focus group* foi utilizada para a recolha de informação sobre as conceções dos alunos sobre gestão e resolução de conflitos no CCE. Para o efeito, foi selecionado aleatoriamente um grupo de seis alunos, com o intuito da condução de uma reunião, na qual os alunos respondiam a questões previamente delineadas no guião de entrevista (Anexo Y).

Para uma posterior análise do *focus group*, foi realizada a gravação em áudio, com o propósito de ser realizada a transcrição dos mesmos de modo que a interpretação da informação fosse a mais rigorosa, pois durante a recolha de dados é fundamental que o investigador esteja focado nas interações sociais (Manzini, 2014).

As entrevistas realizadas, quer à OC quer aos alunos (*focus group*) foram transcritas na íntegra (Anexo Z e AA).

A análise documental corresponde ao estudo “dos artefactos produzidos pelas crianças” (Máximo-Esteves, 2008, p. 92). Nesta lógica, foram analisadas as atas (e.g. Anexo AB) realizadas durante os CCE observados pela investigadora, com o objetivo de analisar as propostas de resolução dos conflitos realizadas pelos alunos e pela OC,

Quanto à técnica notas de campo, que correspondem ao registo escrito, foram realizadas a fim de regular de forma sistemática o que foi observável (Emerson et al., 2013).

6.2.3. Técnicas e instrumentos de análise de dados

A técnica de análise de dados privilegiada, foi a análise de conteúdo. A análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas que possibilitam de forma sistemática a análise de dados recolhidos (Coutinho, 2020). Esta técnica efetua-se em três momentos: (i) pré-análise; (ii) exploração de materiais; e (iii) tratamento dos resultados. O primeiro momento, pré-análise, refere-se à organização dos materiais, que corresponde ao primeiro contacto com os documentos e é o momento em que são realizadas hipóteses ou questões.

A segunda fase coincide com a exploração dos materiais, no qual o investigador organiza os dados, através do recorte, enumeração e categorização. Por último, o tratamento dos resultados, momento em que é fundamental comparar e interpretar os dados recolhidos (Bardin, 2011, citado por Coutinho, 2020).

Os protocolos das entrevistas constituíram o *corpus* do material para análise de conteúdo (Anexo AC e AD), assim como os Diários de Turma e as intervenções escritas e orais dos alunos no CCE (Anexo AE, AF, AG e AH).

6.3. Caracterização do contexto e dos participantes

A instituição na qual foi realizada a investigação é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, já descrita na primeira parte deste relatório na página 6.

Participaram neste estudo 25 alunos de uma turma do 4.º ano do 1.º CEB, 18 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos. Para a realização da entrevista *focusgroup*, foram seleccionados aleatoriamente 6 alunos. Também participou no estudo a docente que dispõe de uma licenciatura em Ensino Básico, e que tem 18 anos de experiência profissional. A OC assume ainda na instituição o papel de coordenadora técnica-pedagógica e representante de um dos órgãos da Direção Pedagógica.

6.4. Princípios éticos do processo de investigação

No decorrer do estudo todos os intervenientes foram informados relativamente ao processo de investigação. Para tal, foram providenciadas as medidas necessárias para o cumprimento dos princípios éticos. Neste sentido foi entregue a cada participante (alunos e OC) um documento de consentimento informado. No caso da participação dos alunos foi solicitada autorização a todos os EE para que fossem previamente informados sobre a natureza e objetivos do estudo e autorizassem a participação dos seus educandos (Anexo AI). No decorrer de todo o processo foi realizada a confidencialidade e anonimato da instituição, dos alunos e da OC, tendo-se a investigadora disponibilizado para esclarecer todas as dúvidas dos participantes ao longo do processo (Carta Ética, 2014).

7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

| ' ' | | ' ' |

No presente capítulo será apresentada a análise dos dados recolhidos. Os dados serão apresentados seguindo como orientação os objetivos específicos do estudo.

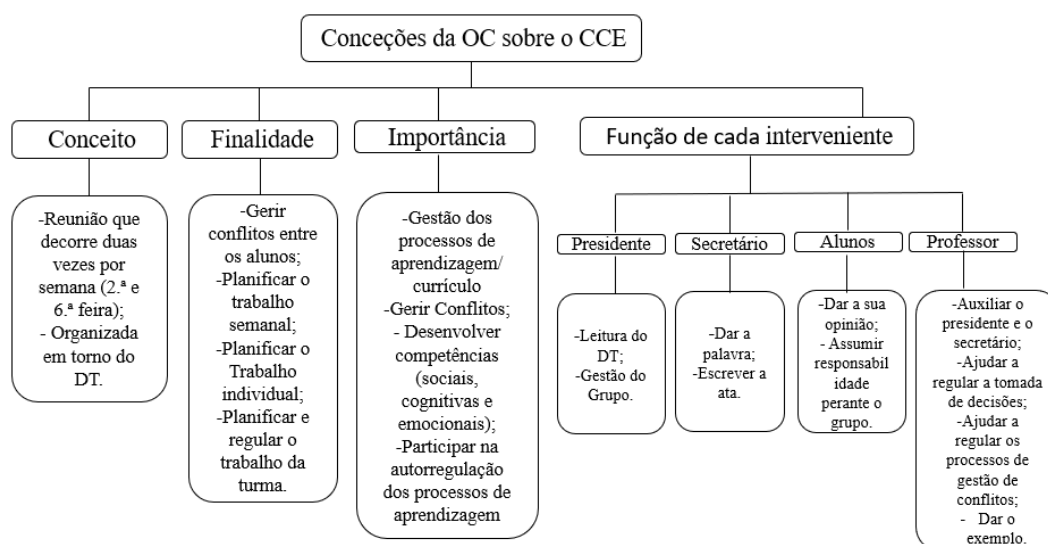
7.1. Conceções sobre o Conselho de Cooperação Educativa

7.1.1. Conceções da Orientadora Cooperante

A análise dos dados apresentados na Figura 1 correspondem às conceções da OC, no que diz respeito ao CCE.

Figura 1

Conceções da OC sobre o CCE



Nota. Dados recolhidos durante a entrevista semiestruturada à OC, 2021.

A análise dos dados permite observar que a OC, descreve O CCE como uma reunião, cujo objetivo é regular a vida da turma, e cuja organização passa pela utilização do Diário de Turma (DT), no qual os alunos registam os aspetos vividos pela turma. Este conselho ocorre duas vezes por semana, na 2.ª feira de manhã e na 6.ª feira na parte da tarde.

O CCE, para esta docente, tem como finalidade gerir os conflitos ocorridos entre os alunos e entre os alunos e os professores. Estes momentos também têm como objetivo a planificação do trabalho semanal, isto é, dos conteúdos e da planificação do Trabalho Individual, através da autoavaliação e heteroavaliação.

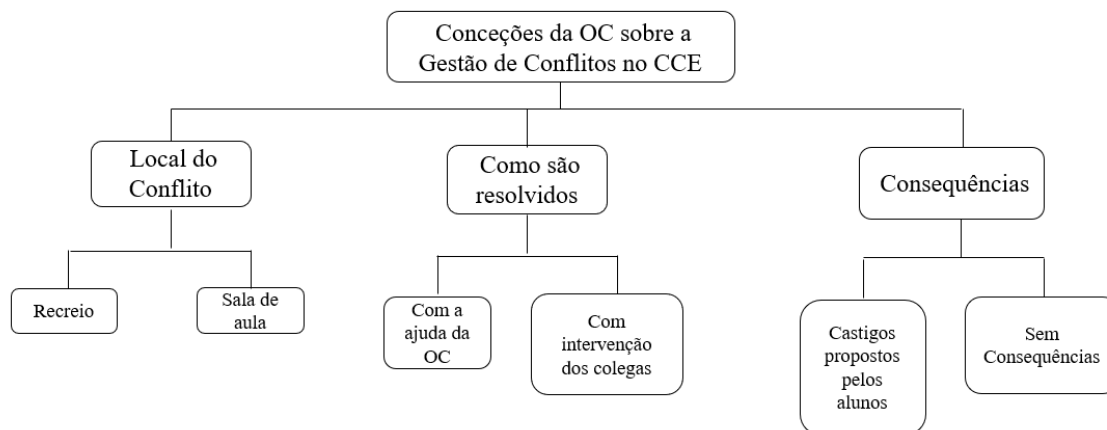
A implementação do CCE na turma foi realizada na primeira semana do 1.º ano do CEB, mediante discussão das regras da sala de aula. A docente considera o CCE de extrema importância por, permitir a participação dos alunos, na gestão dos próprios processos de aprendizagem curricular. Na sua opinião, no CCE, os alunos aprendem a resolver os conflitos de uma forma autónoma, e desenvolvem competências sociais, cognitivas e emocionais, como por exemplo: responsabilidade, aprender a aprender, aprender a cooperar, aprender a aceitar e fazer críticas construtivas e ainda a respeitar o outro. O principal propósito do CCE, na perspetiva desta docente é participação dos alunos na autorregulação dos próprios processos de aprendizagem.

Em relação ao papel de cada membro no CCE, a docente considera que as funções do presidente dizem respeito à leitura do DT e à gestão do grupo, enquanto as funções do secretário se cingem a dar a palavra aos colegas e a escrever na ata o as decisões tomadas ao longo de CCE. O papel dos alunos ao longo do CCE circunscreve-se a darem a sua opinião, participarem nos processos de autoavaliação e de heteroavaliação e em conformidade assumirem as respetivas responsabilidades perante o grupo. A docente deve auxiliar o presidente e o secretário sempre que seja necessário e ajudar a regular a tomada de decisões e os processos de gestão de conflitos. Por último, a OC deve dar o exemplo, sendo desta forma mais um participante no CCE.

Através da Figura 2 é possível aferir as conceções da OC no que concerne à gestão de conflitos no CCE.

Figura 2

Conceções da OC sobre a Gestão de Conflitos no CCE



Nota. Dados recolhidos durante a entrevista semiestruturada à OC, 2021.

No que refere à gestão de conflitos, a OC menciona o recreio e a sala de aula como os locais onde ocorrem mais conflitos. Estes são resolvidos através da leitura do conflito escrito no DT. Neste momento é dada a palavra a quem escreveu a queixa e posteriormente à pessoa envolvida no conflito, e daí se parte para a discussão do problema em grande grupo.

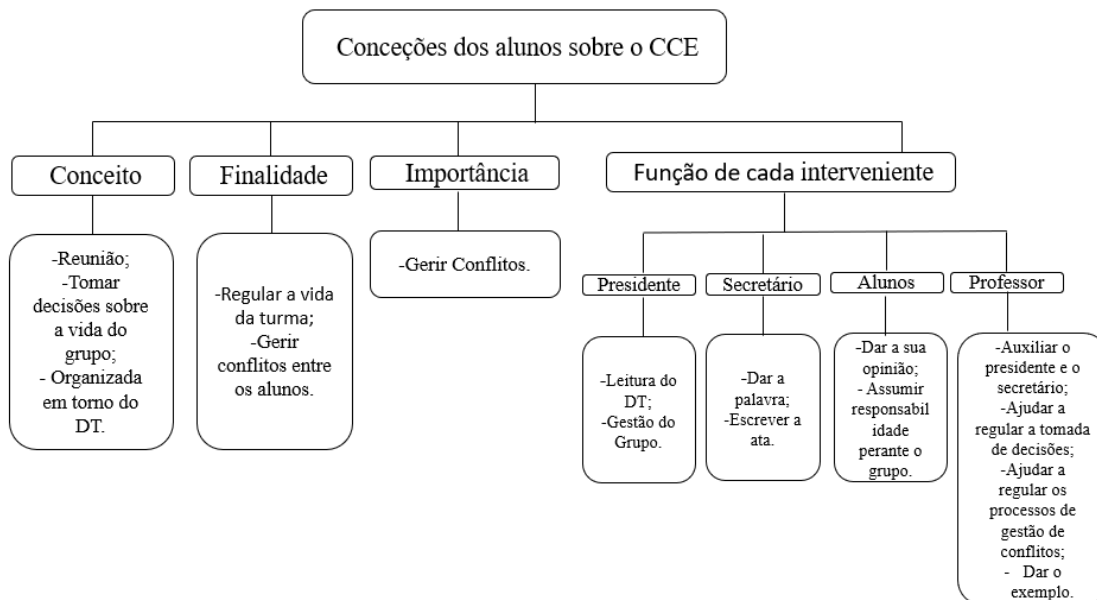
Por último, no que respeita à resolução do conflito, a docente refere três procedimentos. O primeiro resulta numa consequência direta, isto é, um castigo proposto pelos alunos. Os restantes dizem respeito ao facto de o conflito ter sido resolvido entre os intervenientes antes do CCE ou ao facto de o aluno responsável pelo conflito comprometer-se a não repetir o sucedido.

7.1.2. Conceções dos alunos

Na Figura 3 são apresentadas as conceções dos alunos, no que diz respeito ao CCE.

Figura 3

Concepções dos alunos sobre o CCE



Nota. Dados recolhidos durante a entrevista *focusgroup* aos alunos, 2021.

No que diz respeito às concepções dos alunos sobre o CCE estes definem-no como uma Reunião de Turma, comparado com uma Assembleia que serve para a tomada de decisões e que se organiza em torno do DT (e.g. Anexo AJ), no qual registam o que gostaram, não gostaram ao longo da semana e propõem sugestões ao grupo. Os alunos, mencionam que o CCE tem como finalidade a regulação da vida da turma e a gestão de conflitos.

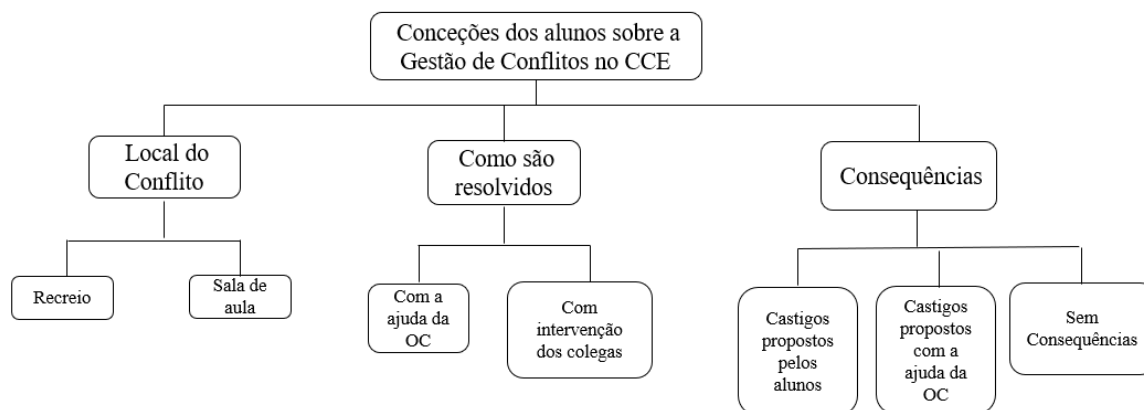
Os discentes consideram que o CCE é importante pois “ajuda a resolver alguns conflitos” (A.L.) e também porque permite aos alunos desenvolver certas competências, como por exemplo: aprender a aceitar e fazer críticas construtivas e a respeitar o outro.

Relativamente à função que cada membro possui no CCE, os alunos consideram que “o papel do presidente é ler o Diário e gerir os conflitos” (L.B.). Já o Secretário tem como função dar a palavra aos colegas e escrever na ata as decisões que se vão tomando em cooperação. Quanto ao papel dos conselheiros, estes são de opinião que os colegas devem dar a sua opinião e o docente deve auxiliar o presidente e o secretário sempre que

necessário, e ajudar nos processos de gestão e resolução de conflitos, ajudando os alunos neste processo.

Figura 4

Concepções dos alunos sobre a Gestão de Conflitos no CCE



Nota. Dados recolhidos durante a entrevista *focusgroup* aos alunos, 2021.

No que respeita à gestão de conflitos, a análise dos dados permite considerar que os alunos indicam o recreio como o local em que ocorrem mais conflitos, porém afirmam que os mesmos também ocorrem na sala de aula. No que se refere à resolução dos conflitos, os alunos expressam que começam por ler o que está escrito no DT na coluna “não gosto”, posteriormente é dada a oportunidade ao lesado de apresentar a situação, e é realizada a apresentação do contraditório, de seguida também é dada a oportunidade aos colegas e à professora para realizarem a sua apreciação sobre a situação. Os alunos afirmam que as soluções para as situações apresentadas são sugeridas pelo grupo e posteriormente vão a votação, de forma a selecionar apenas uma solução através do consenso do grupo.

No que diz respeito às consequências sobre os alunos que provocam conflitos, os alunos consideram que por um lado, é justa a atribuição de castigos aos colegas responsáveis pelo conflito e por outro lado, afirmam que na turma não são atribuídas muitas penalizações a esses discentes.

Por fim, os alunos apresentaram propostas para a melhoria do funcionamento do CCE, tais como: abolir a regra que permite aos alunos desenhar durante o CCE, alterar a disposição das mesas com o intuito de que todos os alunos consigam ter visibilidade uns para os outros e por fim aplicar consequências mais severas para que os menos respeitadores adequem o comportamento, no que diz respeito à gestão de conflitos. Finalmente, os alunos mencionaram como aspeto a melhorar a atenção dos colegas ao longo do CCE.

7.1.3. Análise Comparativa

Caracterizadas as concepções da OC e dos alunos sobre o CCE e a sua importância na gestão e resolução de conflitos, importa proceder à comparação dos resultados. Os alunos e a docente têm noções semelhantes no que diz respeito ao conceito do CCE, ao definirem-no como uma reunião ou assembleia e ao considerarem que o mesmo se organiza em torno do DT, onde é possível registar ou partilhar o que o grupo gosta, não gosta e o que pretende propor. Como finalidade, em ambas as entrevistas foi possível observar que o CCE tem como objetivo regular o trabalho curricular da turma e a gestão de conflitos, uma vez que no CCE os alunos têm a oportunidade de apresentar e aprender a resolver os conflitos.

Relativamente às funções de todos os membros do CCE, tanto os alunos como a OC apresentam concepções idênticas. Deste modo, o presidente tem como funções ler o DT e gerir o grupo, o Secretário deve dar a palavra e escrever a ata, e o professor tem como papel auxiliar o Presidente e o Secretário, ajudando a regular o grupo e os processos de gestão de conflitos, ao mesmo tempo que dá o exemplo. No que respeita aos conselheiros, estes devem apresentar a sua opinião sempre que seja pertinente.

No que diz respeito às concepções acerca da gestão de conflitos, os alunos e a OC também apresentam concepções equivalentes, ao mencionarem que a maioria dos conflitos decorrem no recreio e na sala de aula, e ainda, que os mesmos são resolvidos com a intervenção dos alunos e com o auxílio da docente, e por fim que as consequências para esses conflitos ou resultam em castigos propostos pelos alunos ou são resolvidos entre os implicados ou ainda perdoados após a promessa de não repetição do comportamento gerador de conflito.

Não obstante, os alunos e a OC apresentam alguns aspetos divergentes. Neste sentido, os alunos mencionam o CCE como um momento que decorre apenas em torno do DT. Apesar da OC concordar com essa conceção, também refere que o CCE tem como finalidade a planificação do trabalho semanal através da construção da agenda semanal com a participação dos alunos, e ainda acrescenta que o CCE também apresenta como finalidade a planificação e avaliação do PIT. Na perspetiva da OC, quer a planificação do trabalho individual, quer do trabalho coletivo, se revelam fundamentais para a regulação do trabalho da turma, complementados por processos de auto e heteroavaliação. Outra das conceções distintas é que os alunos consideram que o CCE somente é realizado à sexta-feira, enquanto, por outro lado, a docente menciona que o CCE é realizado à sexta-feira e posteriormente a sua continuação é realizada na segunda-feira, no sentido dos alunos planificarem o seu trabalho. Estas divergências parecem indiciar uma particular importância dada pelos alunos apenas à gestão de conflitos.

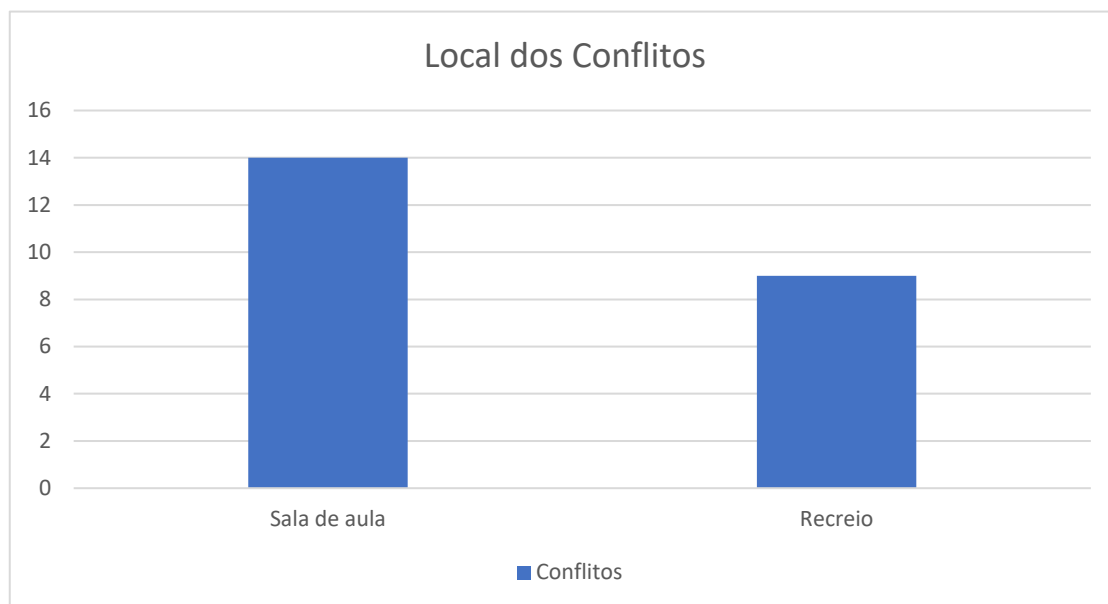
7.2. Processo de gestão e resolução de conflitos

Neste subcapítulo serão apresentados os resultados da análise dos quatro CCE realizados no período de 3 a 28 de maio. Com base na análise dos dados recolhidos nos quatro CCE concebeu-se uma tabela síntese de dados (Anexo AK) no sentido de compreender melhor: os locais de ocorrência dos conflitos; se as queixas eram realizadas na 1.^a pessoa ou realizada por terceiros; os tipos de conflitos; e por fim, se os mesmos eram resolvidos antes do CCE ou durante o mesmo.

No decorrer dos CCE, como está expresso na Figura 5, é possível afirmar que os conflitos decorreram mais vezes dentro da sala de aula do que no recreio, contrariamente à perceção da OC.

Figura 5

Local onde ocorrem os conflitos

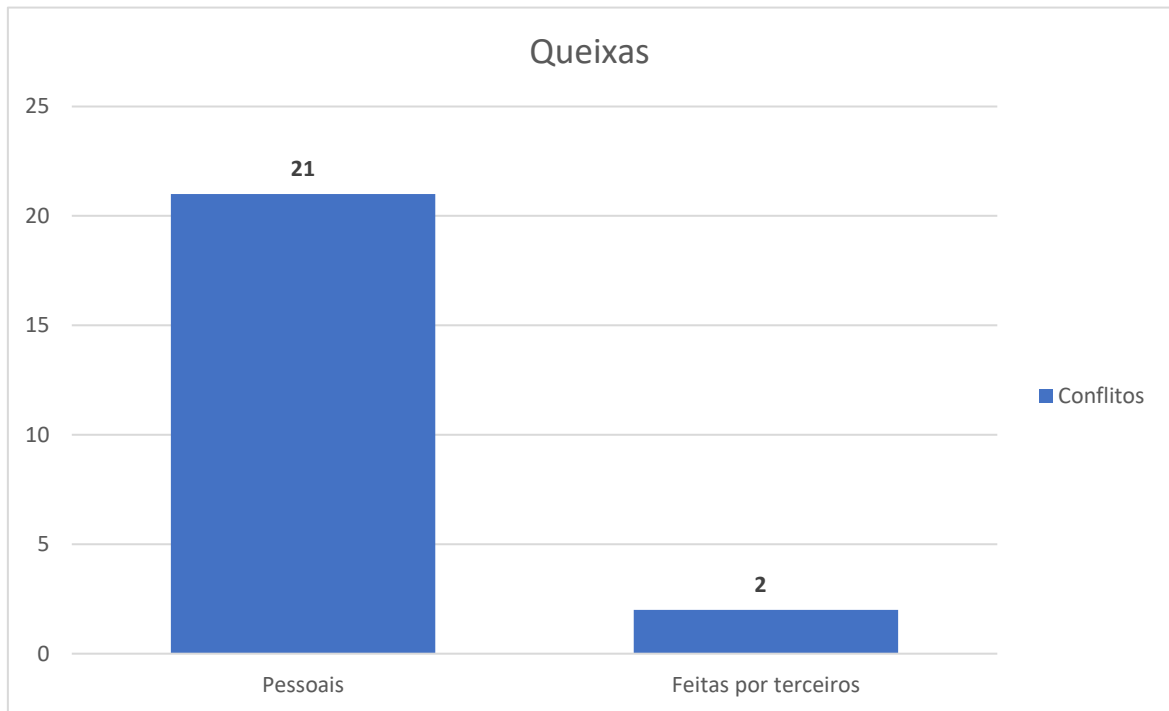


Nota. Dados recolhidos durante os CCE, 2021.

No que diz respeito às queixas, as mesmas são efetuadas na sua maioria pela pessoa que está envolvida no conflito. Como é possível observar na Figura 6, em 23 conflitos apenas 2 queixas são efetuadas por pessoas que assistiram ao conflito.

Figura 6

Queixas realizadas na 1.ª pessoa ou por terceiros



Nota. Dados recolhidos durante os CCE, 2021.

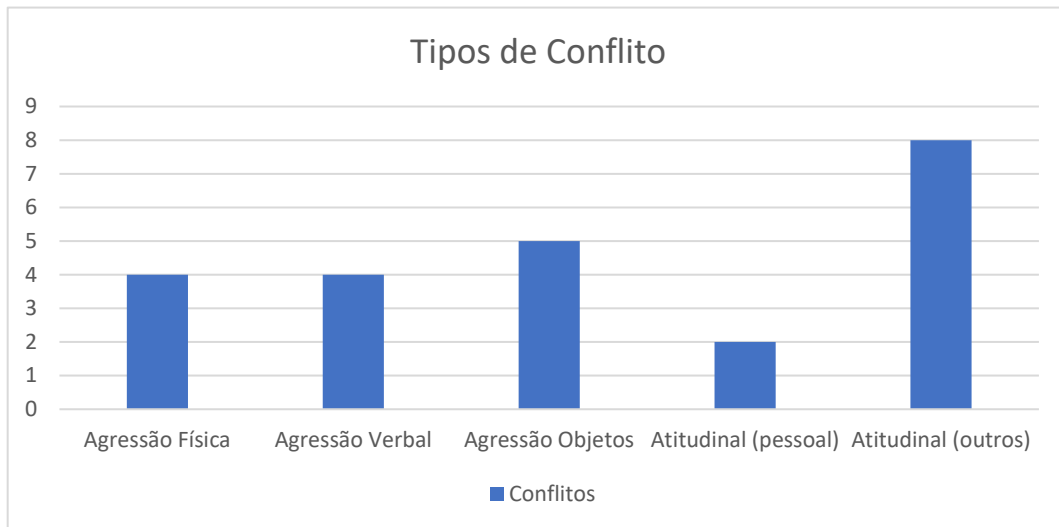
Relativamente ao tipo de conflitos ocorridos ao longo das quatro semanas, é possível constatar que a natureza dos conflitos diz respeito a atitudes menos corretas por parte de alguns alunos, sendo que 7 das 23 queixas foram desse âmbito (cf. Figura 7).

Os conflitos descritos no DT, são respetivamente: agressões físicas, agressões verbais e agressão dos objetos.

Tal como apresentado na Figura 7, no que respeita à queixa com menos incidência por parte dos alunos é a de carácter Atitudinal pessoal, sendo que apenas se reportam dois conflitos relativamente a este carácter.

Figura 7

Tipos de conflito ocorridos

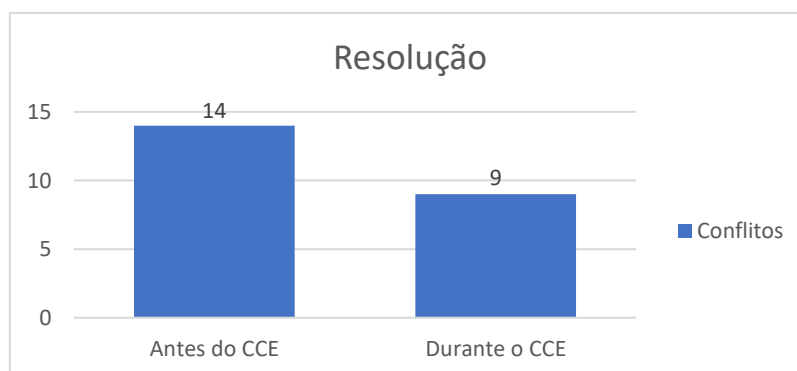


Nota. Dados recolhidos durante os CCE, 2021.

Relativamente às resoluções dos conflitos, como é possível observar na Figura 8, 14 das queixas realizadas no DT foram resolvidas antes do CCE, enquanto as restantes foram resolvidas durante o CCE.

Figura 8

Resolução dos conflitos



Nota. Dados recolhidos durante os CCE, 2021.

8. CONCLUSÕES

| ' ' | | ' ' |

As principais conclusões, apresentam-se seguindo a ordem dos principais objetivos específicos do estudo e com mobilização do quadro conceitual que o sustenta. Neste sentido é necessário fazer um resumo do mesmo e mobilizar os objetivos propostos (Sousa & Baptista, 2014).

Configuraram-se como os objetivos específicos, os seguintes:

- (i) Caracterizar a concepção da Orientadora Cooperante sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE;
- (ii) Caracterizar a concepção dos alunos sobre o papel da gestão e resolução de conflitos no CCE;
- (iii) Descrever o processo de gestão e resolução de conflitos no CCE.

No que respeita aos dois primeiros às concepções da OC e dos alunos, estas apresentam algumas semelhanças, mas também algumas divergências. Uma dessas dissemelhanças corresponde à finalidade do CCE, pois segundo o Movimento Escola Moderna (s.d.), no CCE ocorre o planeamento, avaliação e análise de ocorrências significativas, sendo que estas três finalidades foram apresentadas durante a entrevista semiestruturada com a OC enquanto finalidades, mas já os discentes têm como concepção que o CCE apenas tem como finalidade a leitura do DT, de forma a serem tomadas decisões sobre a vida do grupo.

Desta forma, é possível considerar que os alunos apenas referem o momento de CCE à sexta-feira e que este apenas serve para a tomada de decisões e gestão de conflitos. Por outro lado, a docente referiu que o CCE para além de acontecer à sexta-feira também decorre na segunda-feira de manhã, e circunscreve-se a um momento em que os alunos planificam o Trabalho Individual e tem como finalidade também a planificação e regulação do trabalho da turma.

Relativamente às funções, a OC e os alunos apresentam as mesmas concepções que as mencionadas pela autora Serralha (2007). O presidente tem a função de ler o DT e direcionar a discussão, devendo dar permissão aos colegas para falar e interromperem se assim for necessário, enquanto o Secretário regista as decisões tomadas na ata e o professor é apenas considerado como um membro do CCE.

No que diz respeito às fases do CCE nenhum dos participantes do estudo mencionou como primeira fase do CCE a leitura da ata da semana anterior. Segundo Serralha (2007), o CCE é iniciado com a leitura e discussão, dando oportunidade aos alunos de relembrem os compromissos que devem ser cumpridos.

Através da análise comparativa das concepções da OC e dos alunos é possível aferir que tanto os alunos como a OC mencionam como o local onde decorrem mais conflitos o recreio e, após a análise de quatro CCE que sucederam entre o dia 3 de maio e 28 de maio, constata-se que o local onde aconteceram mais conflitos correspondeu à sala de aula.

No que concerne ao terceiro objetivo específico relativo aos processos de gestão e resolução de conflitos, é possível observar que muitos dos conflitos são resolvidos antes do CCE, o que revela que os alunos têm as capacidades morais e sociais desenvolvidas, uma vez que são capazes de resolver os conflitos entre si, antes de serem discutidos no CCE.

9. REFLEXÃO FINAL

| ' ' | | ' ' |

Tendo sido feita a prática em dois contextos distintos e a investigação expressa ao longo do presente relatório, é fundamental refletir sobre todo o processo e as aprendizagens realizadas. Isto porque, ao refletir enquanto futura docente, possibilita analisar futuras práticas pedagógicas, o que reflete também sobre a postura pedagógica de investigador, assim é um construtor de conhecimento e não um mero reproduzidor do mesmo (Baptista, 2003).

Esta reflexão tem como finalidade mencionar os contributos das práticas nos dois CEB, analisar os contributos do processo de investigação no que diz respeito às competências desenvolvidas e, por fim serão apresentados os aspetos significativos que considero que terão uma repercussão no meu desenvolvimento pessoal e profissional e das dimensões a melhorar na minha profissão docente.

No que concerne às práticas realizadas durante a PES II, considero que estas foram fundamentais para o meu desenvolvimento enquanto futura docente, sendo que os dois momentos corresponderam a práticas completamente distintas, sendo um no 1.º CEB, numa turma de 4.º ano em regime presencial, no qual a docente se regia por um modelo pedagógico que tinha como premissas o desenvolvimento da formação democrática e das competências sociomorais dos seus alunos, com base no envolvimento dos mesmos na gestão e organização do currículo escolar e na sua avaliação (Movimento Escola Moderna, s.d.). Por contraposição, a prática do 2.º CEB foi realizada em duas turmas de 6.º ano, em regime de E@D, onde a docente regulava as aprendizagens dos alunos através do ensino tradicional, neste apenas decorria a transmissão de conhecimentos do professor para os alunos de forma expositiva (Leão, 1999).

Como já foi referido anteriormente, as práticas, na minha opinião, são constituídas por características muito distintas o que teve uma grande influência na postura que ambiciono ter enquanto futura docente. Numa primeira perspetiva, considero que o modelo pedagógico socio construtivista no qual a OC da turma do 4.º ano baseava a sua prática é o método ideal para a aprendizagem dos alunos, pois o foco são os alunos e através dele são desenvolvidas inúmeras competências. Através da prática do 2.º CEB, pude refletir que não considero o ensino meramente expositivo uma forma de ensino produtiva e progressiva, razão pela qual não pretendo carrear o referido método no futuro enquanto docente.

Destacando ainda outro aspeto que considero negativo relativamente à prática do 2.º CEB, tenho que me pronunciar relativamente ao facto de a prática ter sido realizada através do E@A, mesmo tendo sido uma experiência muito enriquecedora, tenho a convicta certeza de que as aulas presenciais são fundamentais, isto para que exista uma interação mais próxima com alunos, visto que apenas conhecemos os alunos virtualmente. Isto não sucedeu na prática do 1.º CEB, pois a mesma foi realizada presencialmente e assim considero que desta forma foi possível criar uma relação mais próxima com os alunos. Pois tal como o autor Dorjó (2014, p. 8) afirma: “a afetividade exerce grande influência na perceção, na memória, no pensamento, na vontade e na ação, fatores responsáveis por irromper a motivação que influencia o processo ensino-aprendizagem, seja na E@A seja no presencial”.

As práticas permitem vivenciar momentos reais que o ensino teórico não permite, desta forma são adquiridas competências requisitadas para a formação de um profissional (Bernardy & Teixeira, 2010). E por esse motivo tenho presente que ambas as práticas tiveram um grande impacto na minha formação enquanto futura docente, pois foi o meu primeiro contacto como professora do 2.º CEB, e o segundo contacto como professora se 1.º CEB. Os referidos momentos permitiram-me evoluir enquanto futura docente e combater os meus medos, permitiram que conhecesse melhor a forma como pretendo trabalhar com os meus futuros alunos e, por fim, mas especialmente percebi que é possível a realização de trocas de ensinamentos através do E@A.

No que diz respeito a aspetos a melhorar relativamente ao meu desenvolvimento pessoal e profissional, foca-se na gestão da turma, especialmente na prática realizada em E@A, isto porque, na minha opinião era impercetível o acompanhamento de todos os alunos relativamente aos conteúdos e, para tal era fulcral ter em atenção que todos participavam na mesma quantidade de vezes nas sessões, pois quando lecionávamos as aulas apenas era possível visualizar quatro alunos no ecrã. Além da gestão em regime online, também há que atentar a uma melhor a gestão do grupo no ensino presencial, pois devo confessar que muitas das vezes foi desafiante conseguir conduzir o grupo da turma do 4.º ano, sendo que a maioria tinha a necessidade de participar levando, por conseguinte, à destabilização do grupo.

Quanto à investigação desenvolvida na turma do 4.º ano do 1.º CEB, considero que esta teve um grande impacto no desenvolvimento das minhas competências, visto que permitiu um estudo mais aprofundado da pedagogia com a qual me identifico bastante, que será por certo o meu pilar como futura docente. Possibilitou a focagem num tema que considero fundamental no 1.º CEB, a gestão de conflitos aliado a um dos instrumentos de um modelo pedagógico que me identifico. O estudo permitiu que se desenvolvessem competências sobre as ciências sociais, mais concretamente a criação e implementação de entrevistas e a análise de conteúdo das mesmas e de CCE.

Por último, tomo este estudo como necessário, devendo ser realizado por todos os docentes titulares, isto de forma a perceber quais são os maiores conflitos existentes na turma e os seus locais sendo que, posteriormente, os mesmos dados devem ser apresentados à turma tendo como objetivo a apresentação de soluções para essas ocorrências por parte dos alunos.

REFERÊNCIAS

| ' ' | | ' ' |

- Baptista, G. (2003). *A Importância da Reflexão sobre a Prática de Ensino para a Formação Docente Inicial em Ciências Biológicas*. Universidade Federal da Bahia
https://www.researchgate.net/publication/237023890_A_IMPORTANCIA_DA_REFLEXAO_SOBRE_A_PRATICA_DE_ENSINO_PARA_A_FORMACAO_DOCENTE_INICIAL_EM_CIEENCIAS_BIOLÓGICAS
- Brites, N. (2006). *Percepções de Justiça, Cidadania e Competência Moral na Escola*. ISPA.
- Caetano, A. P. (2007). Mediação de Conflitos – o estudo de um caso de assembleias de turma, pela investigação-ação. *Revista portuguesa de pedagogia*, 101-118.
- Centro, A. L. (2017). *Gestão de Conflitos e Satisfação Profissional*. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Coutinho, C. P. (2020). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática* (2.^a ed.). Edições Almedina
- Cunha, M. (2009). *O Conselho de Cooperação na regulação das aprendizagens*. p.59: In Revista n.º 34 B.
- Dicionário Online de Português (s.d.). Gestão. [Gestão - Dicio, Dicionário Online de Português](#)
- Dicionário Priberam (s.d.). Conflitos. [conflitos - Dicionário Online Priberam de Português](#)
- Dorjo, D. (2014). *Relações afetivas: reais possibilidades na educação a distância*.
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/10>
- Emerson, R., Fretz, R., & Shaw, L. (2013). *Notas de Campo na Pesquisa Etnográfica*. p. 355: In Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais. N.º 7
- Fernandes, A. (2016). *Prática de Ensino Supervisionada no 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico- Conselho de Cooperação Educativa – O processo de clarificação ética*. Lisboa: Escola Superior de Educação.
- Ferreira, E. (2008). *Gestão de Conflitos e Prevenção da Violência em Meio Escolar*. Universidade Aberta.
- Ferreira, K., Angeli, M., & Souza, M. (2015). Jerome Seymour Bruner: Cognitivismo em ação: pp. 45-56: In *Aprendizagem em Diferentes Perspetivas: uma introdução*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
- Gleitman, H., Fridlund, A., & Reisberg, D. (1999). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Gonçalves, S. (2004). *Moralidade e Excelência numa Época de Pluralismo: Contributos do Ensino Superior*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- González, P. F. (2002). *O Movimento da Escola Moderna- Um percurso cooperativo na construção da profissão docente e no desenvolvimento da pedagogia escolar*. Porto: Porto Editora.
- Guerreiro, V. (2011). *Desenvolvimento Moral: Relações entre consistência do raciocínio Moral atribuição de emoções e ação moral*. ISPA- Instituto Universitário.
- Januário, G. (2008). *O Estágio Supervisionado e suas contribuições para a prática pedagógica do professor*. Campinas
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/MATEMATICA/Artigo_Gilberto_06.pdf
- Jesus, C. (2012). *Gestão de Conflitos na Escola*. Beja: Escola Superior de Educação.
- Kusese, J. (2014). Relação pedagógica e (in)sucesso escolar em escolas TEIP, na perspetiva de diretores de escolas e encarregados de educação. Lisboa. [TEIPs \(grupolusofona.pt\)](http://grupolusofona.pt)
- Laranjeiro, M. (2011). *Educação Pré-Escolar e Primeiro Ano do Primeiro Ciclo do Ensino Básico: que relações pedagógicas e vínculos didáticos?*. Universidade Aberta Lisboa. [Repositório Aberto: Educação Pré-Escolar e primeiro ano do primeiro ciclo do Ensino Básico : que relações pedagógicas e vínculos didáticos? \(uab.pt\)](http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10216)
- Leão, D. M. M. (1999). *Paradigmas contemporâneos de educação: Escola Tradicional e Escola Construtivista*. *Cadernos de Pesquisa*, (107), 187-206.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000200008>
- Lins, M. & Camino, C. (1993). *Uma Estratégia Eficiente de Educação*. p.307: In *Revista Análise Psicológica*. p. 307, N.º4
- Louseiro, M. (2011). *Contributos da prática do Conselho de Cooperação Educativa para o desenvolvimento sociomoral dos alunos*. *Escola Moderna* 39, 5.º série.
- Manzini, E. J. (2014) *Considerações sobre a transcrição de entrevistas*. ONEESP.
[transcrio \(transcricoes.com.br\)](http://transcrio.transcricoes.com.br)
- Mendes, M. (2011). *O Perfil do Professor do Século XXI- Desafios e Competências: As Competências Profissionais dos Professores Titulares e Professores na Região de Bastos*. Granada. [20058214.pdf \(ugr.es\)](http://20058214.pdf)

- Martins, M. (2010). *Contributos da Psicologia do Desenvolvimento Moral para a Educação para a Cidadania*. Braga: Universidade do Minho.
- Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Ação*. Porto: Porto Editora.
- Moderna, M. E. (s.d.). *Modelo pedagógico MEM*. Obtido de Movimento Escola Moderna: <http://www.escolamoderna.pt/modelo-pedagogico/>
- Niza, S. (1998). *A Organização Social do Trabalho de Aprendizagem no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. http://centrorecursos.movimentoescolamoderna.pt/dt/1_2_0_mod_pedag_mem/120_d_01_org_social_trab_aprend1ceb_sniza.pdf
- Pinto, J. M. B. (2002). *A avaliação formal no 1º ciclo do ensino básico: Uma construção social*. [Dissertação de doutoramento, Instituto de Estudos da Criança]. Repositório do Instituto Superior de Psicologia Aplicada. <http://hdl.handle.net/10400.12/1675>
- Projeto Educativo da Instituição Escolar 1.º CEB* (s.d.). Consultado a 22 de junho de 2021.
- Projeto Educativo da Instituição Escolar 2.º CEB* (s.d.). Consultado a 22 de junho de 2021.
- Santos, G. (2015). *Conceções de Aprendizagem e Decisões Curriculares para o 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. [Conceções de Aprendizagem e Decisões Curriculares 1º CEB.pdf \(uc.pt\)](#)
- Serralha, F. (2007). *A socialização Democrática na Escola: o desenvolvimento sociomoral do 1.º CEB*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Sousa, M. J., & Batista, C. S. (2014). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Edição Pactor.
- Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (2014). *Instrumento de regulação ético-deontológica. Carta Ética*. Consultado em <http://www.spce.org.pt/PDF/CARTAETICA.pdf>
- Tavares, J., Pereira, A. S., Gomes, A. A., Monteiro, S. M. & Gomes, A. (2007). *Manual de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem*. Porto Editora
- Veiga, A. (2017). *A Participação dos alunos no Conselho de Cooperação Educativa*. Lisboa: Escola Superior de Educação.

Vieira, F. (2003). *O Diário de Turma como Instrumento Curricular para a construção social da moralidade: Os juízos sociais de crianças e adultos sobre incidentes negativos da vida em grupo*. Braga: Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

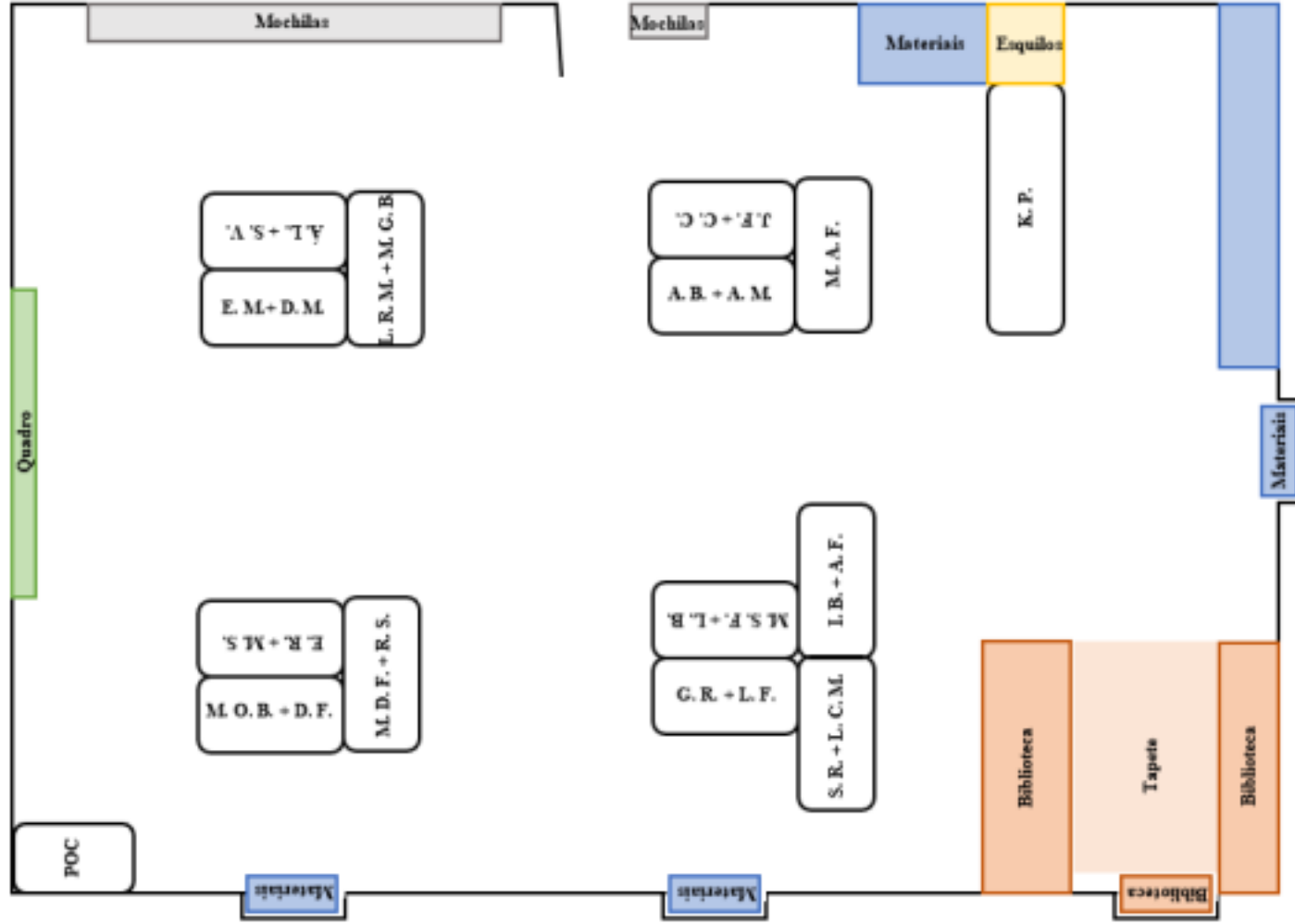
ANEXOS

| ' ' | | ' ' |

ANEXO A

Planta da sala de aula

|' '' | | ''



ANEXO B

Exemplo de um Plano Semanal

|' '' | | ''

Agenda Semanal

4.º ano B

	Segunda 26/04/2021	Terça 27/04/2021	Quarta 28/04/2021	Quinta 29/04/2021	Sexta 30/04/2021
09h30 – 09h45	Organização	Organização	Organização	Organização	Organização
09h45 – 10h30	Educação Física	Inglês	Português Gramática	Português Melhoramento de texto a pares	Português Ortografia
10h30 – 11h00		Português Compreensão	Matemática e Artes Plásticas Desafio matemático		TEA Avaliação
11h00 – 11h30	TEA Planificação			Matemática Cálculo mental	
11h30 – 12h00	INTERVALO				
12h00 – 12h30	Matemática Geometria	Estudo do Meio Observação e registo da atividade Experimental	Direitos Humanos	Inglês	História de Portugal
12h30 – 13h00				Estudo do Meio Preparação apresentações	
13h00 – 13h30	TEA (integrar estudo do meio – projetos)				
13h30 – 14h45	ALMOÇO				
14h45 – 16h30	TEA (integrar estudo do meio – projetos)	TEA	Música	TEA	CCE

ANEXO C

Caracterização dos alunos da
turma do 1.º CEB

|' '' | | ''

Nº	Nome	Sexo	Observações
1	Á. L.	M	Muito participativo e altruista. Distrai-se com facilidade e distrai os colegas com comportamentos disruptivos.
2	A. M.	F	Trabalha bem autonomamente, é participativa e colabora com os colegas nos trabalhos a grupo e a pares. Aptidão para a escrita.
3	A. B.	F	Distrai-se com facilidade e tem muitas conversas paralelas com os colegas. Apresenta dificuldades a Matemática.
4	A. F.	F	Distrai-se com facilidade e tem muitas conversas paralelas com os colegas.
5	C. C.	F	Distrai-se com facilidade e demonstra dificuldades a trabalhar de forma autónoma. Apresenta dificuldades a Matemática.
6	D. M.	F	Trabalha bem autonomamente. Revela estar concentrada durante as aulas.
7	D. F.	M	Distrai-se com facilidade, distrai os colegas com comportamentos disruptivos e demonstra dificuldades a trabalhar de forma autónoma.
8	E. R.	F	Revela ter aptidão para o cálculo mental e para a escrita. Distrai-se com facilidade e tem muitas conversas paralelas com os colegas.
9	E. M.	F	Trabalha bem autonomamente, nos trabalhos a pares e de grupo. Revela bom poder de argumentação.
10	G. R.	M	Apresenta um grande conhecimento de cultura geral. Sofre de gaguez, mas participa com grande frequência, sem qualquer impedimento na oralidade. Distrai-se com facilidade. Apresenta dificuldades a Matemática.
11	I. B.	F	Revela uma leitura e escrita fluente. Participa regularmente. Distrai-se com facilidade e tem muitas conversas paralelas com os colegas.
12	J. F.	F	Trabalha bem autonomamente. Apresenta alguns receios e recorre muitas vezes aos adultos presentes na sala.
13	K. P.	M	Referenciado com PEA.
14	L. M.	F	Muito participativa e altruista. Distrai-se com facilidade.
15	L. C. M.	F	Demonstra dificuldades a trabalhar de forma autónoma, distrai-se com facilidade e tem muitas conversas paralelas com os colegas.
16	L. B.	F	Apresenta aptidões para a escrita, a leitura e a Matemática. Distrai-se com facilidade e tem muitas conversas paralelas com os colegas.
17	L. F.	F	Trabalha bem autonomamente.
18	M. B.	F	Revela estar atenta e participa. Distrai-se com facilidade.
19	M. S.	F	Muito participativa, apesar da leitura ser realizada num tom muito baixo, quase impercetível. Trabalha bem autonomamente.
20	M. A. F.	M	Distrai-se com facilidade, distrai os colegas com comportamentos disruptivos e demonstra dificuldades a trabalhar de forma autónoma.
21	M. D. F.	F	Trabalha bem autonomamente.
22	M. S. F.	F	Distrai-se com facilidade e tem muitas conversas paralelas com os colegas.
23	M. O. B.	M	Distrai-se com facilidade, distrai os colegas com comportamentos disruptivos e demonstra dificuldades a trabalhar de forma autónoma.

24	R. S.	F	Distrai-se com facilidade, distrai os colegas com comportamentos disruptivos.
25	S. R.	M	Trabalha bem autonomamente e demonstra ser bastante prestável nas parcerias e apoios que concretiza.
26	S. V.	M	Realiza os trabalhos sempre bem e muito rapidamente, mostrando-se disponível para ajudar os colegas. Distrai-se com facilidade, distrai os colegas com comportamentos disruptivos.

ANEXO D

Potencialidades e fragilidades
identificadas na turma do 1.º CEB

| ' ' | | ' ' |

Área disciplinar	Potencialidades	Fragilidades
Português	<ul style="list-style-type: none"> - Gosto pela leitura; - Leitura fluente; - Compreensão e interpretação de textos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento e organização da escrita; - Capacidade argumentativa (comunicação oral e escrita).
Matemática	<ul style="list-style-type: none"> - Algoritmo da adição e da subtração. 	<ul style="list-style-type: none"> - Números racionais não negativos em forma de fração; - Situações problemáticas.
Estudo do Meio	<ul style="list-style-type: none"> - Ampla aquisição de conhecimentos de cultura geral; - Realizar a ligação entre os conteúdos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Selecionar e tratar informação (síntese e resumo), no Trabalho por Projeto; - Realizar atividades práticas.
Expressão Plástica	<ul style="list-style-type: none"> - Ilustração, nos tempos livres. 	<ul style="list-style-type: none"> - Explorar materiais diversos.
Expressão Dramática	<ul style="list-style-type: none"> - Adequar as possibilidades expressivas da voz. 	<ul style="list-style-type: none"> - Transformar objetos (adereços e formas animadas).
Música	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar sequências com movimentos corporais; - Improvisar sequências melódicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Experimentar sons vocais.
Expressão Físico-Motora	<ul style="list-style-type: none"> - Passar e rematar a bola; - Encestar a bola de basquetebol. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar batimentos de bola com a raquete; - Impulsionar a bola na vertical.

ANEXO E

Avaliação dos objetivos da
turma do 1.º CEB

| ' ' | | ' ' |

Objetivos gerais	Intervenientes	Avaliação	
		Indicadores	Técnicas e instrumentos
Desenvolver a competência argumentativa (em situações orais e escritas).	- Estagiárias; - POC.	<p>Português</p> <ul style="list-style-type: none"> - Respeito as regras de comunicação da sala (ex.: ouço os outros atentamente e espero pela minha vez); - Dou a minha opinião e explico porquê; - Uso a palavra com um tom de voz audível e articulando bem as palavras; - Falo sobre um assunto, dando a minha opinião e justificando-a, de forma clara e organizada; - Participo na vida da turma (faço perguntas para esclarecer e comentários construtivos); - Adapto o meu discurso às diferentes situações; - Faço pesquisas (livros ou na internet) sobre um tema para responder a perguntas e preencher esquemas; - Exprimo a minha opinião relativa a um texto, e, se possível, comparo-o com outros textos já lidos; - Exprimo a minha opinião relativa a atitudes de personagens; - Penso e faço um plano, onde organizo as ideias principais do que vou escrever; - Uso vocabulário adequado; - Oíço e respeito as ideias e opiniões dos outros; - Uso tecnologia (computador, tablet...) para comunicar, ler e escrever. <p>Matemática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mostro como pensei e explico, matematicamente, porquê, oralmente ou por escrito; - Oíço e analiso as explicações matemáticas dos outros. <p>Estudo do Meio</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coloco questões, levanto hipóteses, faço inferências, comprovo resultados e comunico-os. <p>Expressão Plástica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mobilizo a linguagem adequada e específica das artes visuais nos diferentes contextos culturais; - Exprimo o que vejo e sinto, construindo discursos e leituras das realidades observadas e vividas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação direta e participantes (grelhas de registo); - Conversas informais (com a POC e os alunos); - Análise documental (das produções dos alunos, dos PIT dos alunos, das grelhas de descritores).

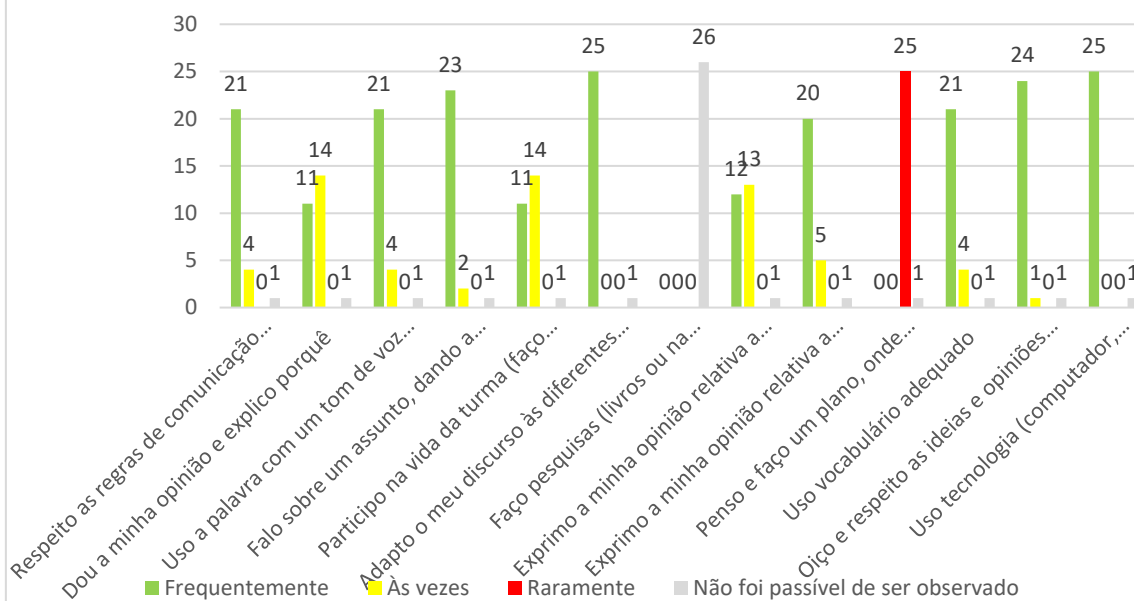
		<ul style="list-style-type: none"> - Reconheço as razões e os processos para o desenvolvimento dos gostos: escolher, sintetizar, tomar decisões, argumentar e formar juízos críticos; - Consigo transpor para palavras a expressividade contida na linguagem das imagens e outras narrativas visuais; - Aprecio os meus trabalhos e os dos meus colegas, mobilizando diferentes critérios de argumentação. <p style="text-align: center;">Expressão Dramática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exprimo opiniões pessoais e estabeleço relação entre acontecimentos da vida real e as situações dramáticas desenvolvidas em aula; - Defendo, oralmente e/ou em situações de prática experimental, as opções de movimento e escolhas vocais utilizados para comunicar uma ideia. 	
Desenvolver as capacidades inerentes aos processos científicos, através de atividades práticas.	<ul style="list-style-type: none"> - Estagiárias; - POC. 	<p style="text-align: center;">Português</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cumpro as instruções que me são dadas; - Faço previsões; - Faço pesquisas (livros ou na internet) sobre um tema para responder a perguntas e preencher esquemas; - Acredito nos meus conhecimentos e ajudo os outros; - Uso tecnologia (computador, tablet...) para comunicar, ler e escrever. <p style="text-align: center;">Matemática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analiso e tiro conclusões de dados recolhidos, respondendo às questões; - Uso tecnologia (computador, tablet, calculadora, ...) na resolução de tarefas matemáticas. <p style="text-align: center;">Estudo do Meio</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coloco questões, levanto hipóteses, faço inferências, comprovo resultados e comunico-os; - Pesquiso, seleciono e trato informação sobre um tema. <p style="text-align: center;">Expressão Plástica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manifesto as minhas capacidades expressivas e criativas nas minhas produções plásticas, evidenciando os conhecimentos adquiridos; - Utilizo vários processos de registo de ideias, de planeamento e de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação direta e participantes (grelhas de registo); - Conversas informais (com a POC e os alunos); - Análise documental (das produções dos alunos, dos PIT dos alunos, das grelhas de descritores).

ANEXO F

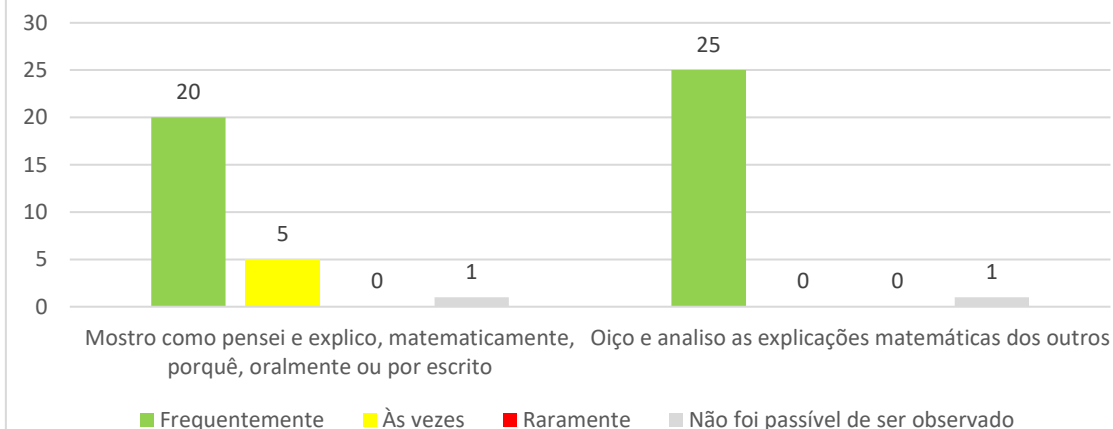
Descritores relacionados com o 1.º
objetivo geral do PI que foram
trabalhados e/ou adquiridos pelos
alunos

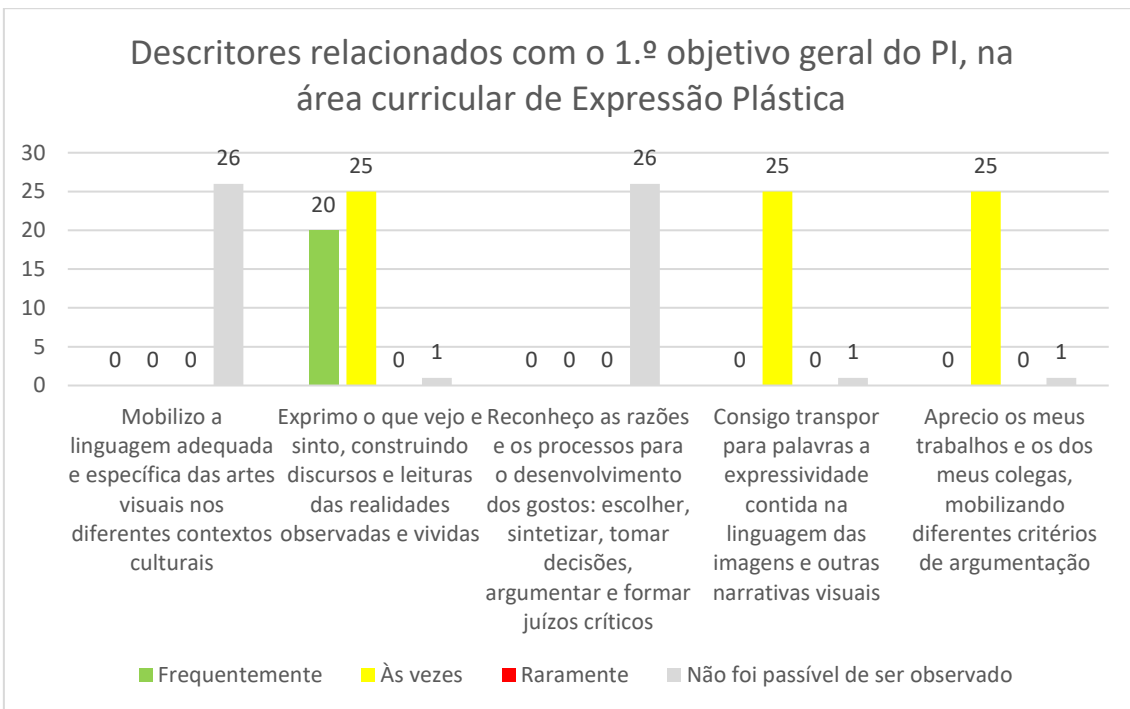
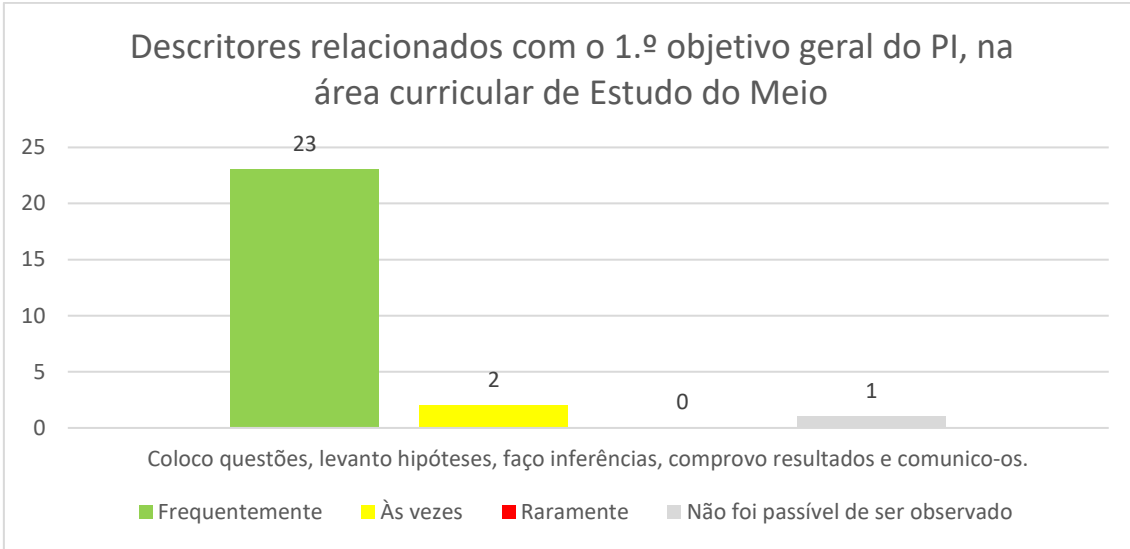
| ' ' | | ' ' |

Descritores relacionados com o 1.º objetivo geral do PI, na área curricular de Português

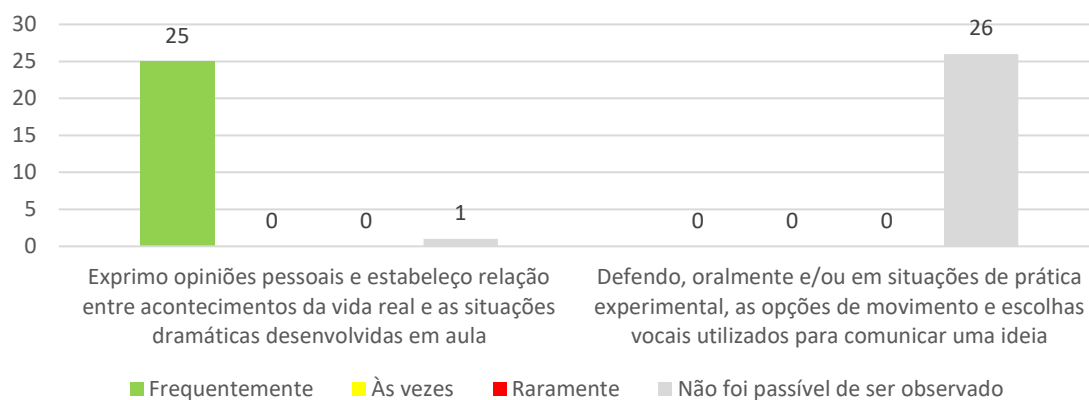


Descritores relacionados com o 1.º objetivo geral do PI, na área curricular de Matemática





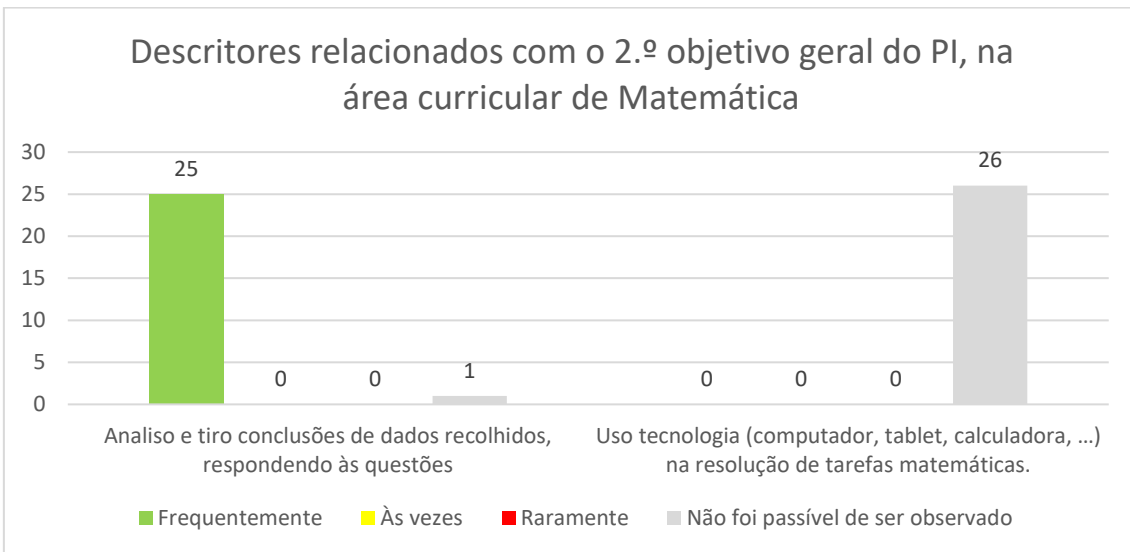
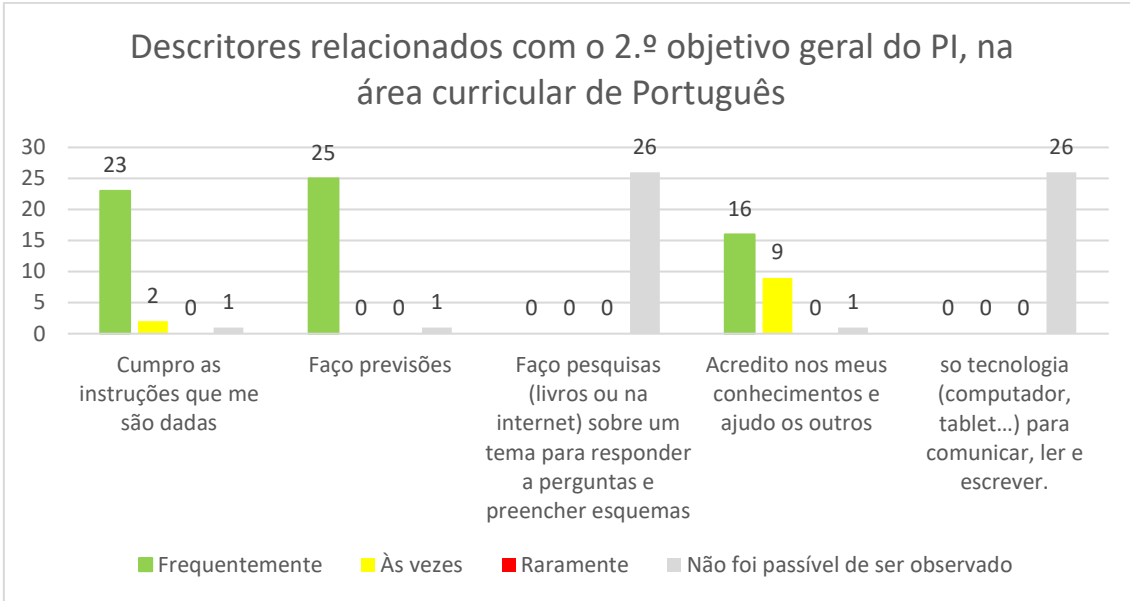
Descritores relacionados com o 1.º objetivo geral do PI, na área curricular de Expressão Dramática

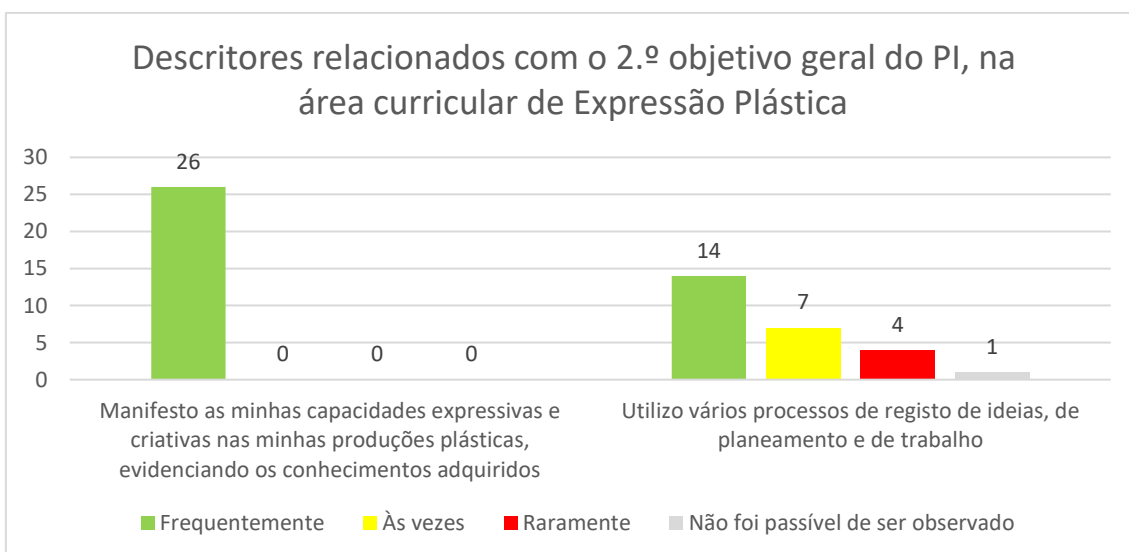
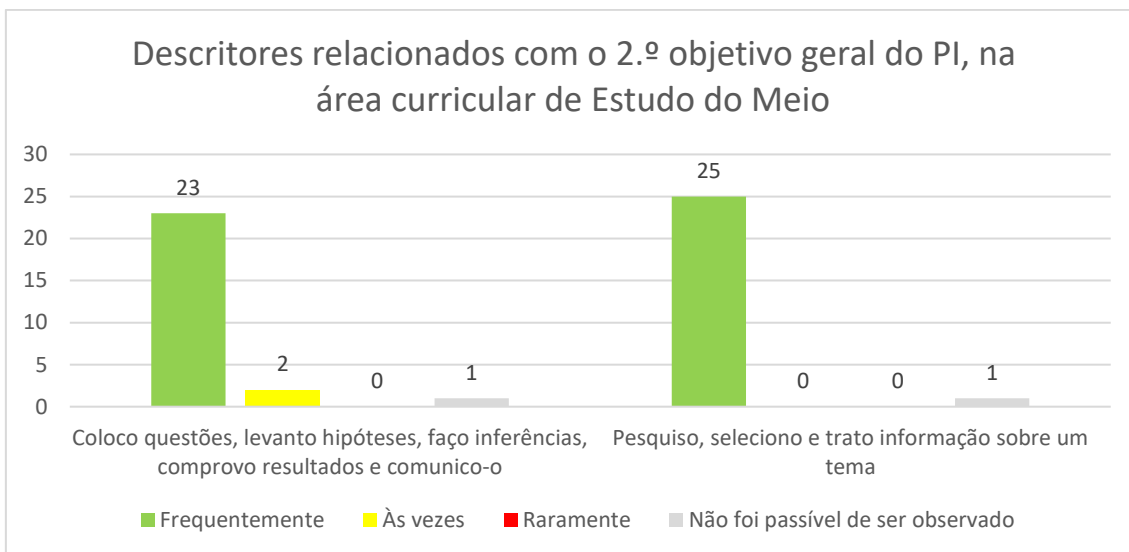


ANEXO G

Descritores relacionados com o 2.º
objetivo geral do PI que foram
trabalhados e/ou adquiridos pelos
alunos

| " " | | " "





ANEXO H

Caracterização dos alunos da turma
do 6.º3.º

| ' ' | | ' ' |

Nº	Nome	Data de Nascimento	Sexo	Observações
1	A. P.	06-08-2009	M	Não participa de forma voluntária. Apresenta dificuldades a Matemática.
2	A. L.	01-10-2009	M	Participa regularmente. Não submete os trabalhos feitos em aula nem os TPC's.
3	B. D.	17-02-2007	F	Não participa de forma voluntária. Apresenta dificuldades tanto a Matemática como a Ciências Naturais. Fraca assiduidade.
4	D. S.	17-11-2008	M	Pouco participativo, mas revela estar atento às aulas.
5	D. P.	16-05-2009	M	Não participa de forma voluntária. Apresenta dificuldades a Matemática.
6	F. P.	13-03-2009	F	Participa regularmente. Apresenta dificuldades a Matemática.
7	I. D.	15-05-2009	M	Mostra-se participativo, expõe as suas dúvidas com regularidade.
8	J. C.	22-06-2009	M	Mostra-se participativo e interessado, com intervenções bastante pertinentes.
9	J. T.	07-04-2009	M	Participa regularmente.
10	J. J. C.	14-11-2009	M	Pouco participativo. Não submete os trabalhos feitos em aula nem os TPC's. Fraca assiduidade.
11	L. B.	25-05-2005	M	Não participa e não está concentrado durante as aulas. Não submete os trabalhos feitos em aula nem os TPC's. Apresenta dificuldades a Matemática. Fraca assiduidade.
12	M. N.	25-03-2009	F	Mostra-se participativa, expõe as suas dúvidas com regularidade.
13	M. L. C.	22-01-2009	F	Participa regularmente. Não está concentrada nas aulas e tem tendência para interromper os colegas.
14	M. M.	25-01-2009	F	Pouco participativa, mas revela estar atenta e interessada.
15	M. P.	11-01-2009	F	Pouco participativa, mas revela estar atenta e interessada. Apresenta dificuldades a Matemática.
16	M. C.	12-10-2009	M	Pouco participativo.
17	N. C.	23-06-2009	F	Participa regularmente.
18	P. P.	06-08-2009	M	Não participa de forma voluntária. Não realiza os TPC's.
19	R. G.	05-06-2009	F	Participa regularmente.
20	R. P. G.	19-12-2008	F	Pouco participativa e revela estar desatenta durante as aulas. Não submete os trabalhos feitos em aula nem os TPC's.

ANEXO I

Caracterização dos alunos da turma
do 6.ºB.º

| ' ' | ' ' |

Nº	Nome	Data de Nascimento	Sexo	Observações
1	A. F.	27-02-2009	F	Participativa e interessada nas aulas.
2	A. B.	14-10-2009	M	Mostra-se participativo e interessado, com intervenções bastante pertinentes.
3	C. M.	16-08-2009	F	Pouco participativa, mas revela estar atenta às aulas.
4	C. F.	12-10-2009	F	Não participa de forma voluntária.
5	C. A.	12-11-2008	F	Participativa e interessada nas aulas.
6	C. G. A.	23-04-2009	F	Não participa de forma voluntária.
7	C. B.	24-08-2009	F	Participa regularmente.
8	D. N.	21-04-2008	M	Pouco participativo. Apresenta dificuldades a Matemática.
9	F. M.	09-03-2009	F	Participativa e interessada nas aulas.
10	F. R.	06-01-2009	M	Não participa de forma voluntária. Não submete os trabalhos feitos em aula nem os TPC's. Apresenta dificuldades a Matemática e Ciências Naturais.
11	G. L.	19-03-2008	M	Não participa de forma voluntária. Não submete os trabalhos feitos em aula nem os TPC's. Fraca assiduidade. Tem dificuldades a Matemática e Ciências Naturais.
12	G. C.	31-07-2009	M	Mostra-se participativo, mas tem tendência para interromper os colegas. Não submete os trabalhos feitos em aula nem os TPC's.
13	G. S.	06-01-2009	M	Participativo e interessado nas aulas.
14	G. R.	26-01-2009	M	Mostra-se participativo e interessado, com intervenções bastante pertinentes.
15	I. D.	10-08-2009	F	Não participa de forma voluntária, mas revela estar atenta e interessada. Tem dificuldades a Matemática.
16	J. R.	16-03-2009	F	Pouco participativa, mas revela estar atenta e interessada.
17	J. M.	04-05-2009	F	Pouco participativa, mas revela estar atenta e interessada.
18	J. V.	02-09-2009	M	Participativo e interessado nas aulas.
19	L. N.	01-02-2009	F	Participativa e interessada nas aulas.
20	M. O.	08-06-2009	F	Pouco participativa, mas revela estar atenta às aulas.
21	M. M.	08-04-2009	F	Participativa e interessada nas aulas.
22	M. D.	21-10-2008	F	Pouco participativa. Não submete os trabalhos feitos em aula nem os TPC's. Apresenta dificuldades a Matemática.
23	N. L.	04-01-2009	F	Pouco participativa, mas revela estar atenta e interessada.
24	P. L.	04-01-2009	F	Participa regularmente, mas tem tendência para interromper os colegas.
25	S. S.	27-07-2009	M	Pouco participativo, mas revela estar atento às aulas.
26	S. M.	18-03-2009	M	Não participa de forma voluntária. Não submete os trabalhos feitos em aula nem os TPC's. Apresenta dificuldades a Matemática e Ciências Naturais.
28	T. C.	21-01-2009	M	Mostra-se participativo e interessado, com intervenções bastante pertinentes.

ANEXO J

Tabela relativa ao número de vezes
que os alunos da turma do E.03.0
participaram nas aulas, durante o
período de observação

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fev.			2.ª Semana 15 a 19 de fev.			TOTAL		
	Qua	Qui	Sex	Seg		Qua		Qui	Sex
	M	CN	M	M	CN	M		CN	M
1. A. P.	0	0	1	1	0	1	0	2	5
2. A. L.	1	2	2	0	0	1	0	2	8
3. B. D.	F	0	1	1	0	0	0	1	3
4. D. S.	1	0	2	0	2	1	1	2	9
5. D. P.	0	0	1	1	1	F	0	1	4
6. F. P.	2	2	3	1	1	1	1	2	13
7. I. D.	1	2	3	1	1	1	1	1	11
8. J. C.	1	2	3	1	1	2	1	2	13
9. J. T.	0	0	2	1	3	1	1	1	9
10. J. J. C.	0	0	2	2	0	1	0	1	6
11. L. B.	0	1	1	0	0	0	F	F	2
12. M. N.	2	3	3	2	2	2	2	3	19
13. M. L. C.	1	2	3	1	1	2	1	2	13
14. M. M.	0	2	1	1	1	1	2	1	9
15. M. P.	0	0	2	2	1	1	0	1	7
16. M. C.	1	0	2	1	0	1	0	1	6
17. N. C.	1	2	1	1	2	1	1	1	10
18. P. P.	0	0	1	0	0	1	0	2	4
19. R. G.	1	3	2	2	1	2	3	2	16
20. R. P. G.	0	1	1	0	1	1	0	1	5
									172

N. ^{os} (0, 1, 2, 3)	N.º de vezes que o aluno participa na sessão
F	Falta

ANEXO K

Tabela relativa ao número de vezes
que os alunos da turma do 6.ºB.º
participaram nas aulas, durante o
período de observação

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fev.			2.ª Semana 15 a 19 de fev.			TOTAL		
	Qui		Sex	Seg	Ter	Qui		Sex	
	CN	M	M	CN	M	CN		M	M
1. A. F.	2	1	2	1	1	0	1	1	9
2. A. B.	3	2	4	1	1	2	2	3	18
3. C. M.	1	1	1	1	2	1	0	1	8
4. C. F.	0	1	1	0	1	1	1	1	6
5. C. A.	3	2	1	2	1	1	3	1	14
6. C. G. A.	0	1	1	1	1	1	1	0	6
7. C. B.	1	1	2	0	2	1	0	2	9
8. D. N.	1	1	1	0	1	0	1	1	6
9. F. M.	3	1	2	1	2	2	1	0	12
10. F. R.	0	1	0	0	1	0	1	1	4
11. G. L.	0	1	F	0	F	0	1	1	3
12. G. C.	2	1	2	1	1	1	1	1	10
13. G. S.	0	1	2	1	1	0	1	1	7
14. G. R.	3	2	4	2	1	2	1	2	17
15. I. D.	1	0	0	1	1	1	0	0	4
16. J. R.	0	1	1	0	1	0	1	1	5
17. J. M.	0	1	1	1	1	0	1	0	5
18. J. V.	1	1	3	0	1	1	2	1	10
19. L. N.	2	0	2	1	2	1	0	1	9
20. M. O.	0	1	2	1	1	0	1	1	7
21. M. M.	1	1	3	0	2	1	1	1	10
22. M. D.	1	0	1	0	1	1	1	0	5
23. N. L.	1	0	1	1	2	0	1	1	7
24. P. L.	3	1	2	1	2	1	1	2	13
25. S. S.	1	0	1	1	1	0	1	1	6
26. S. M.	0	1	1	0	F	1	0	0	3
28. T. C.	3	2	0	1	2	2	1	1	12
									225

N. ^{os} (0, 1, 2, 3, 4)	N. ^o de vezes que o aluno participa na sessão
F	Falta

ANEXO L

Tabela relativa ao respeito pelo
outro dos alunos da turma do 6.º3.º,
durante o período de observação

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fev.		2.ª Semana 15 a 19 de fev.				
	Qui	Sex	Seg		Qua	Qui	Sex
	CN	M	M	CN	M	CN	M
1. A. P.	0	0	0	0	0	0	0
2. A. L.	0	-1	0	0	0	0	0
3. B. D.	0	0	0	0	0	0	0
4. D. S.	0	0	0	0	0	0	0
5. D. P.	0	0	0	0	F	0	0
6. F. P.	-1	0	0	0	0	0	0
7. I. D.	0	0	0	0	0	0	0
8. J. C.	0	0	0	0	0	0	0
9. J. T.	0	0	-1	0	0	0	0
10. J. J. C.	0	0	0	0	0	0	0
11. L. B.	0	0	0	0	0	F	F
12. M. N.	0	0	0	0	0	0	0
13. M. L. C.	-1	0	-1	-1	0	-1	-1
14. M. M.	0	0	0	0	0	0	0
15. M. P.	0	0	0	0	0	0	0
16. M. C.	0	0	0	0	0	0	0
17. N. C.	0	0	0	0	0	0	0
18. P. P.	0	0	0	0	0	0	0
19. R. G.	0	0	0	0	0	0	0
20. R. P. G.	0	0	0	0	0	0	0

-1	Desrespeitou os colegas ou a docente uma vez
----	--

0	Respeitou os colegas e a docente
---	----------------------------------

F	Falta
---	-------

ANEXO M

Tabela relativa ao respeito pelo
outro dos alunos da turma do 6.ºB.º,
durante o período de observação

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fev.			2.ª Semana 15 a 19 de fev.				
	Qui		Sex	Seg	Ter	Qui		Sex
	CN	M	M	CN	M	CN	M	M
1. A. F.	0	0	0	0	0	0	0	0
2. A. B.	0	0	0	0	0	0	0	0
3. C. M.	0	0	0	0	0	0	0	0
4. C. F.	0	0	0	0	0	0	0	0
5. C. A.	0	0	0	0	0	0	0	0
6. C. G. A.	0	0	0	0	0	0	0	0
7. C. B.	0	0	0	0	0	0	0	0
8. D. N.	0	0	0	0	0	0	0	0
9. F. M.	0	0	0	0	0	0	0	0
10. F. R.	0	0	0	0	0	0	0	0
11. G. L.	0	0	F	0	F	0	0	0
12. G. C.	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	0
13. G. S.	0	0	0	0	0	0	0	0
14. G. R.	0	0	0	0	-1	0	0	0
15. I. D.	0	0	0	0	0	0	0	0
16. J. R.	0	0	0	0	0	0	0	0
17. J. M.	0	0	0	0	0	0	0	0
18. J. V.	0	0	0	0	0	0	0	0
19. L. N.	0	0	0	0	0	0	0	0
20. M. O.	0	0	0	0	0	0	0	0
21. M. M.	0	0	0	0	0	0	0	0
22. M. D.	0	0	0	0	0	0	0	0
23. N. L.	0	0	0	0	0	0	0	0
24. P. L.	-1	0	-1	0	0	0	0	0
25. S. S.	0	0	0	0	0	0	0	0
26. S. M.	0	0	0	0	F	0	0	0
28. T. C.	0	0	0	0	0	0	0	0

-1	Desrespeitou os colegas ou a docente uma vez
----	--

0	Respeitou os colegas e a docente
---	----------------------------------

F	Falta
---	-------

ANEXO N

Tabela relativa à submissão da
fotografia do caderno diário da turma
do E.03.0, durante o período de
observação

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fev.					2.º Semana 15 a 19 de fev.			
	Seg		Qua	Qui	Sex	Seg		Qua	Qui
	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN
1. A. P.	1		0	1	1	1	1	1	
2. A. L.	0		0	0	0	0	1	1	
3. B. D.	1		1	1	0	0	1	1	
4. D. S.	1		1	0	0	1	1	1	
5. D. P.	1		1	1	1	1	1	1	
6. F. P.	1		0	1	0	0	0	0	
7. I. D.	1		1	1	1	1	0	1	
8. J. C.	1		1	1	1	1	1	1	
9. J. T.	1		1	0	1	0	0	0	
10. J. J. C.	0		0	0	0	0	0	0	
11. L. B.	0		1	0	0	0	0	0	
12. M. N.	1		0	1	0	1	1	1	
13. M. L. C.	1		1	1	1	1	1	1	
14. M. M.	1		1	1	1	1	1	1	
15. M. P.	1		1	1	1	1	1	1	
16. M. C.	1		1	1	1	1	1	1	
17. N. C.	1		1	1	1	1	1	1	
18. P. P.	0		0	1	0	0	0	0	
19. R. G.	1		1	1	1	1	1	1	
20. R. P. G.	1		0	0	0	0	0	0	

1	Submeteu a fotografia do caderno diário com a aula passada
---	--

0	Não submeteu a fotografia do caderno diário com a aula passada
---	--

ANEXO 0

Tabela relativa à submissão da
fotografia do caderno diário da
turma do 6.º 6.º, durante o período
de observação

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fev.				2.ª Semana 15 a 19 de fev.				
	Seg	Ter	Qui		Sex	Seg	Ter	Qui	
	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M
1. A. F.		1	0		1	1	1		
2. A. B.		1	1		0	0	1		
3. C. M.		1	1		1	1	1		
4. C. F.		1	0		1	0	0		
5. C. A.		1	1		1	1	1		
6. C. G. A.		1	1		1	0	1		
7. C. B.		1	1		1	1	1		
8. D. N.		1	0		0	0	0		
9. F. M.		1	0		0	0	0		
10. F. R.		0	0		0	0	0		
11. G. L.		0	0		0	0	0		
12. G. C.		1	0		0	1	0		
13. G. S.		1	1		1	1	1		
14. G. R.		1	1		1	0	0		
15. I. D.		1	0		0	0	0		
16. J. R.		1	1		1	1	1		
17. J. M.		1	1		1	1	1		
18. J. V.		1	0		1	0	0		
19. L. N.		1	1		1	1	1		
20. M. O.		1	0		1	1	1		
21. M. M.		1	0		1	1	1		
22. M. D.		0	0		0	0	0		
23. N. L.		1	1		1	1	1		
24. P. L.		1	0		1	1	0		
25. S. S.		1	1		1	1	1		
26. S. M.		1	0		0	0	0		
28. T. C.		1	1		1	0	1		

1	Submeteu a fotografia do caderno diário com a aula passada
0	Não submeteu a fotografia do caderno diário com a aula passada

ANEXO P

Tabela relativa à submissão da
fotografia do TPC da turma do E.03.0,
durante o período de observação

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fev.					2.ª Semana 15 a 19 de fev.			
	Sex		Qua	Qui	Sex	Seg		Qua	Qui
	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN
1. A. P.	1		1	1	1	1	1	1	
2. A. L.	0		0	0	0	0	0	0	
3. B. D.	1		0	0	1	1	0	0	
4. D. S.	1		1	1	1	1	1	1	
5. D. P.	1		1	1	1	1	0	1	
6. F. P.	1		1	1	1	0	0	1	
7. I. D.	1		1	1	1	1	0	1	
8. J. C.	1		1	1	1	1	0	1	
9. J. T.	1		1	1	1	1	1	1	
10. J. J. C.	0		0	0	0	0	0	0	
11. L. B.	0		1	0	0	0	0	0	
12. M. N.	1		1	1	1	1	1	1	
13. M. L. C.	1		1	1	0	1	1	1	
14. M. M.	1		1	1	1	1	1	1	
15. M. P.	1		1	1	1	1	1	1	
16. M. C.	1		1	1	1	1	1	1	
17. N. C.	1		1	1	1	1	1	1	
18. P. P.	1		1	1	1	1	1	1	
19. R. G.	1		1	0	1	1	1	1	
20. R. P. G.	1		0	0	0	0	0	0	

1	Submeteu a fotografia do TPC feito
---	------------------------------------

0	Não submeteu a fotografia do TPC feito
---	--

ANEXO Q

Tabela relativa à submissão da
fotografia do TPC da turma do 6.ºB.º,
durante o período de observação

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fev.					2.ª Semana 15 a 19 de fev.			
	Seg	Ter	Qui		Sex	Seg	Ter	Qui	
	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M
1. A. F.		0	1		1	0	1		
2. A. B.		1	1		1	1	1		
3. C. M.		1	0		1	1	1		
4. C. F.		1	0		1	0	0		
5. C. A.		1	1		1	1	1		
6. C. G. A.		1	1		1	1	1		
7. C. B.		1	1		1	1	1		
8. D. N.		1	0		0	0	0		
9. F. M.		1	0		0	0	0		
10. F. R.		0	0		0	0	0		
11. G. L.		0	0		0	0	0		
12. G. C.		0	0		0	1	1		
13. G. S.		1	1		1	1	1		
14. G. R.		1	1		1	1	1		
15. I. D.		1	1		0	0	0		
16. J. R.		1	1		1	1	1		
17. J. M.		1	1		1	1	1		
18. J. V.		1	1		1	1	1		
19. L. N.		1	1		1	1	1		
20. M. O.		1	0		0	1	1		
21. M. M.		1	1		1	1	1		
22. M. D.		0	0		0	0	0		
23. N. L.		1	1		1	1	1		
24. P. L.		1	0		0	1	0		
25. S. S.		1	1		1	1	1		
26. S. M.		0	0		0	0	0		
28. T. C.		1	1		1	1	1		

1	Submeteu a fotografia do TPC feito
---	------------------------------------

0	Não submeteu a fotografia do TPC feito
---	--

ANEXO R

Potencialidades e fragilidades
identificadas em ambas as turmas do
6.º ano

| ' ' | | ' ' |

	Potencialidades	Fragilidades
Competências transversais do 6.º 3.º	Respeito e cordialidade na relação com os outros	Participação Interesse ou curiosidade
Competências transversais do 6.º 6.º	Participação Interesse / Curiosidade	Respeito e cordialidade na relação com os outros

ANEXO S

Exemplo de um questionário semanal

|' '' '| ''

Auto-Avaliação da semana de 8 a 14 de março

* Required

Nome: *

Your answer

Turma: *

6.º 3.º

6.º 6.º

1-Muito insuficiente; 2- Insuficiente; 3-Suficiente; 4- Boa/ bom; 5- Muito boa/ bom *

1

2

3

4

5

O respeito que tive pelas regras da aula e pelos colegas e professoras esta semana foi:

A minha participação esta semana foi:

A entrega dos TPC, dentro do prazo, esta semana foi:

A entrega da aula passada no caderno, dentro do prazo, esta semana foi:

A minha preparação para o Quiz semanal de Ciências Naturais foi...

ANEXO T

Tabela relativa ao número de vezes
que os alunos da turma do E.03.0
participaram nas aulas, durante todo
o período da prática

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fevereiro				2.ª Semana 15 a 19 de fevereiro				3.ª Semana 22 a 26 de fevereiro				4.ª Semana 1 a 5 de março				5.ª Semana 8 a 12 de março				6.ª Semana 15 a 19 de março				7.ª Semana 22 a 26 de março										
	S		Q		Q		S		S		Q		Q		S		S		Q		Q		S		S		Q		Q		S				
	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M	CN	M				
1. A. P.			0	0	1	1	0	1	0	2	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	1
2. A. L.			1	2	2	0	0	1	0	2	3	2	F	2	1	2	2	1	0	1	2	0	0	3	1	2	2	0	0	2	1	1	1	1	
3. B. D.			F	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
4. D. S.			1	0	2	0	2	1	1	2	0	0	0	2	1	2	1	0	1	0	1	1	0	2	0	1	2	1	0	0	1	1	1	2	
5. D. P.			0	0	1	1	1	F	0	1	1	0	1	1	F	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	
6. F. P.			2	2	3	1	1	1	1	2	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	2	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	
7. I. D.			1	2	3	1	1	1	1	1	3	0	1	1	0	2	2	1	1	1	2	0	1	3	1	2	1	1	1	2	1	1	1	1	
8. J. C.			1	2	3	1	1	2	1	2	3	4	2	1	1	2	2	2	1	1	2	1	0	3	2	2	1	1	2	2	2	1	1	1	
9. J. T.			0	0	2	1	3	1	1	1	1	0	1	1	1	2	3	2	0	1	1	0	0	1	0	2	1	1	2	2	2	1	1	1	
10. J. J. C.			0	0	2	2	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	
11. L. B.			0	1	1	0	0	0	F	F	0	0	F	0	1	1	1	0	1	0	0	1	F	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2	
12. M. N.			2	3	3	2	2	2	2	3	3	2	2	1	2	2	2	2	3	1	2	1	1	3	1	1	0	1	1	2	2	2	1	1	1
13. M. L. C.			1	2	3	1	1	2	1	2	2	0	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	2	0	2	2	1	1	0	1	1	1	1	1	
14. M. M.			0	2	1	1	1	1	2	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	3	0	1	2	1	1	0	1	1	1	1	1	
15. M. P.			0	0	2	2	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	2	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	
16. M. C.			1	0	2	1	0	1	0	1	2	1	1	1	0	2	1	1	2	1	1	0	0	3	0	0	2	1	1	0	0	1	1	1	
17. N. C.			1	2	1	1	2	1	1	1	1	2	1	1	2	1	2	1	1	2	1	1	1	1	0	2	1	1	0	1	1	1	1	1	
18. P. P.			0	0	1	0	0	1	0	2	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0	0	0	1	0	1	
19. R. G.			1	3	2	2	1	2	3	2	3	2	0	1	2	2	1	2	2	1	2	0	1	3	1	2	1	1	2	2	2	1	1	1	
20. R. P. G.			0	1	1	0	1	1	0	1	2	0	1	1	1	2	1	2	0	0	1	0	0	2	0	1	2	1	0	0	1	1	0	1	

N. ^{os} (0, 1, 2, 3)	N.º de vezes que o aluno participa na sessão
-------------------------------	--

F	Falta
---	-------

ANEXO U

Tabela relativa ao respeito pelo
outro dos alunos da turma do 6.º3.º,
durante todo o período da prática

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fevereiro				2.ª Semana 15 a 19 de fevereiro				3.ª Semana 22 a 26 de fevereiro				4.ª Semana 1 a 5 de março				5.ª Semana 8 a 12 de março				6.ª Semana 15 a 19 de março				7.ª Semana 22 a 26 de março					
	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S		
	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M
1. A. P.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2. A. L.				0	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. B. D.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4. D. S.				0	0	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. D. P.				0	0	0	0	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. F. P.				-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	0
7. I. D.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8. J. C.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9. J. T.				0	0	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10. J. J. C.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11. L. B.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12. M. N.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. M. L. C.				-1	0	-1	-1	0	-1	-1	-1	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14. M. M.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. M. P.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16. M. C.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17. N. C.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18. P. P.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19. R. G.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20. R. P. G.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

-1	Desrespeitou os colegas ou a docente uma vez
0	Respeitou os colegas e a docente
F	Falta

ANEXO V

Tabela relativa à submissão da
fotografia do caderno diário da
turma do E.º3.º, durante todo o
período da prática

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fevereiro				2.ª Semana 15 a 19 de fevereiro				3.ª Semana 22 a 26 de fevereiro				4.ª Semana 1 a 5 de março				5.ª Semana 8 a 12 de março				6.ª Semana 15 a 19 de março				7.ª Semana 22 a 26 de março							
	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S				
	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	M	CN	M	CN
1. A. P.	1		0	1	1	1	1		1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1				1	1	1	1					
2. A. L.	0		0	0	0	0	1	1	1	A	0	A	A	A	1	1	1	1	1	0			1	0		0	1	1	1			
3. B. D.	1		1	1	0	0	1	1		0	1	0	1	0	A	1	0	0	0	1	0			1	0		0	1A	1A	1A		
4. D. S.	1		1	0	0	1	1	1		1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
5. D. P.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
6. F. P.	1		0	1	0	0	0	0		1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1			1	0		0	0	1	1		
7. I. D.	1		1	1	1	1	0	1		0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1			1	1		1	1	1	1		
8. J. C.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
9. J. T.	1		1	0	1	0	0	0		0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
10. J. J. C.	0		0	0	0	0	0	0		0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0			0	0		0	1	1	1		
11. L. B.	0		1	0	0	0	0	0		0	0	0	1	1	A	1	1	1	1	0	1			1	0		0	1A	1A	1		
12. M. N.	1		0	1	0	1	1	1		1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
13. M. L. C.	1		1	1	1	1	1	1		0	1	0	1	1	A	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
14. M. M.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
15. M. P.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	A	1	1	1	1	0	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
16. M. C.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
17. N. C.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
18. P. P.	0		0	1	0	0	0	0		1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
19. R. G.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1		
20. R. P. G.	1		0	0	0	0	0	0		1	1	0	0	A	A	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1A	1		

1 | Submeteu a fotografia do caderno diário com a aula passada

0 | Não submeteu a fotografia do caderno diário com a aula passada

ANEXO W

Tabela relativa à submissão da
fotografia do TPC da turma do E.03.0,
durante todo o período da prática

| ' ' | | ' ' |

	1.ª Semana 8 a 12 de fevereiro				2.ª Semana 15 a 19 de fevereiro				3.ª Semana 22 a 26 de fevereiro				4.ª Semana 1 a 5 de março				5.ª Semana 8 a 12 de março				6.ª Semana 15 a 19 de março				7.ª Semana 22 a 26 de março						
	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S	S	Q	Q	S			
	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	M	CN	M	CN	M	
1. A. P.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1				
2. A. L.	0		0	0	0	0	0	0		1	0	A	0	A	A	1	1	0	0	1	1			1A		1	1	1	1		
3. B. D.	1		0	0	1	1	0	0		0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1			½	1		1	1A	1A	1A	
4. D. S.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
5. D. P.	1		1	1	1	1	0	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
6. F. P.	1		1	1	1	0	0	1		1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1			0	1		0	0	1	1	
7. I. D.	1		1	1	1	1	0	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1A	1	1			1	1	1	1	1	1		
8. J. C.	1		1	1	1	1	0	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
9. J. T.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
10. J. J. C.	0		0	0	0	0	0	0		0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0			0	1		1	1	1	1	
11. L. B.	0		1	0	0	0	0	0		0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0			1	0		0	1A	1A	1
12. M. N.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
13. M. L. C.	1		1	1	0	1	1	1		0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
14. M. M.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
15. M. P.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
16. M. C.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
17. N. C.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
18. P. P.	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
19. R. G.	1		1	0	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		
20. R. P. G.	1		0	0	0	0	0	0		1	1	1	1	A	A	1	1	0	1	1	0			1	1	1	1A	1			

1 Submeteu a fotografia do TPC feito

0 Não submeteu a fotografia do TPC feito

ANEXO X

Guião da entrevista semiestruturada
realizada à OC

| ' ' | ' ' |

Objetivo geral: Caracterizar a concepção da importância da Gestão Cooperada de Conflitos no Conselho de Cooperação Educativa, pela docente.

Blocos	Objetivos específicos	Perguntas
Definição do Conselho de Cooperação Educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever o significado dos alunos do Conselho de Cooperação Educativa. - Caracterizar a importância, para os alunos, do Conselho de Cooperação Educativa. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O que é o Conselho Cooperação Educativa? Para que serve Conselho Cooperação Educativa? 2. Considera importante?
Conselho de Cooperação na rotina da turma	<ul style="list-style-type: none"> - Mencionar quando foi implementado o Conselho de Cooperação Educativa na Turma. - Explicar o processo de implementação do Conselho de Cooperação Educativa. 	<ol style="list-style-type: none"> 3. Quando foi implementado o CCE na turma? 4. Como é que foi realizada a implementação do CCE?
Funções no Conselho de Cooperação Educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a função do presidente. - Caracterizar a função do secretário. - Caracterizar a função do professor. - Caracterizar a função dos alunos. 	<ol style="list-style-type: none"> 5. Qual é o papel do Presidente no CCE? 6. Qual é o papel do Secretário no CCE? 7. Qual é o papel dos alunos da turma durante o CCE? 8. Qual é o papel do Professor no CCE?
Gestão de conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar o funcionamento da resolução de conflitos no Conselho de Cooperação Educativa. - Descrever as consequências dos conflitos. 	<ol style="list-style-type: none"> 9. Quais são os principais conflitos na turma? 10. Como é que no CCE os alunos gerem esses conflitos na turma? 11. Considera importante existirem consequências para os conflitos? quem as decide? 12. O CCE resulta numa melhoria do comportamento dos alunos?
Competências desenvolvidas o Conselho de Cooperação Educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Explicar as competências desenvolvidas através do Conselho de Cooperação Educativa. 	<ol style="list-style-type: none"> 13. Quais as competências que são desenvolvidas no CCE?

ANEXO Y

Guião da entrevista Focus group
realizada aos alunos

| ' ' | | ' ' |

Objetivo geral: Caracterizar a concepção da importância da Gestão Cooperada de Conflitos no Conselho de Cooperação Educativa, pelos alunos.		
Blocos	Objetivos específicos	Perguntas
Conselho de Cooperação Educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever as concepções dos alunos sobre o CCE - Caracterizar a importância, para os alunos, do Conselho de Cooperação Educativa. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O que é o Conselho Cooperação Educativa? Para que serve Conselho Cooperação Educativa? 2. Consideras importante? Gostas de participar na rotina do CCE? Porquê?
Funções /papeis no Conselho de Cooperação Educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a função/papel do presidente. - Caracterizar a função do secretário. - Caracterizar o papel do professor. - Caracterizar o papel dos alunos. 	<ol style="list-style-type: none"> 3. Qual é o papel do Presidente no CCE? 4. Qual é o papel do Secretário? no CCE 5. Qual é o papel dos alunos da turma durante o CCE? 6. Qual é o papel do Professor no CCE?
Definição do Diário de Turma	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar o Diário de Turma. - Descrever as colunas do DT - Identificar a coluna onde escrevem - Descrever a sua opinião sobre o instrumento 	<ol style="list-style-type: none"> 7. O que é o Diário de Turma? 8. Qual é a coluna do DT onde os alunos escrevem mais? Qual o motivo?
Gestão de conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar o funcionamento da resolução de conflitos no Conselho de Cooperação Educativa. - Identificar o tipo de conflitos ocorridos com maior frequência - Descrever a opinião dos alunos sobre o modo da gestão de conflitos - Descrever as consequências atribuídas na resolução de conflitos 	<ol style="list-style-type: none"> 9. O que são conflitos? 10. Quais são os principais conflitos na turma? 12. Como é que no CCE os alunos gerem esses conflitos? 13. Devem-se ouvir-se todos os alunos envolvidos num determinado conflito? É importante colocarmos no lugar dos outros? 14. Há penalizações.... para os alunos que se portam menos bem? 15. É importante existirem consequências dos conflitos no Conselho Cooperação Educativa?
Propostas de melhoria Conselho de Cooperação Educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as recomendações para a melhoria do Conselho de Cooperação Educativa. 	<ol style="list-style-type: none"> 16. Mudarias alguma coisa no Conselho Cooperação Educativa?

ANEXO Z

Transcrição da entrevista
semiestruturada realizada à OC

| ' ' | | ' ' |

INVESTIGADORA (INV)

ORIENTADORA COOPERANTE (OC)

INV: O que é que é o Conselho, para que serve e considera que é importante na comunidade escolar?

OC: Considero que o Conselho é muito importante, é um momento que serve para regular a vida da turma, serve para regular os conflitos de problemas que podem existir entre os alunos, entre os alunos e os professores, serve para organizar e planificar e regular todo o trabalho da turma.

INV: Quando é que o Conselho foi implementado na turma e como é que foi realizada essa implementação?

OC: Foi implementado logo no 1.º ano, logo na primeira semana do 1.º ano. Porque para já, a maior parte dos alunos frequentou o pré-escolar cá na escola, e eles fazem o Conselho lá, portanto o primeiro Conselho que tivemos foi para discutirmos as regras da sala. Fizemos uma Reunião de Conselho, como eles chamavam sempre Reunião de Conselho, agora chamamos só Conselho de Cooperação ou Conselho. Por isso é uma coisa que eles já trazem adquirido de antes, e quem não traz aprende com os outros, quando são miúdos novos entram logo nisto, mas às vezes se não tivermos tanta experiência não conseguimos fazer logo no início.

INV: Quais as diferentes funções no Conselho de Cooperação?

OC: O meu papel aqui tendencialmente é ser mais um elemento do grupo, é ser só mais um, pode acontecer ter que ser um auxílio ao presidente e ao secretário em algo momento, ou principalmente ser alguém que ajuda e faz um bocadinho do papel que o presidente deve ter. O presidente deve ser alguém que ajuda a organizar os discursos, portanto alguém dá uma opinião, dá-se a palavra.

O presidente tem essa função, organizar os discursos. Lê-se o que está no diário, dá-se a palavra a quem escreveu depois dá-se a palavra de quem foi escrito, estas são as pessoas a ter em primeiro lugar a palavra para que possam justificar ou explicar porque é que escreveu aquilo e explicar o melhor o que está escrito e o outro para poder defender-se ou pelo menos dar algum contributo em relação a isso e a seguir parte-se para a discussão de grupo, se a certa altura a discussão estiver a redopiar sobre o mesmo, o presidente tem que ter a função de dizer ok, o que vamos decidir em relação a isso? Já ouvimos isto, já ouvimos aquilo, deve então organizar e fazer um resumo e voltar a devolver ao grupo. Neste ponto se o presidente estiver a conseguir fazer isto, o professor é mais um do grupo e também põe o braço no ar e pede a palavra, se não se o presidente estiver com dificuldades o professor pode dar essa ajuda, para também ao longo do tempo ir dando o exemplo de como é que isso se pode fazer. Explicando este caminho, ouvindo retendo o que é mais importante, o que não é tão importante retirar, passar à altura das propostas e das votações.

O Secretário é quem dá uma ajuda ao Presidente pode estar mais focado na leitura do diário, pode ser ele a dar a palavra, mas isso depois difere de conselho para conselho, não é obrigatório que seja o Presidente, não é obrigatório que seja o secretário, pode ser uma coisa combinada em cada turma ou entre eles e vai escrevendo numa ata tudo o que vai acontecendo, tomada de decisões que se tenham, propostas que fiquem em cima da mesa, assuntos que não tenham sido abordados por faltar alguém, vê quem é que está e quem é que não está, pronto e é esse o papel. É muito importante que o professor seja um elemento do grupo e não nada mais, até pode ser o presidente uma vez ou duas, tal e qual como os outros, mas que seja mais uma pessoa que possa dar contributos para aguçar a discussão, para questionar e problematizar questões para ver se leva os alunos a escolherem o que nós achamos que deve ser mais certo ou o mais adequado para aquele conflito.

Também no conselho, há a questão da planificação, existem dois momentos, um deles é o que chamamos de conselho que acontece à sexta-feira, mas o que acontece à segunda-feira, a planificação da semana há em muitos sítios que também se chama conselho e que também acaba por ser um conselho, eu também já fiz algumas vezes assim, agora num quarto ano não se justifica, porque já está tudo mais automatizado, chega-se à agenda semanal e normalmente combinasse durante a semana anterior coisas com eles para montarmos a agenda semanal e depois eles fazem aquele tempo de planificação do PIT, antes quando eles tinham mais dificuldades em planificar o PIT, eles tinham de dizer um a um o que é que tinham planificado e aí os colegas davam o seu contributo. O Presidente é que dá a palavra, é quem dá sugestões e ouve e organiza as sugestões que os colegas deram. E o Secretário vai tomando nota do que é que cada um planeou. No Conselho combinam também as parcerias e os apoios.

INV: Quais são os maiores conflitos existentes na turma? Considera que é importante existirem consequências para alguns desses conflitos?

OC: Os conflitos vão diferir muito de ano para ano, mas num 4.º ano e numa turma que não é assim tão conflituosa, os maiores conflitos têm a ver com coisas que se passam fora da sala, por exemplo no recreio, com o chamar nomes, o ter uma atitude desadequada em termos de amizade, o não ter ajudado alguém numa aflição, ou porque se bateram, são conflitos que vão acontecendo.

Dentro da sala há menos conflitos, os conflitos que existem dentro da sala têm mais a ver com o material ou com o lugar que estão sentados, não estão satisfeito e vão discutindo e vão se chateando, e aí escrevem mais nas propostas, propondo-se a mudar de lugar, não é bem um conflito, mas é um problema. Quando há um conflito mais direto acho que é importante que o Conselho tome a decisão e que nós consigamos que o Conselho tome uma decisão de apoio, mais do que uma sanção, o que é que nós enquanto grupo podemos fazer para ajudar aquela pessoa, até a pessoa que bate. Por exemplo: até a pessoa que bate, porque é que bate, se bate porque não se controla, se bate por ficar muito irritado e não sabe o porquê. Se calhar mais do que ajudar a pessoa que foi batida, que eu acho que não merece ajuda no sentido que não podemos pensar que essa pessoa precisa de um guarda costas. Nós precisamos é de ajudar a pessoa que bate a conseguir controlar-se e é mais tentar resolver o problema do agressor do que o agredido. O agredido espera sempre que seja um dano colateral, é uma reação que alguém tem porque não se controla.

Agora quando o Conselho já deu uma oportunidade, já deu duas, já deu três, aí até para o bem do funcionamento do grupo, é importante dar uma proposta um bocadinho mais dura no sentido de dar uma consequência direta em relação ao que aconteceu. Se andou a deitar lixo no recreio, ficar a limpar o recreio, se atirou comida na comida, ficar a limpar a rotina, se bateu em alguém e não se sabe controlar, ficar responsável de recreio para ajudar os outros a controlar. Acho que não devemos só tirar recreios, só se já demos outras oportunidades e de repente ele continua a bater em toda a gente, então se calhar para que ele não destrua mais as amizades à volta dele e seja mais difícil nós ajudarmos, se calhar aí temos de dizer que se não sabe estar no recreio ficar fora um dia ou dois para ver se e tentar arranjar alguma coisa que o faça pensar naquilo, ou que algum colega ficasse com ele, para ele escrever o que gostava que mudasse no recreio para funcionar melhor.

Acho que para haver sanções ou repercussões devem ser coisas o mais diretamente relacionadas com a questão que esteve como origem base do conflito, às vezes consegue-se outra vezes é mais difícil. Acho que a decisão não deve ser do professor, deve ser do Conselho, por muito que o professor tenha uma aplicação direta nisto, muitas vezes até vai sugerir e se o professor tiver uma boa relação com os alunos e eles percebem porque a maior parte das vezes eles acabam por escolher. Mas às vezes o professor pode jogar nos dois lados, pode propor uma coisa e votar noutra, isso às vezes deixa-os mais a pensar, afinal o que é o certo e devemos às vezes tirar o tapete para que o grupo se consiga unir para a discussão efetiva de uma coisa, porque se eu votar eles votam naquilo que eu votar, muitas vezes não voto logo para deixar espaço a que eles pensem por eles e muitas vezes votar ao lado, para eles ficarem meios indecisos.

INV: Quais as competências que considera que os alunos desenvolvem através do Conselho de Cooperação Educativa?

OC: Há muitas competências sociais aqui envolvidas, acho que além de quando estamos nos anos dos mais pequeninos, além das competências sociais, da relação do grupo, das questões do discurso da oralidade, da argumentação e nos mais pequenos nisso e depois isso envolvido com a escrita porque eles querem escrever no Diário, porque quanto mais querem escrever, mais tem vontade de escrever, há palavras que eles aprendem a escrever porque querem escrever no Diário, escrever a ata, o dar a palavra a miúdos que são mais tímidos, naquele momento acabam por ter toda a gente a olhar para eles e pelo contrário miúdos que ninguém gosta e tem dificuldade e comportamentos as vezes até agressivos, e ali estão num papel sério, mas acho que todas as competências de relação entre eles, conhecimento mútuo, de transpor estas questões da sala para a sociedade.

A discussão de assuntos sociais que nos envolvem na diferença, no ponto de vista na implicação na resolução de conflitos do mundo, da sociedade, pois se nos conseguirmos implicar a resolver um assunto que não é nosso e que é de um colega nosso que está com um problema, mais facilmente daqui a dez anos vamos nos implicar na resolução de problemas do nosso bairro, do que trabalharmos numa sociedade completamente fechada e só sobre nós próprios.

Eu acho que o Conselho tem esta função muito importante que é obrigar-nos a ser um dentro do grupo, mas que tem um papel fundamental na solução e na vida e na evolução desse trabalho em grupo, e numa sociedade em que os umbigos são cada vez maiores e as pessoas olham para o seu umbigo e não se importam de passar por cima de

tudo e de todos. E os alunos em Conselho começam a ter que quando estão a decidir sobre outro, sobre uma sanção até que eles querem aplicar a outro ou sobre a resolução de conflitos e o que é que vai acontecer se ele continuar a fazer, nos viramos o jogo para ele. “Tudo ok, mas e se formos nós? Eu também gostava de estar uma semana sem recreio” e quando nós temos de pensar em nós como a pessoa que fez o disparate, pronto é isso que faz com que as pessoas se coloquem no lugar do outro e isso é a empatia, é uma coisa que se nós não trabalharmos muito perde-se com facilidade e eu acho que o Conselho é um momento privilegiado para se trabalhar essa empatia para nós olharmos para os outros pensando que podíamos ser nós naquela situação.

E ao longo do tempo vamos trabalhando no Conselho, nós começamos a perceber que os miúdos começam a olhar uns para os outros de outra maneira, mesmo quando são miúdos que estão sempre a ser chamados ao Conselho. Isto é outra coisa, nós sabemos que se houver três ou quatro que fazem mais disparates são sempre esses que vão para ao Conselho e aí devemos ter estratégias na manga, temos de pensar como é que nos vamos fazer, usando o gosto, usando o proponho, escrevendo de outra maneira no Diário, levar os miúdos por modelo a perceberem que há outras maneiras de escrever que não precisa ser sempre “eu não gosto que o x grite comigo” e pode ser “eu gostava que o x não gritasse tanto” ou “eu proponho que ajudemos o x a não gritar tanto” e se calhar se tu fores ao Diário enquanto professor escrever estas coisas desta maneira, eles começam também a escrever desta maneira e a pensar desta maneira. Não ser tudo não e haver os maus e os bons e o Conselho consegue acabar um bocadinho com isso que é a questão de que não há os maus e os bons temos um problema e o problema é de todos não é só dele, porque enquanto ele fizer essas coisas nós vamos ter sempre um problema para resolver porque é um elemento do nosso grupo e isso eu acho que é fundamental.

Acho que é as coisas que mais desenvolve que é esta empatia este modo de nos relacionarmos, o modo de olharmos para coisas que nos desagradam como questões que têm uma resolução possível e que nós estamos implicados nessa resolução que não é uma coisa para os outros resolverem porque acho que socialmente nós achamos que não fazemos nada de mal, mas os outros nossa volta é que são todos terríveis e a verdade é que nós não nos implicamos nisto. A maior parte das pessoas se implicasse na solução das coisas sociais da sua vida, do bairro, do país e do mundo. Nas escolas isso é igual, é um mundo pequeno. É o mundo que é a escola toda, é o ciclo que é o continente, e o país é a turma e nós temos que começar a fazer pelo país, para conseguirmos fazer pelo continente e depois pelo mundo.

E nós podemos fazer uma proposta que é muito interessante para a nossa turma e se extrapolarmos para o ciclo e depois para a escola, se calhar aquilo acaba por ter uma dimensão muito diferente. Eu acho que vemos isso em termos futuros, há miúdos que depois saem daqui e vimos a saber que são das associações de estudantes. Nós temos de nos implicar nisso, e nós como adultos também nos devíamos implicar mais nas questões do mundo e não somos e temos sempre uma desculpa ótima que é o tempo, o tempo é que nos faltam, nós até queríamos mas o tempo é que falta, e sabemos que não é só isso, é desacreditarmos que o que vamos fazer vai ter algum impacto, acho isso é uma coisa que o Conselho proporciona, eu sinto que os miúdos na turma não desacreditam o Conselho e isso é bom, agora há coisas que vão acontecendo como miúdos que não querem escrever no Diário porque tem medo que os outros não sei o quê, isso é uma coisa que antes do Conselho o professor deve ler o Diário, preparar-se minimamente nem que seja pensando que vai surgir este ou este assunto, ou durante a semana coisas que vão surgindo e que

nós não gostámos ou não estamos a gostar do caminho que aquilo está a ter também não podemos perder a oportunidade de escrever.

ANEXO AA

Transcrição da entrevista focus
group realizada aos alunos

| ' ' | | ' ' |

INVESTIGADORA (INV)

INV: O que é o Conselho Cooperação Educativa?

L.B.: O Conselho de Turma é um sítio onde nós aproveitamos para se não gostarmos de alguma coisa e não conseguirmos resolver, podemos resolver em turma. Podemos escrever no diário de turma e no CCE todos decidimos o que vamos fazer em relação a esse assunto. Também há o proponho e gostei, o proponho é para fazermos propostas em conjunto e o gostei é para ver o que toda a gente gostou durante essa semana.

A.L.: O Conselho de Turma é um local ou um tempo da semana, onde acontece várias propostas que nos ocorrem, coisas que nós gostamos ou coisas que nós não gostamos e tipo se nós não conseguirmos resolver naquela altura, como a L.B. estava a dizer, nós escrevemos no Diário para depois falarmos em turma e resolvermos o conflito.

M.B.: Para mim no Conselho de Turma podemos resolver as coisas, pois nós temos conflitos e dificuldades em resolvê-los e às vezes as auxiliares não os conseguem resolver, então podemos escrever no Diário, podemos pôr coisas e também visitas de estudo e eu gosto quando podemos escrever coisas para partilhar com os outros. Às vezes é difícil partilharmos na escola as coisas que gostamos sem o Diário.

L.C.M.: O Conselho de Turma é tipo uma assembleia onde podemos partilhar as coisas que gostámos e não gostámos, propostas que temos que gostávamos de partilhar com a turma, sentimentos e algumas expressões que não conseguimos dizer e às vezes também ajuda muito para nós resolvermos os conflitos entre nós, porque às vezes as pessoas chateiam-se ainda mais, então o Conselho de Turma ajuda-nos a resolver.

INV: Consideram então que o Conselho de Turma é importante na comunidade escolar?

A.L.: Sim, porque o CCE ajuda-nos a resolver alguns conflitos que não dá para resolver com as auxiliares ou diretamente com a pessoa.

M.S.: Eu acho que é importante porque é uma forma mais rápida de nós resolvermos e sabermos a opinião dos outros e isso pode-nos ajudar a ir a uma resolução.

L.B.: E com o Conselho é mais fácil ver passado umas horas ou dias seguintes é mais fácil resolvermos os conflitos. Por exemplo se o conflito acontecer a uma segunda-feira temos a semana toda para resolver, claro que há assuntos que não se resolvem e no Conselho conseguimos resolver melhor, porque quando estamos enervados só fazemos coisas que nós não pensamos muito bem.

E.R.: Por exemplo, há problemas que não dá para resolver logo, normalmente nunca dá para resolver, mesmo passado algumas horas, foram graves, como bater, podemos não estar a discutir sobre isso. Se bater várias vezes tem que ir a Conselho para arranjarmos alguma solução.

INV: Qual o papel do presidente e do secretário?

M.S.: O papel do presidente é o Diário, dar a palavra às pessoas que põem o braço no ar para falar, ajuda na conversa e tentar gerir os conflitos.

L.B.: O presidente tecnicamente lê o Diário e ele tecnicamente tem o poder de mandar calar e pronto. E o secretário escreve a ata, a ata é uma coisa que escrevermos o que decidimos, quando fazemos uma coisa que não gostamos, escrevemos na ata e depois o secretário pode dar a palavra, o secretário pode dizer não sei quantos “podes falar” e essa pessoa fala, mas se alguém falar fora da sua vez o presidente e o secretário podem os dois mandar calar, então são esses os papéis dos presidentes e dos secretários. Como veem o presidente tem mais poder, porque o presidente é o presidente e o secretário é o assistente, mais ou menos. São duas das tarefas da nossa turma.

INV: E qual é o papel do professor?

A.L.: O professor é tipo, ele às vezes quando nós começamos a extrapolar, como a nossa professora diz, e a brincar e a conversar. Ela às vezes diz, mais ou menos “acabou, parem ou vamos para TEA” que é quando estamos a fazer trabalhos. E então o professor só está mesmo lá para se acontecer alguma coisa que o presidente e o secretário não consigam resolver ele está lá para ajudar.

M.S.: A professora serve para se houver um conflito muito grande que nós não consigamos resolver a nossa professora tem de ajudar a tomar uma decisão não podem tipo, alguém que bateu em alguém pela décima vez, não podem pô-lo de castigo sem a professora estar lá para saber, ela tem de ajudar a decidir quando nós não sabemos bem.

L.B.: Se o presidente e o secretário não estiverem a fazer nada o professor pode começar a falar sobre os assuntos, o que às vezes acontece porque as pessoas começam a brincar com canetas, desenhos...

L.C.M: A professora também serve para nos ensinar a fazer as coisas bem e a decidir melhor, tipo a conseguirmos resolver os problemas sozinhos que supostamente já devíamos saber logo no 1.º ano, e também às vezes é preciso impor algumas regras, porque às vezes nós esticamo-nos um bocado, o que não devia ser necessário, mas é sempre preciso.

INV: A L.B. falou no Diário de Turma, o que é o Diário?

L.B.: O Diário de Turma são umas folhas que dizem, não gostei, gostei e proponho. E nas folhas tu escreves o que não gostaste e depois pões o teu nome e a data, porque se não as pessoas depois não leem, depois o gostei metes o que gostaste metes também o teu nome e a data, porque se não as pessoas depois não leem, no proponho pões a proposta e o nome e a data se não ninguém vai lá ler. E o Diário de Turma também é um sítio que supostamente nós podemos estar à vontade para escrever, não podemos ter vergonha de escrever no Diário, pois no Diário de Turma, vamos estar em turma a resolver os problemas que aconteceram na turma.

INV: E qual é a coluna do gosto, não gosto e proponho que a turma escreva mais no Diário de Turma?

A.L.: Nós escrevemos mais no não gosto, porque tipo a nossa turma é um bocado malcomportada, não só a nossa. Nós gostamos muito, imagina tirar o lápis a um colega e depois começarmos a discutir por causa disso.

L.C.M.: Nós escrevemos mais no não gosto porque temos muitos conflitos, gostamos muito de nos picar uns aos outros.

INV: Quais são esses conflitos?

L.C.M.: Picar-se e chamar nomes.

L.B.: Bater.

INV: E porquê? Quais são os motivos?

E.R.: Os motivos normalmente são pessoas que se estão a bater é como se tivessem com raiva, quando chamam nomes e quando as pessoas começam a moer tantas vezes a cabeça à pessoa, a chateá-la e a chamar nomes e a bater que a pessoa se passa e não se controla, mas tem de se controlar. Por exemplo, quando há uma pessoa que bate, mas a outra chama nomes, têm igualmente culpa, sendo que a primeira que bateu tem mais.

INV: E onde é que acontecem esses conflitos?

A.L.: No recreio.

L.B.: Praticamente é tudo no recreio, mas às vezes também é na sala de aula.

E.R.: Normalmente no recreio da hora de almoço não temos muitos conflitos, mas normalmente quando chegamos à escola tem havido vários conflitos de pessoas que batem umas às outras.

INV: Como é que gerem os conflitos no Conselho? Quais são os passos?

M.B.: Discutimos um bocadinho para saber o que aconteceu e quem tem razão, e depois tentamos arranjar uma solução para as duas pessoas, ou para a pessoa que fez mal.

M.S.: Primeiro leem o Diário, as pessoas dizem o que não gostaram a pessoa culpada diz a sua versão do que aconteceu, tenta defender-se, depois discutimos todos para ver quem é que achamos que tem razão ou se estão os dois errados e logo arranjam uma solução.

L.B.: Nós depois vamos a votos, quando temos várias soluções, duas ou três, nós vamos a votos e a que tiver mais votos ganha. Mas há pessoas que reagem diferente ou não falam, ou estão a desenhar ou estão a falar.

INV: Vocês então consideram que é importante ouvirmos as duas versões da história, é importante nós colocarmo-nos no lugar do outro?

M.S.: Sim, mas primeiro temos de nos por no lugar de quem recebeu a asneira porque se não reagiu, não teve culpa, mas também se reagiu devemos por no lugar do outro.

L.B.: Quem tem mais de se meter no lugar do outro, é o que diz a asneira, ou o que faz a asneira, pois tem de perceber que se fosse com ele, ele não ia gostar que fizessem com ele, há pessoas que dizem “ah não quero saber, por mim tudo bem, não me importava”. Mas não as pessoas não iam gostar, não iam.

INV: Consideram que deveria de haver penalizações para esses comportamentos?

A.L.: Nós não criamos muito as penalizações. Nós não somos de dar consequências. Uma colega nossa está sempre a fazer asneiras e só levou um castigo uma vez, tipo ela fez trinta vezes e só levou uma penalização. E eu acho que ela devia de levar mais.

L.B.: Sim, eu pelo menos acho que é justo, as pessoas que fizeram mal terem algum castigo, porque olha se não dermos um castigo e os deixarmos fazer eles não vão parar e essa pessoa vai continuar e quando chegar a um ponto que nós nem tentamos resolver uma vez, aí as pessoas vão se passar mesmo, mas ele também não parou porque ninguém deu uma consequência. Porque as pessoas quando não tem consequências, porque só paramos, é o que a nossa professora diz, quando alguém se passa da cabeça connosco ou nos dão uma consequência ou nos põe de castigo ou de bico calado todos a fazer trabalho individual e acaba com isso tudo.

INV: Há alguma coisa que mudariam no Conselho de Turma?

L.B.: Mudaria a regra do desenhar, pois as pessoas dizem que estão superconcentradas mas depois estão desconcentradas e eu acho que era isso que podíamos mudar. Ah e as formas da mesa, devíamos pôr em forma de debate, para estarmos todos mais a olhar uns para os outros e assim o presidente e o secretário tinham uma melhor vista para todos os lados e para a frente.

A.L.: As pessoas deviam de prestar mais atenção pois o conselho é uma coisa muito especial, pois se estivermos a escrever ou desenhar devia de haver uma regra que dizíamos “acabou o conselho para ti, vai para uma sala ou lá para fora”, se eles estiverem a perturbar, acabou-se vai fazer TEA.

L.C.M.: Quando as pessoas fazem alguma coisa de errado ou respondem mal às auxiliares, ou batem aos outros ou fazem agressões verbais, são mal-educados com os colegas ou professores, nós devíamos arranjar consequências mais drásticas, tipo ficar duas, três semanas dependendo de a gravidade ficarem sem intervalo e em casa ficarem sem ver televisão, sem tecnologias sem nada ou suspensão se for um caso mesmo grave.

M.B.: Eu acho que deviam ficar na sala a fazer fichas e essas fichas não contam para o TEA.

E.R.: Acho que o secretário e o presidente podiam estar mais atentos

ANEXO AB

Exemplo de uma ata

| ' ' | | ' ' |

Lisboa, 20 de Maio de 2021
Quinta-feira

Presidente: Matilde F.

Secretaria: Matilde M.

Faltas: Leonor C.

- o Miguel está-se a comprometer que não vai dizer palavras, que não vai bater e não vai ser mal educado, e se isso voltar a acontecer vai ficar com 2 sombras, doante a proxima semana o Daniel e a Jéssica vão ficar como responsáveis (sombra que tem a função de escrever no todas as ocorrências

- A Bárbara vai fazer com que as regras se cumpram.

- o responsável de sala de leitura para se alguma regra não tiver a ser cumprida.

- vamos pensar que é que conseguimos ajudar primeiro, e depois tentamos contactar empresas que mandem coisas para Africa.

ANEXO AC

Análise de conteúdo da entrevista
semiestruturada realizada à OC

| ' ' | | ' ' |

Dimensão de análise /tema	Categoria	Subcategoria	Indicadores	Unidades de registo	Frequências	Observações
CCE	Conceito	- Reunião	- Reunião de Conselho	“fizemos uma Reunião de Conselho”	1	
		- Regular a vida da turma	- Regular a turma	“que serve para regular a vida da turma”	1	
		- Organizada em torno do DT	Alunos registam aspetos da vida da turma: - Coluna Gostei - Coluna não gostei - Proponho	“lê-se o que está no diário”	1	
		- Ocorre 2 vezes /semana	-2.ª feira de manhã - 6.ª feira á tarde	“existem dois momentos, conselho que acontece à sexta-feira, mas o que acontece à segunda-feira, a planificação da semana”	1	
	Finalidade	-Gerir conflitos entre os alunos	- Resolver conflitos	“serve para regular os conflitos de problemas que podem existir entre os alunos, entre os	1	

				alunos e os professores”		
		- Planificar o trabalho semanal	- Conteúdos	“montarmos a agenda, ou seja o trabalho a desenvolver em cada área do currículo durante a semana”	1	
		- Planificar o Trabalho individual	- PIT	“eles fazem aquele tempo de planificação do PIT”	1	
		- Planificar e regular o trabalho da turma	- Planificação - Autoavaliação -Heteroavaliação	“tinham de dizer um a um o que é que tinham planificado e aí os colegas davam o seu contributo (...) enfim, serve para planificar e regular o trabalho que fazemos”.	1	
	Implementação	-Quando?	- Início do 1.º ano	“Foi implementado logo no 1.º ano, logo na primeira semana do 1.º ano.”	1	
		- Como?	- Definição das regras da sala de aula	“Maior parte dos alunos frequentou o pré-escolar cá na escola, e eles fazem o Conselho lá, portanto o primeiro Conselho que tivemos foi para discutirmos as regras da sala”	1	

		-Quem?	- Alunos	“a maior parte dos alunos”	1	
Importância		- Gestão dos processos de aprendizagem/ currículo	- Participação dos alunos	“montarmos a agenda semana”	1	
		- Gerir Conflitos	- Aprender a resolver conflitos autonomamente	“serve para regular os conflitos”	1	
			-Autonomia	“eles fazem aquele tempo de planificação do PIT”	1	

	- Desenvolver competências: sociais cognitivas emocionais	-Responsabilidade	“discussão de assuntos sociais”	1	
		- Aprender a aprender	“envolvido com a escrita” “questões do discurso da oralidade, da argumentação”	1	
		-Aprender a cooperar	“problema é de todos não é só dele”	1	
		- Aprender a aceitar e fazer críticas construtivas	“as pessoas se coloquem no lugar do outro e isso é a empatia”	1	
		-Aprender a respeitar o outro	“momento privilegiado para se trabalhar essa empatia”	1	
	- Participar na autorregulação dos processos de aprendizagem	-Autoavaliação - Heteroavaliação	“avaliação do PIT eles tinham de dizer um a um o que é que tinham planejado e como tinham avaliado e aí os colegas davam o seu contributo”	1	

	Gestão do CCE	Presidente	- Leitura do DT	“lê-se o que está no diário”		
			- Gestão do grupo	“ajuda a organizar os discursos”	1	
		Secretário	- Dar a palavra	“pode ser ele a dar a palavra”	1	
			- Escrever a ata	“vai escrevendo numa ata tudo o que vai acontecendo”	1	
	Papel dos conselheiros	Papel dos alunos	- Dar a sua opinião - Assumir responsabilidade perante o grupo	“o podemos fazer para ajudar aquela pessoa”	1	

Gestão de conflitos	Local onde ocorrem	Recreio	- Com colegas	“coisas que fazem mal fora da sala, por exemplo no recreio”	1	
		Na sala de aula	- Com colegas	“coisas que fazem mal na sala de aula”	1	
	Como são resolvidos	- Com intervenção dos colegas - Com ajuda da OC	- Apresentação da situação pelo lesado; - Apresentação do contraditório;	“o presidente lê o que está escrito no DT e dá a palavra a quem escreveu... depois dá-se a palavra à pessoa que teve a atitude ou	1	

			- Apreciação da situação pelos colegas e professora; - Identificação de soluções	comportamento menos correto (...) a seguir parte-se para a discussão do problema com o grupo”		
	Consequências	- Castigos propostos pelos alunos	- Resolvidos entre os queixosos	“dar uma consequência direta em relação ao que aconteceu”	1	
		- Sem consequências	- Resolvidos entre os implicados antes do CCE	Muitas vezes os conflitos nem chegam à discussão no CCE. São resolvidos pelos alunos	1	
			- Resolvidos com promessa de não repetição	“nós conseguimos que o Conselho tome uma decisão de apoio, mais do que uma sanção, o que é que nós enquanto grupo podemos fazer para ajudar (...) alguns alunos prometem que não vão repetir esse comportamento”	1	

		Papel da orientadora cooperante	- Auxiliar o presidente e o secretário	“pode acontecer ter que dar um auxílio ao presidente e ao secretário nas suas tarefas”	1	
			- Ajudar a regular a tomada de decisões - Ajudar a regular os processos de gestão de conflitos	“faz um bocadinho do papel que o presidente deve ter”	1	
			- Dar o exemplo	“pedir a palavra (...) Fazer críticas construtivas.. etc.”	1	

ANEXO AD

Análise de conteúdo da entrevista
focus group realizada aos alunos

| ' ' | | ' ' |

Dimensão de análise /tema	Categoria	Subcategoria	Indicadores	Unidades de registo	Frequências	Observações
CCE	Conceito	- Reunião de turma	- Tipo Assembleia	“O Conselho de Turma é tipo uma assembleia de Turma”	1/1	
		-Tomar decisões sobre a vida do grupo - Organizada em torno do DT	Alunos registam aspetos da vida da turma: - Coluna Gostei - Coluna não gostei - Proponho	“Partilhar as coisas que gostámos e não gostámos, propostas que temos que gostávamos de partilhar com a turma,”	1/1/1	
	Finalidade	- Regular a vida da turma	- Tomar decisões coletivas	“sítio onde nós aproveitamos para se não gostarmos se acontecer alguma coisa e não conseguirmos resolver”	1/1	
		-Gerir conflitos entre os alunos	- Apresentar e resolver conflitos	“Podemos escrever no diário de turma e no CCE todos decidimos o que vamos fazer em relação a esse assunto.”	1/1/1/1	

	Importância	- Gerir Conflitos	- Aprender a resolver conflitos autonomamente	"o CCE ajuda-nos a resolver alguns conflitos que não dá para resolver com as auxiliares ou diretamente com a pessoa	1/1/1	
	Gestão do CCE	Presidente	- Leitura do DT	"O presidente tecnicamente lê o Diário"	1	
			- Gestão do grupo	"dar a palavra às pessoas, que põem o braço no ar para falar, ajuda na conversa (...)"	1/1/1	
		Secretário	- Dar a palavra	"o secretário escreve a ata"	1	
			- Escrever a ata	"o secretário pode dar a palavra"	1/1/1	
	Papel dos conselheiros	Papel dos alunos	- Dar a sua opinião	"essa pessoa fala o que acha"	1	
			- Auxiliar o presidente e o secretário	"o professor está lá e se acontecer alguma coisa que o presidente e o secretário não consigam resolver ele está lá para ajudar"	1/1/1	
		Papel da prof. ^a	- Ajudar na tomada de decisões	"ajudar a decidir quando nós não sabemos bem"	1	

			- Ajudar nos processos de gestão de conflitos			
			- Dar o exemplo	“serve para nos ensinar a fazer várias coisas bem e a decidir melhor”	1	
Gestão de conflitos	Local onde ocorrem	-Recreio	- Com colegas	“há mais problemas no recreio”	1/1/1	
		-Na sala de aula	- Com colegas	“mas às vezes também é na sala de aula”	1/1/1	
	Como são resolvidos	-Com intervenção dos colegas	- Apresentação da situação pelo lesado - Apresentação do contraditório - Apreciação da situação pelos colegas e professora	“Primeiro leem o Diário, as pessoas dizem o que não gostaram a pessoa que fez a coisa mal, fala diz o que aconteceu, tenta defender-se, depois discutimos todos”	1/1	
			- Com ajuda da OC	- Identificação de soluções - Resolução por votação	“nós depois vamos a votos, quando temos várias soluções”	1

				“A professora também ajuda”		
	Consequências	- Castigos decididos pelos alunos com aval da OC	- Resolvidos entre os queixosos	“eu acho que é justo, as pessoas que fizeram mal terem castigo”	1	
		- Acordo entre o grupo		“Nós não damos muitos castigos” “nos tentamos falar e fazer que o menino ou menina que fez mal perceba e prometa que não vai fazer outra vez”	1	
	Propostas de melhoria funcionamento do CCE	- Mudar algumas regras	- Na sala de aula	“Mudaria a regra do desenhar”	1/1	
				“as formas da mesa, devíamos pôr em forma de debate”	1	
				“As pessoas deviam de prestar mais atenção”	1	
				“devíamos arranjar castigos maiores para os meninos que estão sempre a fazer disparates”	1/1	

ANEXO AE

Análise do CCE que corresponde à
semana de 3 a 7 de maio

|' '' | | ''

Diário de turma da semana de 3 a 7 de maio de 2021		Queixa na 1.ª pessoa /grupo	Queixa por terceiros	Categoria	Consequência							
Alunos	Não gosto											
A.B.	A A.B. deu um pontapé nos testículos do S.R.		Queixa feita por terceiros	Agressão física	Promessa de não repetição	x						
S.R.	A A.B. deu um pontapé nos testículos do S.R. Não gostei que o A.L., o S.V. e o S.R. tivessem partido o meu espelho.	Queixa pessoal	Queixa feita por terceiros	Agressão física Agressão objetos	Promessa de não repetição Reposição do objeto danificado	x			x			
M.A.F.	Não gostei que o M.A.F me chamasse nomes. Não gostámos que o M.O.B. e o M.A.F. nos estivessem a empurrar e bater na aula de música.	Queixa pessoal Queixa pessoal		Agressão verbal Agressão física	Promessa de não repetição		x				x	
L.M.	Não gostamos que a S. estragasse a nossa brincadeira.	Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros)	Pedido de desculpas			x				
C.C.	Não gostamos que a S. estragasse a nossa brincadeira.	Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros)	Pedido de desculpas			x				

L.F.	Não gostei que o A.L., o S.V. e o S.R. tivessem partido o meu espelho.	Queixa pessoal		Agressão objetos	Reposição do objeto danificado				x			
A.L.	Não gostei que o A.L., o S.V. e o S.R. tivessem partido o meu espelho.	Queixa pessoal		Agressão objetos	Reposição do objeto danificado				x			
S.V.	Não gostei que o A.L., o S.V. e o S.R. tivessem partido o meu espelho. Não gosto que o M.O.B me chame de gordo.	Queixa pessoal Queixa pessoal		Agressão objetos Agressão verbal	Reposição do objeto danificado				x			x
D.M.	Não gostei que o M.O.B. me tivesse feito o dedo do meio.	Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros)	Promessa de não repetição					x		
M.O.B.	Não gostei que o M.O.B. me tivesse feito o dedo do meio. Não gostámos que o M.O.B. e o M.A.F. nos estivessem a empurrar e bater na aula de música. Não gosto que o M.O.B me chame de gordo.	Queixa pessoal Queixa pessoal Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros) Agressão física Agressão verbal	Promessa de não repetição					x	x	x
J.F.	Não gostámos que o M.O.B. e o M.A.F. nos estivessem a empurrar e bater na aula de música.	Queixa pessoal		Agressão física							x	

ANEXO AF

Análise do CCE que corresponde à
semana de 10 a 14 de maio

| ' ' | | ' ' |

Diário de turma da semana de 10 a 14 de maio de 2021		Queixa na 1.ª pessoa /coletiva	Queixa por terceiros	Categoria	Consequência							
Alunos	Não gosto											
C.C.	Não gostamos que o M.A.F. estivesse a mandar material.	Queixa pessoal		Agressão objetos	O aluno comprometeu-se em cumprir as regras	x						
A.M.	Não gostamos que o M.A.F. estivesse a mandar material.	Queixa pessoal		Agressão objetos	O aluno comprometeu-se em cumprir as regras	x						
I.B.	Não gostamos que o M.A.F. estivesse a mandar material.	Queixa pessoal		Agressão objetos	O aluno comprometeu-se em cumprir as regras	x						
J.F.	Não gostamos que o M.A.F. estivesse a mandar material.	Queixa pessoal		Agressão objetos	O aluno comprometeu-se em cumprir as regras	x						
C.B.	Não gostamos que o M.A.F. estivesse a mandar material.	Queixa pessoal		Agressão objetos	O aluno comprometeu-se em cumprir as regras	x						
M.A.F.	Não gostamos que o M.A.F. estivesse a mandar material.	Queixa pessoal		Agressão objetos	O aluno comprometeu-se em cumprir as regras	x		x	x			
		Queixa pessoal		Atitudinal								

	Eu não gostei de fazer a frase sozinha enquanto o meu grupo estava a brincar. Não gostei que o M.A.F. me tivesse espetado o lápis.	Queixa pessoal		(dos outros) Agressão objetos	Pedido de desculpas							
L.M.	Não gostámos que o M.O.B. estivesse a gozar connosco. Não gostei que a R.S. pusesse água no chão da casa de banho. Não gostei que a L.M. me batesse com a caneta.	Queixa pessoal Queixa pessoal Queixa pessoal		Agressão verbal Atitudinal (dos outros) Agressão objetos			x				x	x
A.M.	Não gostámos que o M.O.B. estivesse a gozar connosco.	Queixa pessoal		Agressão verbal	Pedido de desculpas		x					
M.O.B.	Não gostámos que o M.O.B. estivesse a gozar connosco.	Queixa pessoal		Agressão verbal	Pedido de desculpas		x					
I.B.	Eu não gostei de fazer a frase sozinha enquanto o meu grupo estava a brincar.	Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros)	Pedido de desculpas			x				

G.R.	Eu não gostei de fazer a frase sozinha enquanto o meu grupo estava a brincar. Não gostei que o M.A.F. me tivesse espetado o lápis.	Queixa pessoal Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros) Agressão objetos pessoais	Pedido de desculpas			x	x			
D.M.	Não gosto que as pessoas desta sala estejam sempre a falar e a mandar calar. Não gostei que a L.M. me batesse com a caneta.	Queixa pessoal Queixa pessoal		Atitudinal (pessoal) Agressão objetos pessoais	O grupo comprometeu-se em cumprir as regras					x		x
R.S.	Não gostei que a R.S. pusesse água no chão da casa de banho.	Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros)							x	

Data	Alunos	Local de conflito		Resolução do conflito			Observações
		Sala de aula	No recreio	Não foi ao CCE	Por sugestão dos colegas	Por sugestão da prof. ^a	
10/05/2021	L.M., A.M. e M.O.B.	x				x	
11/05/2021	M.A.F. e G.R.	x		x			
11/05/2021	D.M.	x		x			
11/05/2021	G.R. e M.A.F.	x		x			
11/05/2021	L.M. e R.S.		x	x			
12/05/2021	I.B., M.A.F. e G.R.	x			x		
14/05/2021	C.C., A.M., L.B., J.F., C.B. e M.A.F.	x				x	
14/05/2021	D.M. e L.M.	x		x			

ANEXO AG

Análise do CCE que corresponde à
semana de 17 a 21 de maio

| ' ' | | ' ' |

Diário de turma da semana de 17 a 20 de maio de 2021		Queixa na 1.ª pessoa /coletiva	Queixa por terceiros	Categoria	Consequência				
Alunos	Não gosto								
M.A.F.	Não gostei que a L.C.M. nos começasse a beliscar e a bater a mim (M.A.F.) e ao M.O.B.	Queixa pessoal		Agressão física		x			
M.O.B.	Não gostei que a L.C.M. nos começasse a beliscar e a bater a mim (M.A.F.) e ao M.O.B. Não gostei que o M.O.B. fosse incorreto com a Ema na aula de Matemática.	Queixa pessoal	Queixa feita por terceiros	Agressão física Agressão verbal	Pedido de desculpas	x	x		
E.R.	Não gostei que o M.O.B. fosse incorreto com a Ema na aula de Matemática.		Queixa feita por terceiros	Agressão verbal	Pedido de desculpas		x		
L.C.M	Não gostei que a L.C.M. nos começasse a beliscar e a bater a mim (M.A.F.) e ao M.O.B. Não gostei que a L.M. amuasse só porque tínhamos uma opinião diferente. Não gosto que não me oiçam quando eu peço para se calarem e que me desrespeitem.	Queixa pessoal Queixa pessoal Queixa pessoal		Agressão física Atitudinal (dos outros) Atitudinal (pessoal)	Pedido de desculpas O grupo comprometeu-se em cumprir as regras	x		x	x

L.M.	Não gostei que a L.M. amuasse só porque tínhamos uma opinião diferente.	Queixa pessoal		Atitudinal (pessoal)					x	
------	---	----------------	--	----------------------	--	--	--	--	---	--

Data	Alunos	Local de conflito		Resolução do conflito			Observações
		Sala de aula	No recreio	Resolvido sem CCE	Por sugestão dos colegas	Por sugestão da prof. ^a	
17/05/2021	M.A.F., M.O.B. e L.C.M.		x	x			
18/05/2021	M.O.B. e E.R.	x			x		
19/05/2021	L.C.M. e L.M.	x		x			
20/05/2021	L.C.M.	x			x		

ANEXO AH

Análise do CCE que corresponde à
semana de 21 a 27 de maio

| ' ' | | ' ' |

Diário de turma da semana de 24 a 28 de maio de 2021		Queixa na 1.ª pessoa /coletiva	Queixa por terceiros	Categoria	Consequência				
Alunos	Não gosto								
A.L.	Não gostei que a L.B. me tivesse dado caneladas sem motivo.	Queixa pessoal		Agressão Física	Pedido de desculpas	X			
L.B.	Não gostei que a L.B. me tivesse dado caneladas sem motivo.	Queixa pessoal		Agressão Física	Pedido de desculpas	X			
M.O.B.	Não gostei que a A.F. e a A.B. me atrassem com a borracha e com a cola. Não gostei que não me tivessem deixado fazer o Projeto. Não gostamos que o M.O.B e o M.A.F. nos tirassem a casa de brincar.	Queixa pessoal Queixa pessoal Queixa de grupo		Agressão objetos Atitudinal (dos outros) Atitudinal (dos outros)	Os alunos comprometem-se em cumprir as regras Pedido de desculpas		X	X	X
A.F.	Não gostei que a A.F. e a A.B. me atrassem com a borracha e com a cola.	Queixa pessoal		Agressão objetos	Os alunos comprometem-se em cumprir as regras		X		
A.B.	Não gostei que a A.F. e a A.B. me atrassem com a borracha e com a cola.	Queixa pessoal		Agressão objetos	Os alunos comprometem-se em cumprir as regras		X		

C.C.	Não gostamos que o M.O.B e o M.A.F. nos tirassem a casa de brincar.	Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros)	Pedido de desculpas				X
L.M.	Não gostamos que o M.O.B e o M.A.F. nos tirassem a casa de brincar.	Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros)	Pedido de desculpas				X
M.A.F.	Não gostamos que o M.O.B e o M.A.F. nos tirassem a casa de brincar.	Queixa pessoal		Atitudinal (dos outros)	Pedido de desculpas				X

Data	Alunos	Local de conflito		Resolução do conflito			Observações
		Sala de aula	No recreio	Não foi ao CCE	Por sugestão dos colegas	Por sugestão da prof. ^a	
24/05/2021	A.L. e L.B.		x	x			
25/05/2021	M.O.B., A.B. e A.F.	x			x		
26/05/2021	M.O.B.	x			x		
26/05/2021	M.A.F, M.O.B, L.M. e C.C.		x	x			

ANEXO AI
Consentimentos informados assinados
pelos EE

|' '' | | ''

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (*focus group*) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando: [Redacted]

Assinatura do Encarregado de Educação: [Redacted]

Data: 23/04/2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando E

Assinatura do Encarregado de Educação E

Data: 30/04/2020

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do meu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do meu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando V. Almeida Alu

Assinatura do Encarregado de Educação P.

Data: 28/04/2024

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lida e compreendida as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando L

Assinatura do Encarregado de Educação An

Data 27, 4, 21

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando Di de
Assinatura do Encarregado de Educação [Assinatura]
Data: 23/1/2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu estudo num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (foco grupo) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando

J. Silva

Assinatura do Encarregado de Educação

Data 26/04/2023

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu estudo num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (*focus group*) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando

Assinatura do Encarregado de Educação

Data: 21, 9, 2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando 41

Assinatura do Encarregado de Educação [Assinatura]

Data 21/04/2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCE no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando _____

Assinatura do Encarregado de Educação _____

Data: 22/4/2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu estudo num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando Fi

Assinatura do Encarregado de Educação Fi

Data 20/4/21

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCH no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do meu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do meu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando S.

Assinatura do Encarregado de Educação S.

Data: 21 / 04 / 2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando M6

Assinatura do Encarregado de Educação C

Data: 21/04/2024

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada 2, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo tema (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando M₁

Assinatura do Encarregado de Educação [assinatura]

Data 22/04/21 11 V

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando D.

Assinatura do Encarregado de Educação [assinatura]

Data: 23/04/21

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando Ma

Assinatura do Encarregado de Educação A

Data: 21.04.2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu estudo num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando A

Assinatura do Encarregado de Educação [assinatura]

Data 23/04/2024

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCE no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando EJ

Assinatura do Encarregado de Educação fa

Data 22, 04, 2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Condição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando S

Assinatura do Encarregado de Educação E

Data 25/04/2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino de 2.º CEB e de MCEB no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 2.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando Q

Assinatura do Encarregado de Educação [assinatura]

Data: 25/09/2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu educando num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Processos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando A1

Assinatura do Encarregado de Educação ES

Data 14.05.2021

Declaração de Consentimento Informado

Autora: Vera Lúcia Fernandes

Eu, Vera Fernandes, estudante do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de MCN no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação, venho por este meio solicitar a participação do seu estudo num trabalho de investigação, intitulado "Conselho de Cooperação Educativa no 1.º CEB: Promissos e Práticas na Gestão de Conflitos". O presente estudo, orientado pela professora Doutora Conceição Figueira, insere-se no âmbito da Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, e constitui-se como exigência legal para a conclusão do referido mestrado.

Para a concretização deste meu projeto profissional, torna-se imprescindível a participação do seu educando. Esta participação concretiza-se no estudo dos processos de interação e avaliação durante o Conselho de Cooperação Educativa e através de uma entrevista com o grupo turma (focus group) com a finalidade de recolher de opinião dos alunos sobre o Conselho de Cooperação Educativa.

As informações recolhidas serão realizadas através de gravação de áudio. Os resultados da investigação, serão, posteriormente, apresentados na Escola Superior de Educação de Lisboa e todas as informações serão confidenciais e codificadas. Em momento algum será feita referência a alunos em particular ou à instituição que frequentam.

Lidas e compreendidas as explicações acima referidas, declaro que autorizo a participação do meu educando nesta investigação.

Nome do educando Eu

Assinatura do Encarregado de Educação Alu

Data 23/04/2021

ANEXO AJ

Exemplo do Diário de Turma

|' '' | | '' 8

Não Gostei

Não gostei que uma raquete do material do recreio fosse usada para magoar um colega. M

Não gostei que o J. YUS me desse com a cabeça na cabeça e cusquis.

C

Não gostei que o M. esteve-se a amarrar o M. A. 14/5/21

Não gostei que a L. me bate-se com a cabeça na cabeça e esteve-se a cusquit comigo. D. 14/5/21

Pro
for

Nó:
pas:
casa

Pro
que
do M

Pro
as v
teatr

ANEXO AK

Tabela síntese dos CCE

|' '' | | ''

Local dos conflitos		Queixas		Tipos de Conflito					Resolução	
Sala de aula	Recreio	Pessoais	Testemunha	Agressão Física	Agressão Verbal	Agressão Objetos	Atitudinal (pessoal)	Atitudinal (outros)	Antes do CCE	Durante o CCE
2+7+3+2	5+1+1+2	6+8+3+4	1+0+1+0	2+0+1+1	2+1+1+0	1+3+0+1	0+1+1+0	2+3+1+2	5+5+2+2	2+3+2+2
14	9	21	2	4	4	5	2	8	14	9
23		23		23					23	